

# GAZETA DO POVO

MIGUEL KFOURI NETO

16 JUL 2012

## **Jornalistas desinformados**

| Miguel Kfouri Neto

**O** editorial "Inversão de prioridades" (*Gazeta*, 13/7), demonstra quanto pode ser ofensivo, difamatório e injusto o jornalismo que não checa informações.

O Paraná, ao longo do tempo, pode se orgulhar de seus jornalistas sérios, cultos, de texto límpido e muito bem escrito. Sobretudo quando se trata do editorial que, como se sabe, traduz o pensamento do próprio jornal.

O autor do texto publicado, a pretexto de criticar a desapropriação do prédio da Rua Mauá, o Centro Comercial Essenfelder, demonstra o mais denso desconhecimento sobre tudo o que tem sido planejado e executado no Poder Judiciário do Paraná.

Primeiro, ao afirmar que essa desapropriação inviabilizaria a construção do Fórum Cível. Dispomos de recursos financeiros depositados em conta própria, que superam R\$ 62 milhões, destinados exclusivamente à edificação das trinta Varas, no terreno do Ahú, pertencente ao Judiciário. Portanto, rigorosamente, a desapropriação não interfere nesse projeto.

Segundo, a construção projetada em 2004 apresenta, hoje, custo estimado de R\$ 750 milhões. Comparados aos R\$ 91 milhões despendidos na desapropriação, não há necessidade de grandes luzes para se entender a seqüipedal erronia do comentário trazido no editorial.

Terceiro, com a inauguração, lá mesmo, no Centro Judiciário do Ahú, do prédio que abrigará as trinta Varas Cíveis, o edifício da Cândido de Abreu poderá ser utilizado pelas Varas Criminais, sem maiores problemas.

A aquisição do prédio da Mauá, decidida pela unanimidade dos componentes do Órgão Especial do TJ/PR, só pode ser saudada com muito entusiasmo pelos advogados. Além de concentrar, ali, gabinetes de desembargadores (55) e juizes de direito substitutos (60), haverá espaço para a acomodação de outros setores vitais do Tribunal, sobretudo o Departamento Judiciário, por onde tramitam todos os recursos. Além disso, deixar-se-á de pagar alugueis vultosos, com liberação de recursos para investimentos cada vez maiores na informatização e aparelhamento dos serviços judiciários.

O editorialista, por pura desinformação, comodismo ou sabe-se lá por quais desígnios, deixou de informar que o Judiciário paranaense, nos últimos quinze meses, viabilizou a criação e instalação de mais de cem varas e comarcas, sobretudo na Região Metropolitana de Curitiba e no Interior. Até o final da gestão, terão sido criadas mais de 150 vagas de juiz. Quem tem alguma noção do que seja o Judiciário sabe o que representa isso, por qualquer ângulo que se examine a questão. Londrina não tinha nenhuma Vara da Fazenda. Hoje tem quatro. Em Curitiba, no início desta gestão, havia quatro Varas de Fazenda Pública. Instalamos mais quatro e, no próximo dia 30/7, serão instaladas mais seis, com competência especializada, totalizando 14. Ainda em Curitiba foram instaladas mais duas Varas de Família, já inaugurado o Fórum de Santa Felicidade; em agosto funcionará a unidade da Cidade Industrial.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### 16 JUL 2012

Na Rua da Glória, está em fase final de instalação o Fórum de Família, Infância e Juventude, belíssima edificação, onde o povo será atendido de forma condigna. Isto, além do Fórum dos Juizados Especiais, na Av. Getúlio Vargas, e da construção dos Fóruns de Almirante Tamandaré e Campina Grande do Sul. No Interior do Estado, sempre para atender bem as pessoas que procuram o Judiciário e proporcionar boas condições de trabalhos aos nossos servidores e juízes, estão em construção os prédios dos fóruns de Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Campina Grande do Sul, Ipiranga, Chopinzinho, Porecatu, Lapa, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Ivaiporã, Palmital, Almirante Tamandaré, Santa Fé, São João do Ivaí, Guaratuba, Siqueira Campos, Ibaiti, Congonhinhas, Ibiporã, Xambrê, Paraíso do Norte, Coronel Vivida, Santo Antônio do Sudoeste, Cruzeiro do Oeste e Campina da Lagoa.

A OAB/PR tem pleno conhecimento disso, pois contamos com a colaboração dos presidentes de subseções e muitos conselheiros estaduais, que têm vindo ao Tribunal, acompanhando incontáveis delegações de deputados estaduais, prefeitos, vereadores, juízes de direito, promotores de justiça, advogados, serventuários e empresários — em demonstração clara de confiança na Justiça e na administração do Poder Judiciário.

Críticas vãs são ridículas. Há algum tempo, o presidente da Seção da OAB/PR sugeriu, como solução para os problemas do Judiciário, a imediata duplicação do número de Juízes. Só se esqueceu Sua Excelência de indicar a fonte desses recursos — a bagatela de uns R\$ 500 milhões anuais.

Voltar a bater nessa tecla da aquisição de automóveis para o transporte e segurança de desembargadores — e solicitação do auxílio-livro, que nada mais é que a racionalização da distribuição de obras jurídicas, imprescindíveis ao bom exercício da função judicante — como se isso excluísse a importância de tudo que vem sendo feito — é zombar da inteligência dos leitores.

É também o caso de se perguntar o que leva um jornalista a divulgar comentários dissociados da realidade, lacunosos, conclusões equivocadas, insinuações maliciosas, ofendendo a honra de vinte e cinco desembargadores que compõem o Órgão Especial do TJ/PR — e, de modo mais direto e agudo, a atual administração da corte.

Desde o primeiro dia da atual gestão colocamos à disposição dos órgãos de imprensa, especialmente da **Gazeta**, qualquer documento relativo às contratações do TJ. Atendo a todos os repórteres com atenção — e eles dispõem do número do telefone celular do presidente e do corregedor-geral.

A única razão que nos move é o interesse público. Nada mais.

**Miguel Kfourí Neto**, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

# Caso da "Sogra Fantasma" corre risco de prescrição

16 JUL 2012

Erros processuais podem livrar Ezequias Moreira, ex-chefe de gabinete do então prefeito de Curitiba Beto Richa (PSDB), de uma condenação criminal

| Sandro Moser

Cinco anos depois da denúncia do escândalo da "Sogra Fantasma", as ações na Justiça movidas pelo Ministério Público contra Ezequias Moreira, ex-chefe de gabinete do então prefeito de Curitiba Beto Richa (PSDB), têm desdobramentos diferentes nas esferas penal e cível. A sogra de Rodrigues, Veronica Durau, recebeu salários da Assembleia Legislativa do Paraná, durante 11 anos, sem trabalhar.

No caso da ação de improbidade administrativa, que tramita na vara da Fazenda Pública, o atual diretor de Relação com Investidores da Sanepar foi condenado a pagar uma multa de R\$ 110 mil, mesmo depois de ter devolvido em 2010 os valores que recebeu indevidamente. Ele preferiu não recorrer da decisão e,

portanto, a ação cível deve ter seu desfecho, ainda que a execução do pagamento da multa possa demorar alguns anos (leia mais na matéria abaixo).

Já a solução do caso na área criminal é incerta. O processo na esfera penal tramita em ritmo lento em razão de erros processuais cometidos pela Justiça e de situações que podem ser interpretadas como estratégias de defesa para protelar ao máximo o andamento da ação. Demora que pode livrar o réu da punição em razão da prescrição.

Nos últimos 14 meses, o processo está parado aguardando a intimação de três testemunhas da defesa, os deputados estaduais Valdir Rossoni (PSDB), atual presidente da Assembleia Legislativa; o líder do governo, Ademair Traiano (PSDB); e Luiz Accorsi (PSDB). Em maio do ano passado, a 5.ª Vara Criminal enviou ofício à Assembleia para combinar o dia e o local das audiências já que a lei processual determina que deputados estaduais (e outras autoridades públicas) sejam inquiridos em local, dia e hora previamente ajustados entre eles e o juiz.

Uma data chegou a ser sugerida, mas os mandados só foram enviados à Assembleia no fim de dezembro do ano passado — já durante o recesso parlamentar. Assim, não puderam ser cumpridos.

O procedimento foi repetido em abril deste ano, mas segundo a procuradoria da Assembleia, as intimações ainda não foram entregues.

Neste ritmo, o crime de peculato pelo qual Ezequias é acusado pode prescrever em janeiro do ano que vem, antes do julgamento final do caso. "Se o juiz entender que o réu merece uma condenação pela pena mínima por este crime [quatro anos], há grande chance que ao final do feito seja reconhecida a prescrição retroativa. Porém ainda há tempo para julgamento, se o juiz quiser julgar ainda dá", alerta Mauro César Bullara Arjona, professor de Processo Penal da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). A juíza substituta Shaline Yamaguchi que responde pelo processo atualmente negou-se a dar entrevistas sobre o caso.

**CONTINUA**

16 JUL 2012

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### **Nulidades**

A sentença, no entanto, dificilmente irá sair até o próximo janeiro. O advogado do réu, Eduardo Duarte Ferreira, aguarda apenas a oitiva dos deputados para pedir a nulidade de todo o processo desde setembro de 2009, quando começaram as audiências. Segundo ele, testemunhas da defesa teriam sido ouvidas antes das testemunhas da acusação, invertendo a ordem prevista pela lei penal brasileira.

Ferreira já conseguiu anular parte do processo por um equívoco formal do juiz na citação do réu. “Este processo, em que pese não seja complicado, já gerou vários incidentes e deve gerar outros”, disse. Ele nega, porém, que seja uma estratégia para atrasar o processo e levar a prescrição. “Nunca vi em 20 anos de advocacia um cliente mais interessado em que se julgue com rapidez um processo. Nós dois confiamos na absolvição”, disse.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### 16 JUL 2012

#### CRONOLOGIA

Entenda o caso da "Sogra Fantasma" e como tem sido o desenrolar das ações contra Ezequias nas esferas cível e criminal

**07/08/2007** – O MP recebe a denúncia de que a sogra do então chefe de gabinete do prefeito de Curitiba Beto Richa (PSDB), Ezequias Moreira, recebia salários da Assembleia sem trabalhar por 11 anos. A denúncia também dizia que Ezequias usava a sogra como "laranja" e que ele próprio recebia os R\$ 3,4 mil mensais.

**13/08/2007** – Ezequias é exonerado do cargo na prefeitura e passa a trabalhar na Câmara de Vereadores de Curitiba, nomeado pelo então presidente da Casa, o ex-vereador tucano João Claudio Derosso (PSDB).

**26/11/2007** – O MP abre duas ações contra Ezequias: na esfera cível, por improbidade administrativa e, na penal, pelo crime de peculato.

**04/04/2008** – Ezequias devolve aos cofres públicos R\$ 539,4 mil por meio de depósito judicial. O valor correspondia ao salário mensal de R\$ 3,4 mil pago à sogra no período que ela recebeu sem trabalhar, com juros e correção monetária.

**5/01/2011** – Ezequias é nomeado diretor de Relações com Investidores da Sanepar pelo governador Beto Richa (PSDB).

**03/07/2012** – A Justiça condenou Ezequias, por improbidade administrativa, ao pagamento de uma multa civil de 20 % dos valores recebidos irregularmente. Ele decide não recorrer da sentença. Na esfera penal, irregularidades no processo podem levar à nulidade dos atos. Com a demora, Ezequias pode escapar de eventual punição, pois o crime pode prescrever em janeiro de 2013.

R\$  
**539,4**  
MIL

é o montante que Ezequias Moreira recebeu através de sua sogra, que era funcionária fantasma da Assembleia. Em abril de 2008, ele devolveu a quantia por meio de depósito judicial. O valor correspondia ao salário mensal de R\$ 3,4 mil pago para sua sogra no período que ela recebeu sem trabalhar, com juros e correção monetária.

**“Se o juiz entender que o réu merece uma condenação pela pena mínima por este crime [quatro anos], há grande chance que ao final do feito seja reconhecida a prescrição retroativa.”**

Mauro César Bullara Arjona, professor de Processo Penal da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).

**CONTINUA**

## Devolução do dinheiro não evitou condenação na esfera cível

▶ Ao contrário da ação penal, o processo de improbidade administrativa contra Ezequias Moreira Rodrigues caminha para uma resolução em breve. Nos autos, que tramitam na 3.<sup>a</sup> Vara de Fazenda Pública, Rodrigues foi condenado a uma multa cível de cerca de R\$ 110 mil – 20% do total corrigido dos valores recebidos irregularmente por ele através de sua sogra.

Em abril de 2008, Ezequias já tinha devolvido aos cofres públicos R\$ 539,4 mil por meio de depósito judicial. O valor correspondia ao salário mensal de R\$ 3,4 mil pago para sua sogra no período que ela recebeu sem trabalhar, com juros e correção monetária.

A devolução do dinheiro, entretanto, não exaure a responsabilidade do servidor no caso de desvio de dinheiro público. Assim, o juiz decidiu aplicar a multa. O advogado de Ezequias nestes autos, José Cid Campêlo Filho, disse que o réu preferiu não recorrer da multa, ou seja, aceitou pagá-la.

O caso só não está encerrado porque o juiz da Fazenda Pública também condenou Ezequias a pagar as custas processuais, mas o isentou do pagamento de honorários advocatícios que seriam devidos ao Ministério Público do Paraná.

O Estado apelou da decisão em 2010, mas no último dia 2 de julho o procurador-geral do Estado Gilberto Giacóia desistiu da apelação. A ação agora só espera a decisão final do juiz para que a multa possa ser transformada em dívida ativa do estado e os valores executados.

### Lento

A execução do pagamento desta sanção deve demorar. Um levantamento do CNJ, divulgado no ano passado, mostra que o Paraná um dos estados mais lentos do país na cobrança de execuções fiscais. Atualmente, existem cerca de 300 mil processos parecidos esperando a execução.

16 JUL 2012

# GAZETA DO POVO

## INFÂNCIA

### **Convênio vai agilizar denúncias de violação dos direitos de crianças**

As denúncias de violações dos direitos de crianças e adolescentes, por meio do Disque 100, serão interligadas em tempo real com o Ministério Público dos estados e da União. O acordo foi assinado recentemente durante a 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente entre a Secretaria de Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público (CNPGE). De acordo com dados do Disque Direitos Humanos, o Disque 100, apenas nos primeiros quatro meses do ano, o módulo Criança e Adolescente teve 34.142 denúncias. Oito em cada dez vítimas são meninas. De janeiro a março deste ano, foram registradas 4.205 denúncias de violência sexual – dessas, 2.165 referem-se a crianças e adolescentes.

## COLUNA DO LEITOR

### **Prova da OAB**

A responsabilidade dos cursos jurídicos é do MEC. A OAB deveria fiscalizar e punir os péssimos advogados e não os formandos. O Congresso Nacional deveria acabar com esse exame de uma vez para deixar os formandos trabalharem.

**Miguel Elias Gariba**

# 15 JUL 2012

## GAZETA DO POVO

### DECISÃO

#### **Justiça garante vaga de cotista na UFPR para aluna que fez um ano em escola privada**

Uma estudante que cursou a 2ª série do ensino fundamental em escola particular com bolsa integral e o restante na rede pública deve ser aceita como cotista pela Universidade Federal do Paraná. A decisão foi da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que entendeu que, nesse caso, deve ser usado o princípio da razoabilidade. Após ter sua matrícula negada, a estudante ajuizou mandado de segurança na Justiça Federal de Curitiba argumentando que concorreu como cotista por ser comprovadamente hipossuficiente e só ter frequentado escola particular em 1998 em decorrência de dificuldades vividas pela família. Após ter seu pedido negado em primeira instância, ela recorreu ao tribunal e agora venceu.

15 JUL 2012

GAZETA DO POVO

FRASE DA SEMANA

**“Decidimos que era mais interessante parar de pagar o aluguel e alocar o tribunal em uma sede própria. É um dia de festa para a Justiça do Paraná.”**

**Miguel Kfour Neto**, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná sobre o prédio desapropriado para abrigar o tribunal.

15 JUL 2012

# GAZETA DO POVO

JIMENA DJAUARA GRIGNANI

## O Paraná e os 22 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

### ARTIGO

**JIMENA DJAUARA GRIGNANI**, psicóloga, assessora da Rede Marista de Solidariedade, arte-educadora e conselheira dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado do Paraná.

**N**este mês, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) faz aniversário. É nesta data que se comemora o nascimento de um marco regulatório que contribui muito para que os cidadãos com até 18 anos sejam vistos e respeitados como indivíduos e sujeitos de direitos. Com a realização do censo de 2010, fica interessante observar a caminhada do estado do Paraná em uma série histórica dos últimos dez anos com relação à garantia, proteção e promoção dos direitos destes quase 3 milhões de crianças e adolescentes, dos quais 84,17% estão em áreas urbanas e 15,83% em área rural.

Podemos destacar aspectos positivos, como o aumento da cobertura de vacinação, a diminuição da mortalidade infantil, o crescimento do número de crianças com registro civil (em 1,37%) e a ampliação de 34,28% entre os jovens acima de 16 anos com título de eleitor nestes últimos dez anos. Hoje, contamos com 103 mil jovens entre 16 e 17 anos com o direito a exercer a cidadania e escolher os governantes do seu país, estado e município.

O aumento de 1,49% no ingresso de crianças de zero a 3 anos na educação infantil e uma queda de 0,3% na taxa de abandono no ensino fun-

damental também indicam os esforços que estão sendo feitos a favor destes indivíduos. Quando observamos questões de infraestrutura e habitação, encontramos avanços como a diminuição em 0,45% das áreas urbanas sem água encanada e de 0,77% nas áreas rurais, além de um aumento da extensão da rede de esgoto e energia elétrica.

Mesmo quando os números indicam avanços, ainda existem muitas crianças e adolescentes que estão aquém de um mundo justo e digno, e são estes que devemos priorizar. Infelizmente, ainda estamos longe de ser um estado onde esta parce-

la da população possa desfrutar plenamente de seus direitos. Neste mesmo cenário de índices positivos, encontramos 778 meninos e meninas em medida de internação socioeducativa, um aumento de 10,98%. O número de jovens em internação provisória também teve um crescimento significativo, de 25,87%. Há, ainda, situações em que não é possível contabilizar os números, como as violências que são praticadas no âmbito de suas famílias e comunidades, sejam físicas, sexuais ou psicológicas. Além disso, há o uso e a exploração praticados por adultos, mesmo diante de compromissos de prioridades para com essa parcela da população, assumidos pelo Estado.

Celebramos todas as conquistas e a abertura cada vez maior da participação destas crianças e jovens em suas próprias escolhas sobre assuntos que os afetam, seja no âmbito da família, da comunidade, nas

igrejas e no diálogo nos espaços de tomadas de decisões. É importante, contudo, que neste momento, que marca a trajetória de 22 anos do ECA, também seja de reflexão e avaliação de todos os esforços que foram feitos e dos que ainda virão, mantendo sempre a ideia original contida na caminhada coletiva que culminou na concretização do ECA: a construção de um mundo melhor em que todos tenham as mesmas oportunidades e escolhas.

**CÍCERO URBAN**

## **Aborto e descriminalização**

“Sócrates, você pode me dizer se a virtude é adquirida pelo ensino ou pela prática, ou nem pelo ensino e nem pela prática, ou se ela já vem pela natureza humana ou outro caminho?”, pergunta Meno, no diálogo escrito por Platão. Sócrates, pelo que se sabe, não respondeu a essa questão.

O aborto voluntário sempre existiu, não é um problema recente. Contudo, historicamente, nas grandes civilizações, ele foi julgado como negativo. O próprio juramento de Hipócrates é muito claro em sua proibição. Apenas na nossa época é que um forte movimento de opinião tem procurado induzir a uma revisão cultural em prol da descriminalização e da legitimação, caminho que a proposta do novo Código Penal traça para o Brasil.

A finalidade alegada tanto para a descriminalização quanto para a legitimação é a de respeitar a autodeterminação da mulher e evitar os abortos clandestinos. Porém, no caso do aborto, corre-se o risco de tornar a autonomia um valor mais importante que o direito à vida do filho. Este, de fato, é o grande dilema: a interrupção voluntária da gravidez pode prevalecer sobre o destino de um terceiro (o do filho)?

Os abortos clandestinos são um mal a ser combatido. Mas seria ingênuo acreditar que, para isso, bastaria legalizar a sua prática — mesmo porque o aborto clandestino persiste até em países onde ele é legalizado há muito tempo. Mulheres que não querem perder a sua “honra social” continuam a evitar os serviços públicos. Defender a legalização de algo eticamente inaceitável é como acreditar que, ao legalizar o furto, possamos também reduzir os homicídios. O grande problema está na coerência ética. Se realmente se trata de um mal, não pode ser aceito no nosso país.

A defesa do aborto voluntário não é um consenso na nossa sociedade. Os médicos es-

tariam dispostos a realizá-lo? Devemos ensinar técnicas abortivas em detalhes aos futuros médicos? Suspendemos o milenar juramento de Hipócrates das nossas formaturas? Quanto o médico poderá receber por um aborto? Menos que por uma cirurgia para extirpação de um tumor, mas mais que uma cirurgia para a correção de uma hérnia? Menos que por um parto normal?

A vida é um valor muito forte, mesmo que não absoluto. Podemos citar como exceções a legítima defesa, a pena de morte ou o sacrifício pessoal em detrimento de outrem. Mas a natureza humana, uma vez identificada como existente no embrião, o torna alguém que é (não “se torna”) e merece viver, e este direito deve ser preservado. A medicina trairá seus princípios mais fundamentais a partir do momento em que começar a promover a morte.

A medicina tem uma moralidade interna que lhe é própria. As virtudes no médico são a sua predisposição para fazer o bem. Edmund Pellegrino, um dos maiores bioeticistas americanos, as coloca em vários aspectos: fidelidade à verdade, compaixão, temperança, integridade e humildade. Em nenhuma delas o aborto pode ser inserido. Com ele, o médico perde sua posição de respeito, sustentação e defesa pela vida. Perde o sentido maior de sua profissão.

Quem ainda tiver dúvidas da beleza e da intangibilidade da vida humana desde o seu princípio ainda não assistiu a uma ultrassonografia fetal. Dispensa o discurso religioso ou a retórica política. A virtude, seja pela natureza ou pela prática, é tão humana quanto o embrião.

Cícero Urban, médico oncologista e mastologista, é professor titular das disciplinas de Bioética e Metodologia Científica no curso de Medicina e na pós-graduação da Universidade Positivo e vice-presidente do Instituto Ciência e Fé.

# GAZETA DO POVO

ELIO GASPARI

A caixa-preta  
do exame da OAB

15 JUL 2012

## Se a OAB quer continuar a dar lições aos outros, pouco lhe custaria criar uma auditoria semelhante à que a PF usou

**E**m dezembro de 2010, quando se descobriu que uma lambança ocorrida na distribuição das provas do Enem atrapalhara a vida de cerca de 10 mil dos 3,3 milhões de jovens que haviam prestado a prova, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, prontamente anunciou que pediria a anulação do exame. Seria mais razoável oferecer uma nova prova aos prejudicados (o que foi feito), mas a Ordem defendeu uma posição extrema.

A veneranda OAB fez fama como papagaio de pirata de crises. Há um problema, e lá está ela metendo seu bico. Não importa que o assunto nada tenha a ver com o exercício da profissão de advogado. Nem mesmo que proponha uma nova e absurda prova para 3,3 milhões de jovens. A OAB tornou-se uma instituição milionária, e suas contas estão longe da vista do poder público. O doutor Ophir chegou a dizer que “o Congresso Nacional tornou-se um pântano”. Um de seus antecessores, Roberto Busatto, disse que “o comportamento indecoroso de alguns agentes públicos expôs ao desgaste as instituições do Estado”. No seu próprio quintal, ela não é tão vigorosa, muito menos, transparente. Há anos pipocam denúncias de fraudes no exame que os bacharéis são obrigados a prestar na Ordem para poderem trabalhar como advogados. Desde 2007 sabia-se que uma integrante da banca de Brasília vendera por R\$ 4 mil as perguntas de uma prova.

Posteriormente, ela recebeu o título de “melhor examinadora”. Em Goiás, 41 candidatos compraram provas por até R\$ 15 mil, e o Tribunal de Ética da Ordem decidiu que eles nada devem. Jamais a OAB mobilizou-se para punir exemplar e publicamente esse tipo de delinquência.

Agora, a Polícia Federal anunciou que existiram duas infiltrações fraudulentas nos seus exames de 2009 e 2010. Numa ponta, 152 bacharéis compraram provas, e, com isso, 62 deles habilitaram-se para cargos na PF, na Receita e na Abin. Felizmente, graças à polícia, foram afastados de suas funções.

Na outra ponta, o problema é maior: 1.076 advogados colaram durante os exames. A PF descobriu isso de uma maneira simples. Rodou as respostas dos candidatos num programa de computador desenvolvido na Academia Nacional de Polícia, e a máquina descobriu onde se colou. Simples: se num local 30% dos candidatos acertaram uma questão que teve um índice nacional de acerto de 5%, houve cola. (Steven Levitt explica a racionalidade estatística do sistema num capítulo do seu magnífico livro *Freakonomics*). Esse tipo de auditoria tornou-se o terror da rede escolar pública americana. Na semana passada, pegaram uma rede de cola num dos melhores colégios de Nova York.

Se a OAB quer continuar a dar lições aos outros, pouco lhe custaria criar uma auditoria semelhante à que a Polícia Federal usou. Não conseguirá pegar todos os examinadores que vendem provas, mas identificará os locais onde a cola é ampla, geral e irrestrita.

# GAZETA DO POVO

» DIREITOS HUMANOS

## Paraná terá comitê de refugiados

■ A Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná (Seju) vai lançar na sexta-feira o Comitê Estadual de Refugiados e Migrantes do Estado (Cerm). O objetivo do órgão é orientar os agentes públicos sobre os direitos e deveres dos solicitantes de refúgio, refugiados e migrantes. Além disso, vai promover ações e coordenar iniciativas de atenção, promoção e defesa dos refugiados no Paraná. O comitê será um órgão de deliberação coletiva, composto por membros da Seju e de várias secretarias de estado, entre elas as de Segurança Pública, da Família e Desenvolvimento Social, da Educação, da Saúde e do Trabalho. Dois representantes de ONGs voltadas a atividades de assistência e proteção a refugiados e migrantes, indicados pela Seju, também integrarão o órgão. Além disso, serão convidados a participar das reuniões do Cerm o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o juiz federal diretor do Foro da Seção Judiciária do Paraná e o superintendente da Polícia Federal no Paraná.

15 JUL 2012

NOTA POLÍTICA

Embalxa 

**PDT**

Alegando que o decreto que regula as atividades do Gaeco é irregular, o partido acabou entrando com uma ação que pode barrar investigações do Ministério Público.

## COLUNA DO LEITOR

### Cassação de Demóstenes Torres

Demóstenes Torres não deveria voltar a ser procurador, sob pena de colocar em dúvida a reputação da própria Justiça. Ele não tem condições morais para exercer tão importante cargo.

Edison Rocha

14 JUL 2012

»JUSTIÇA GAZETA DO POVO  
**PDT pede ao Supremo  
para barrar  
investigações  
do Gaeco no Paraná**

Direção nacional do partido ingressou com ação que questiona a legalidade do decreto estadual que regulamenta o órgão do MP

| Chico Marés

■ A direção nacional do PDT entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Decreto 3.981/2012, do governo do Paraná, que regulamenta as atividades do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), órgão do Ministério Público Estadual (MP). A ação questiona a competência dos promotores do MP para realizar investigações criminais. Caso seja julgada favoravelmente ao partido, provas de operações do órgão realizadas nos últimos meses podem ser anuladas. O relator da Adin será o ministro Luiz Fux.

A ação que questiona o Gaeco havia sido prometida pelo presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, em ato de desagravo ao prefeito de Londrina, Barbosa Neto (PDT), em maio. O Gaeco investiga supostas irregularidades na gestão do prefeito, incluindo o caso de suborno a vereadores que levou à prisão seu chefe de

gabinete, Rogério Ortega. Em abril, Barbosa Neto afirmou que as ações do órgão visam desestabilizar seu governo.

A reportagem entrou em contato com Lupi, mas ele disse não ter conhecimento do teor da ação e que isso seria de competência da assessoria jurídica do PDT. Para a presidente em exercício do partido em Londrina, Dayane Medeiros, as ações de Gaeco contra o prefeito não motivaram o processo, mas foram um agravante. “Não podemos dizer que essas ações [do Gaeco] não trouxeram argumentos para entrarmos com a Adin”, afirmou.

Para ela, a atuação do MP provocou prejuízo para o partido na cidade. Dayane afirmou ainda que o Gaeco divulga suas ações na cidade sem apresentar conclusões das investigações, o que prejudica o prefeito e a legenda.

#### **Interesse da sociedade**

Na avaliação do MP, a Adin pode prejudicar a repressão ao crime organizado e o controle de irregularidades na polícia, em um eventual julgamento favorável ao PDT. “A base do argumento da Adin é fundamentalmente a mesma que sustenta a posição no sentido de vedar ao Ministério Público a função investigativa. Negar a ele o poder de investigar seria conspirar contra os interesses da sociedade”, disse o

procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia. Já o governo do estado aguarda notificação oficial da Justiça para se manifestar oficialmente.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## OUTROS CASOS

**Duas ações questionam poder criminal do MP em todo o país**

14 JUL 2012

Duas outras ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) podem prejudicar o poder de investigação do Ministério Público (MP) em todo o Brasil. Ambas questionam a competência de os MPs realizarem investigações criminais. Uma ação é um recurso extraordinário apresentado pelo ex-prefeito de Ipanema (MG) Jairo de Souza Coelho. E a outra é um habeas corpus impetrado pela defesa do empresário Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra", suspeito de participação no assassinato do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel.

O julgamento das duas ações começou no dia 26 de junho, mas foi interrompido por um pedido de vista do ministro Luiz Fux. Até o momento, o placar está empatado: 4 a 2 em favor do poder de investigação do MP. Com o julgamento do mensalão, em agosto, é provável que as ações sejam votadas apenas a partir de setembro. Uma eventual decisão contrária aos MPs prejudicaria ações nas quais a investigação foi realizada pelo órgão. Um exemplo é o processo movido pelo MP paranaense contra o ex-diretor da Assembleia Abib Miguel; o Bibinho, acusado pelo desvio de R\$ 200 milhões de recursos públicos.

**4 A 2  
É O PLACAR**

do julgamento do STF sobre o poder de investigação do MP — no caso, a favor do Ministério Público. O julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Luiz Fux.

# GAZETA DO POVO

PAIXÃO

14 JUL 2012



## COLUNA DO LEITOR

### **Cassação de Demóstenes Torres**

Se no nosso país a Justiça fosse realmente justa, Demóstenes Torres seria preso, mas como não é, ele vai ser premiado com o cargo de procurador. Parece que quanto mais corruptos, mais direitos sem deveres eles têm.

**Luiz Carlos Santos Felis, Morretes – PR**

14 JUL 2012

# GAZETA DO POVO

## **Fiep obtém liminar para acelerar liberação de cargas em Paranaguá**

Os insumos e produtos das indústrias do Paraná, importados e exportados pelo porto de Paranaguá deverão ser analisados e liberados pela Receita Federal no prazo de até 5 dias, independentemente da operação-padrão realizada pelos auditores fiscais. A Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) obteve liminar favorável no Mandato de Segurança Coletivo impetrado no último dia 11 de julho, que busca garantir que as mercadorias originárias ou destinadas às indústrias do estado sejam despachadas no prazo de até 5 dias. Esse procedimento estava sendo prejudicado pela demora na liberação dos auditores da Receita, em face da operação-padrão. Todas as empresas associadas aos sindicatos industriais filiados à Fiep podem se beneficiar da decisão. A procuradoria jurídica da federação também está preparando ações para garantir a continuidade do serviço público executado pelos auditores no porto seco de Foz do Iguaçu, no aeroporto Afonso Pena e nos portos de Itajaí e São Francisco do Sul. A operação-padrão dos auditores é uma forma de pressionar o governo por melhores condições de trabalho, ela se assemelha a uma greve parcial, em que os profissionais da receita atrasam deliberadamente a liberação das mercadorias durante as inspeções.

14 JUL 2012

# GAZETA DO POVO

## NOTA POLÍTICA

### Três pedidos

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) recebeu pedidos de impugnação contra três candidaturas à prefeitura de Curitiba. Os candidatos contestados são Luciano Ducci (PSB), Ratinho Júnior (PSC) e Carlos Moraes (PRTB). O prazo para que fossem apresentados pedidos de impugnação se encerrou ontem. Também foram contestadas as candidaturas de três nomes que disputam uma cadeira na Câmara de Curitiba. São eles: Nilso Rodrigues de Godoes (PSL), Joel de Oliveira Reikdal (PP) e Gerson Luiz Ferreira (PTN). Tanto no caso dos candidatos a prefeito quanto de vereadores, não foram repassadas informações sobre o teor dos pedidos de impugnação. Até o fim da tarde de hoje, um juiz vai avaliar se há elementos suficientes para que os pedidos sejam validados. Se aceitos pelo TRE-PR, os pedidos devem ser julgados até 5 de agosto.

#### **Pinga-fogo**

**"Ninguém tolera mais a corrupção.  
Temos que fazer cumprir essa lei."**

Cármem Lúcia, presidente do TSE, afirmando que a aplicação da Lei da Ficha Limpa será um desafio para a Justiça Eleitoral neste ano.

14 JUL 2012

# GAZETA DO POVO

## **Conversa afiada**

Gilson Dipp, presidente da Comissão da Verdade e ex-corregedor do CNJ, esteve ontem em Curitiba.

### **A Comissão tem recebido críticas por manter em sigilo alguns depoimentos. Como o senhor vê essas críticas?**

A lei que criou a Comissão diz que as atividades serão públicas, salvo aquelas que demandem sigilo. Por exemplo, nós vamos ouvir uma pessoa que participou de atos de violações de direitos humanos e ela pede sigilo até porque vai prestar informações que nós poderemos checar ouvindo outras pessoas referidas por ela e obtendo certos documentos. Evidentemente que essas questões não poderão ser públicas; isso é normal. Não podemos fazer todos os atos públicos, sob pena de não termos eficácia nenhuma.

### **A Comissão vai finalizar os trabalhos em dois anos?**

Talvez a gente possa chegar a bom termo em

dois anos, mas é um período muito curto.

### **Haverá mudança nos trabalhos de investigação da corregedoria do CNJ, quando a ministra Eliana Calmon for substituída por Francisco Falcão?**

Cada um tem o seu perfil e conduz da forma como é peculiar a si. Eu tinha um temperamento e a Eliana aprofundou algumas coisas que nós deixamos. O Falcão tem um temperamento muito mais reservado. Mas a corregedoria e o CNJ são órgãos irreversíveis. Mesmo que um eventual temperamento não seja o mais adequado, a corregedoria vai funcionar.



# GAZETA DO POVO

## Usina 14 JUL 2012

# de Baixo Iguaçu, ainda no papel

Licitada em 2008, hidrelétrica planejada para o Sudoeste do estado deveria operar no ano que vem, mas construção segue impedida por decisão judicial

Fernando Jasper

Licitada há quase quatro anos e inicialmente programada para funcionar a partir de janeiro de 2013, a hidrelétrica de Baixo Iguaçu nem sequer começou a ser construída. E embora a Neoenergia, dona da concessão, tenha obtido uma importante vitória no Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4), ainda terá de superar alguns obstáculos — entre eles, outra decisão da Justiça — para dar início às obras.

Se for levada adiante, Baixo Iguaçu terá capacidade de 350 megawatts (MW), potência suficiente para abastecer pouco mais de 1 milhão de pessoas. Listada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a obra custará ao menos R\$ 1,5 bilhão.

O local escolhido para a usina fica no Rio Iguaçu, entre os municípios de Capitão Leônidas Marques e Capanema (Sudoeste do

Paraná), a pouco mais de 500 metros do Parque Nacional do Iguaçu. Essa proximidade e supostas irregularidades no licenciamento ambiental deram origem, antes mesmo do leilão de concessão, a um imbróglcio judicial que persiste até hoje.

Em março, o TRF4 reviu seu próprio posicionamento e declarou válido o licenciamento ambiental da hidrelétrica, conduzido pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). A decisão entusiasmou prefeitos e políticos da região, em sua maioria favoráveis à obra, e fez a Neoenergia declarar o início da construção de Baixo Iguaçu ainda neste semestre e a conclusão até 2015. “A posição do nosso departamento jurídico é que [a licença de instalação] está para sair a qualquer momento. Queremos começar a obra no segundo semestre”, disse no fim de junho o diretor financeiro da companhia, Erik Breyer, em teleconferência com analistas de mercado.

Otimismo da Neoenergia, no entanto, não parece ter o respaldo do IAP. Consultado pela *Gazeta do Povo*, o instituto afirmou que uma sentença da 1.ª Vara de Fazenda de Curitiba suspendeu o licenciamento de Baixo Iguaçu e de outras três hidrelétricas no estado, além de impedir o IAP de emitir qualquer nova licença para essas usinas. A decisão, que deu ganho de cau-

sa à ONG Liga Ambiental, foi publicada no *Diário da Justiça do Paraná* em 20 de junho.

Ainda que o IAP pudesse dar sequência ao licenciamento, a Neoenergia teria de obter uma nova licença prévia (LP) para Baixo Iguaçu antes de pleitear a licença de instalação. Isso porque a LP emitida pelo IAP em julho de 2008, que permitiu o leilão da usina, perdeu sua validade e não foi renovada.

Há outro porém. Como a hidrelétrica está planejada para a chamada “zona de amortecimento”, área que compreende um raio de dez quilômetros em torno do Parque Nacional do Iguaçu, teria de receber o aval do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Responsável pelas unidades de conservação federais, o ICMBio chegou a dar sua anuência, mas a retirou ainda em 2008, com o pretexto de reavaliar a questão — e até hoje não tomou sua decisão.

Procurada pela *Gazeta do Povo*, a Neoenergia não quis se pronunciar.

**CONTINUA**

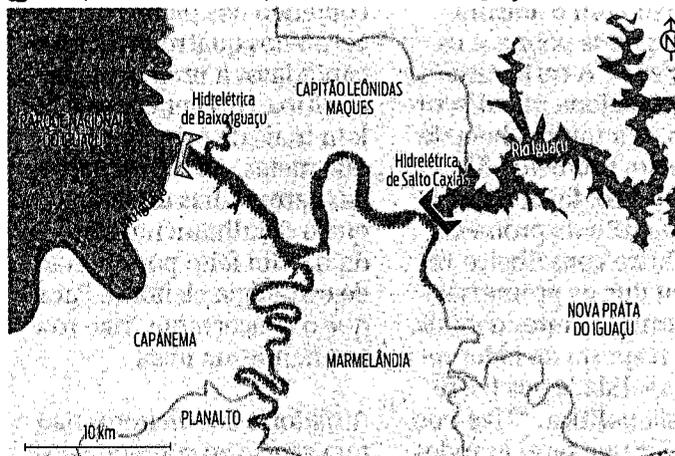
# GAZETA DO POVO

A SEXTA

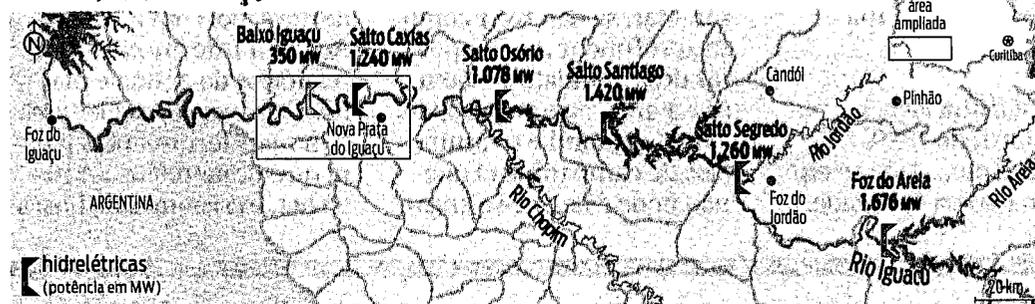
CONTINUAÇÃO 14 JUL 2012

Se for construída, a usina de Baixo Iguçu será a sexta – e menor – hidrelétrica do Rio Iguçu. A potência planejada é de 350 megawatts, bem inferior à das demais, que têm mais de 1.000 MW cada. Um dos motivos para isso é que ela é do tipo “fio d’água”: sua operação é mais dependente do fluxo do rio e forma reservatório relativamente pequeno.

■ Área que deve ser inundada pela hidrelétrica de Baixo Iguçu



## AS USINAS DO IGUAÇU



## IMPACTOS

	BAIXO IGUAÇU		Área Inundada (km <sup>2</sup> )	Propriedades rurais
Área inundada (km <sup>2</sup> )	13,59	Capanema	4,52	83
Área inundada do Parque Nacional do Iguçu (km <sup>2</sup> )	zero	Capitão Leônidas Marques	5,56	166
População atingida (famílias)	359	Nova Prata do Iguçu	0,04	11
Potência (MW)	350	Planalto	0,06	9
		Realeza	3,41	67
		<b>TOTAL</b>	<b>13,59</b>	<b>336</b>

Fonte: IAP, Engevix, Sociedade da Água, ECOBR. Infografia: Gazeta do Povo.

## GESTÃO

### Copel continua interessada em ser sócia no negócio

Derrotada pela Neoenergia no leilão de concessão de Baixo Iguçu, a Companhia Paranaense de Energia (Copel) nunca desistiu de ter parte no empreendimento. Ainda naquele ano, duran-

te o governo de Roberto Requião, a estatal começou a negociar uma sociedade com a Neoenergia, que detém 90% da hidrelétrica – os outros 10% são da empresa de engenharia Desenvix. Abandonadas na sequência, as conversas foram retomadas no começo de

2011, com o aval do governador Beto Richa. Em maio do ano passado, o presidente da Copel, Lindolfo Zimmer, chegou a dizer que já tinha acertado uma participação de 30% ou “um pouco mais”, e que faltava discutir outras questões para o ingresso da estatal. No entanto, até hoje o negócio não foi formalizado.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

# AJUSTE

NO PRAZO

# GAZETA DO POVO

14 JUL 2012

Como a hidrelétrica de Baixo Iguaçu não entrará em operação no início do ano que vem, teoricamente a Neoenergia teria de comprar energia de outras fontes para cumprir contratos com distribuidoras – é o que Copel e Eletrosul fazem desde janeiro de 2011 por causa da demora na usina de Mauá. A Neoenergia não quis falar sobre o assunto à **Gazeta do Povo**, mas em ocasiões anteriores, disse que, como a concessão nunca foi assinada com a Aneel, o prazo para o início da operação “será ajustado”.

## **Gerdau também espera por licenças no PR**

Outra empresa às voltas com problemas judiciais por causa de hidrelétricas atrasadas no Paraná é a Gerdau. Ela é dona da concessão de duas usinas de pequeno porte – São João, de 60 MW, e Cachoeirinha, de 45 MW – no Rio Chopim, entre Clevelândia e Honório Serpa (Sudoeste). O complexo foi concedido à Enterpa Energia há dez anos. A Gerdau comprou a concessão em 2008, com planos de investir US\$ 173 milhões nas usinas e concluí-las até 2011, mas até hoje o projeto não saiu do papel.

O governo federal começou a cobrar os valores referentes à outorga dessas e de outras nove usinas concedidas antes de 2004, dentro do modelo antigo do setor elétrico, e não construídas até hoje. Pelo sistema antigo, o empreendedor recebia a concessão antes mesmo de a usina ter licença ambiental prévia (LP), documento que confere alguma viabilidade ambiental ao projeto. Por isso, dificuldades no licencia-

mento eram ainda mais frequentes que hoje – o novo modelo do setor não permite que um projeto seja licitado sem ter a LP.

A Gerdau e outras grandes empresas conseguiram, na Justiça, o direito de não pagar pelas outorgas enquanto as hidrelétricas não estiverem funcionando. Ao jornal *Valor Econômico*, a companhia informou que espera receber a licença de instalação e iniciar a construção de São João e Cachoeirinha ainda neste ano. No entanto, assim como ocorre com Baixo Iguaçu, o site do IAP indica que não há qualquer licença prévia vigente para essas duas usinas.

### **Mais de dez anos**

A lista de usinas atrasadas no Paraná inclui ainda a de São Jerônimo (331 MW), no Rio Tibagi, e Tijucu Alto (120 MW), no Rio Ribeira do Iguape. Por questões legais e ambientais, os projetos de ambas juntam poeira há mais de uma década. A primeira foi concedida em 2001 a um consórcio que tem entre seus sócios a Copel. A concessão da segunda, que pertence à Companhia Brasileira de Alumínio, data de 1988.

## **PLANO FRUSTRADO**

Quando comprou a concessão do complexo São João-Cachoeirinha, em 2008, a Gerdau disse que queria inaugurá-lo em 2011. Mas até hoje espera pela licença para construí-lo.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Decisão de vara da capital afeta todas as novas hidrelétricas

R\$ 1,5  
BILHÃO 14 JUL 2012

é o valor do orçamento para Baixo Iguaçu. Mas o montante provavelmente será revisado para cima, uma vez que os custos da construção pesada subiram nos últimos anos.

■ A decisão da 1.ª Vara de Fazenda de Curitiba não diz respeito apenas a Baixo Iguaçu, mas a todas as novas hidrelétricas planejadas para o estado. Ao anular a Portaria 070/2005 do IAP, a sentença dá a entender que qualquer licenciamento de hidrelétrica no Paraná dependerá da realização de uma Avaliação Ambiental Integrada (AAI) da bacia hidrográfica afetada.

Editada no governo de Roberto Requião, a Portaria 070 tinha o objetivo de abrir uma brecha dentro de outra portaria do próprio IAP, a 120/2004 — que, a pedido de Requião, havia paralisado todos os licenciamentos de hidrelétricas, condicionando sua retomada à conclusão da AAI das bacias afetadas. Além do propósito ambiental, a Portaria 120 tinha o objetivo de dificultar a vida de empresas privadas com concessões de usinas, em especial de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Mas essa medida atrapalhava os planos do governo federal, que planejava uma série de usinas para o estado. Assim, o que a Portaria 070 fez foi — atendendo a um pedido da então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff — permitir o licenciamento das usinas de Baixo Iguaçu, Mauá, Telêmaco Borba e Salto Grande do Chopim.

Sem essa brecha, Mauá e Baixo Iguaçu jamais teriam recebido as respectivas licenças.

Com a anulação da Portaria 070, vale o escrito na 120. O que dificilmente terá efeitos práticos sobre Mauá, cujo reservatório já está enchendo e que deve começar a funcionar nos próximos meses. Mesmo em relação a Baixo Iguaçu há dúvidas, diz o coordenador jurídico da ONG Liga Ambiental, Rafael Filippin. “Não sabemos ao certo quais as consequências, uma vez que houve várias decisões em torno dessa usina. Mas o fato é que nosso processo [na Vara de Fazenda] já transitou em julgado. Então ou o IAP faz o licenciamento desde o começo, sem reaproveitar o licenciamento antigo, ou terá problemas.”

### Tibagi

A AAI do Rio Tibagi está sendo elaborada somente agora, a poucos meses de a usina de Mauá entrar em funcionamento. A responsável pela avaliação é a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do governo federal, que vai realizar audiências públicas sobre o assunto na próxima semana — em Londrina, no dia 17, e em Ponta Grossa, no dia 19.

# GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

14 JUL 2012

## Parcelamento tributário e penhora de bens

### DE OLHO NO LEÃO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

**A** Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu recentemente que a adesão do contribuinte ao parcelamento de dívidas tributárias, no qual é prevista a redução de encargos de mora que acabam por reduzir o montante original do crédito tributário, não é razão para o cancelamento do arrolamento de bens feito pela Receita Federal.

Embora o arrolamento de bens não constitua propriamente uma penhora (o devedor poderá alienar o bem, bastando simples comunicação ao fisco), a decisão, nos termos do voto do relator, ministro Benedito Gonçalves, baseou-se no artigo 64 da Lei nº 9.532/97. Esse dispositivo determina que a autoridade fiscal procederá ao arrolamento de bens quando o valor dos créditos tributários da responsabilidade do devedor for superior a 30% de seu patrimônio conhecido. O procedimento é exigido quando o crédito tributário for superior a R\$ 500 mil. Sua finalidade é criar rol de bens do devedor com valor suficiente para cobrir o montante do crédito tributário.

No caso, o contribuinte recorreu ao STJ contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF), com sede em Porto Alegre, que entendeu ser adequado o arrolamento de bens contra ele instaurado, nos termos da norma acima citada, em razão de ser devedor tributário em montante superior a R\$ 500 mil.

Para o TRF, o fato de o contribuinte ter optado pelo parcelamento administrativo não modifica a existência do lançamento tributário superior ao estipulado. Até mesmo porque, acaso excluído do parcelamento, o débito a ser executado será aquele relativo ao lançamento originário. Desse modo, o arrolamento deve persistir até a extinção total do crédito, seja com o pagamento via parcelamento, seja mediante quitação em processo executivo.

O contribuinte alegou que o arrolamento deveria ser cancelado em virtude de sua adesão, em 2003, a um parcelamento tributário especial denominado PAES, o que reduziu o débito tributário para R\$ 453.619,51.

A Fazenda Nacional sustentou que o fato de os débitos estarem supostamente protegidos por uma suspensão da exigibilidade se torna inócua nos autos. Isso porque o arrolamento tem por objetivo a proteção não somente dos interesses do fisco, mas de terceiros, permitindo que tenham ciência da possibilidade de a empresa alienante ser devedora, o que, tendo em vista as preferências do crédito tributário,

poderia vir em prejuízo de adquirente de boa-fé. Além disso, o artigo 64, da Lei nº 9.532/97 não distingue as situações onde exista, ou não, crédito tributário definitivamente constituído.

Em seu voto, o relator destacou ainda que, nos termos do artigo 64, parágrafos 7º e 8º, da referida lei, o arrolamento de bens será cancelado nos casos em que o crédito tributário que lhe deu origem for liquidado antes da inscrição em dívida ativa ou, se após esta, for liquidado ou garantido na forma da Lei nº 6.830/80.

"Depreende-se que, à luz da Lei nº 5.932/97, o parcelamento do crédito tributário, hipótese de suspensão de sua exigibilidade, por si só, não é hipótese que autorize o cancelamento do arrolamento", acrescentou.

# GAZETA DO POVO

MAÍRA DE SOUZA NUNES

*Nós, as vadias*

14 JUL 2012

**E**m 2011 ouviu-se a seguinte frase: “Evitem vestir-se como vadias para não serem estupradas”. Percebendo que essa afirmação culpa a própria vítima pela agressão sexual, decidimos ir às ruas pelo fim da culpabilização da mulher e para gritar que a culpa do estupro é sempre do estuprador.

Ao discutirmos o uso da palavra “vadia” para intitular o movimento, percebemos a força de opressão que o termo carrega. Vadia é aquela que se veste como quer, que não realiza todos os desejos do homem, que tem uma personalidade forte, que exerce sua liberdade sexual. Vadia é a mulher que trabalha para sustentar a casa, que apanha do marido, que faz sexo forçado. Vadia é a mulher que não tem voz na nossa sociedade patriarcal, que existe apenas para realizar os desejos do outro, que é vítima da violência.

E então descobrimos: somos todas vadias. Esse é o lugar que nos é reservado e nos apropriamos dele. Percebemos que vadia é quem busca libertar-se da dominação machista e nos assumimos como tal. Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias. Não queremos mais nos sujeitar à violência, seja ela física, sexual, psicológica, moral ou institucional. Queremos exercer o nosso direito à igualdade sem sermos rotuladas ou agredidas. Vadia, para nós, virou sinônimo de mulher que luta e não se cala. Nós, vadias, somos hetero, homo e bissexuais. Somos cissexuais e trans. Somos cidadãs e cidadãos e exigimos os nossos direitos.

Assim, organizamos o movimento Marcha das Vadias de Curitiba e fomos conhecer a verdadeira realidade da violência contra a mulher. Fomos bem recebidas pelas secretarias municipais e por organizações que atuam na área, como Espaço Mulher e Rede Feminista de Saúde, e tivemos acesso a alguns números relativos à violência. Descobrimos que existe

apenas uma casa-abrigo para mulheres em situação de risco; que o agressor demora até 2 meses para ser notificado sobre uma medida protetiva; que 80% das vítimas de agressão sexual (conjunção carnal e ato libidinoso) têm de 0 a 18 anos e que os bairros Cajuru e Boa Vista são os campeões em registros de agressões contra a mulher.

Sabemos que o trabalho com esses dados não envolve apenas a questão da violência doméstica, mas principalmente a conscientização sobre a violência de gênero. Em nossa luta nos unimos à causa LGBTQ em busca do respeito e da igualdade de direitos. A realidade da violência na nossa cidade e no nosso estado nos deixa à mercê do agressor. Não temos segurança e nem os nossos direitos básicos de cidadania assegurados.

Temos trabalhado muito no enfrentamento à violência de gênero e o nosso principal mérito tem sido o da conscientização. Diversas mulheres cissexuais e trans, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e queers não se percebem como vítimas da violência. Desconhecem a Lei Maria da Penha, que regula as questões referentes à violência doméstica.

Perceber-se na condição de vítima, seja qual for o tipo de violência, é um processo muito doloroso. Demanda acolhimento, aceitação, apoio e acima de tudo ausência de julgamento. Essa tem sido a nossa luta e convidamos todos os que se interessarem a passar uma

tarde conosco no atendimento às vítimas de violência. Somos polêmicas e usamos a provocação como forma de mobilização, mas o ultraje não é nosso nome nem nosso protesto, e sim a violência que nos cerca. A Marcha das Vadias, que hoje sai pelas ruas, não é sobre sexo, é sobre violência.

Máira de Souza Nunes, professora universitária e coordenadora da Marcha das Vadias de Curitiba

# FOLHA DE S. PAULO

# Desembargador

# é suspeito

# de privilegiar

# frigorífico

16 JUL 2012

Investigação sugere que magistrado agiu para liberar bens de empresa em 2011

**Corregedoria do CNJ diz que há 'evidências' de que ele interferiu para acelerar decisão; Nery Júnior critica apuração**

Investigação da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça aponta "evidências" de que um desembargador e um juiz federal usaram seus cargos para favorecer um frigorífico acusado de sonegação e crimes tributários estimados em R\$ 184 milhões.

O desembargador citado é Nery da Costa Júnior, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (sede em SP). Ele é suspeito de interferir no processo para desbloqueio de bens do frigorífico Torlim — decidido em 2011 pelo juiz Gilberto Rodrigues Jordan.

O relatório assinado pela corregedora do CNJ, a ministra Eliana Calmon, deve ser votado no próximo dia 30. Ele diz que o desembargador e o juiz podem "de fato ter agido com violação dos deveres impostos aos magistrados" e "de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções".

A sindicância do CNJ foi aberta em maio de 2011, depois de o Ministério Público Federal pedir investigação. Ela solicitou informações dos tribunais, ouviu investigados e juntou a apuração da Corregedoria do próprio TRF.

Documentos da sindicância sigilosa obtidos pela **Folha** revelam relações entre Nery Júnior e Sandro Pissini, dono do escritório de advocacia contratado em 2008 pelo Grupo Torlim para defesa em processo em Ponta Porã (MS).

Pissini foi assessor dele no TRF entre 1999 e 2001. O desembargador já vendeu uma fazenda ao advogado. E, desde 2011, um ex-funcionário do escritório de Pissini é chefe de gabinete de Nery Júnior.

O desembargador nega irregularidades (leia abaixo).

## FORÇA-TAREFA

Em 2004, após operação da Polícia Federal, bens do Torlim, como fazendas e veículos, foram bloqueados. A empresa foi à Justiça para liberá-los. Na época, ela tinha atividades em ao menos cinco Estados (SP, MS, MT, SC, PR). Depois, entrou em crise.

A ação para auxiliar o frigorífico teria começado em 14 de janeiro de 2011, quando Nery Júnior enviou ofício

à presidência do TRF sugerindo uma força-tarefa, a ser coordenada por ele, para acelerar os processos na cidade.

Na ocasião, ele ocupava interinamente a corregedoria do tribunal — e adiou o início de suas férias, diz o relatório.

A força-tarefa começou no dia 17, durou pouco mais de duas semanas e resultou em só duas sentenças — uma delas a de interesse do Torlim.

Essa decisão saiu em 4 de fevereiro. Gilberto Jordan, um dos dois juízes da força-tarefa, desbloqueou os bens de quatro empresas do grupo.

Em março, um mês após o desbloqueio dos bens do Torlim, um funcionário de Pissini, o advogado André Ferraz, virou chefe de gabinete de Nery Júnior no TRF.

Segundo depoimentos à Corregedoria do TRF, não havia motivos para a força-tarefa ou para acelerar a expedição da sentença que desbloqueou os bens porque o processo não envolvia presos e dependia de diligências.

O juiz Jordan alegou que bens de pessoas jurídicas não precisavam ser bloqueados porque prejudicariam as atividades do frigorífico.

**CONTINUA**

16 JUL 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

A Corregedoria do CNJ diz que a força-tarefa “ocorreu de modo açodado, em verdadeiro regime de urgência, sem motivo suficiente para justificá-la”. Calmon diz que o desembargador e o juiz “agiram com o deliberado intuito de rever o conteúdo da decisão liminar” de 2004.

O relatório diz que eles atuaram “em benefício das partes atingidas, violando os deveres e imparcialidade e independência”. Na época, esses bens das empresas eram avaliados em R\$ 10 milhões.

Nery Júnior chegou a ser denunciado após operação da PF em 2007 que investigou a venda de sentenças. A denúncia foi rejeitada pelo Superior Tribunal de Justiça em 2009, por falta de provas.

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### TOGA SOB SUSPEITA

Desembargador é acusado de beneficiar frigorífico

16 JUL 2012



#### Decisão

O desembargador Nery da Costa Júnior designou uma força-tarefa de 16 dias em Ponta Porã (MS) e enviou dois juízes



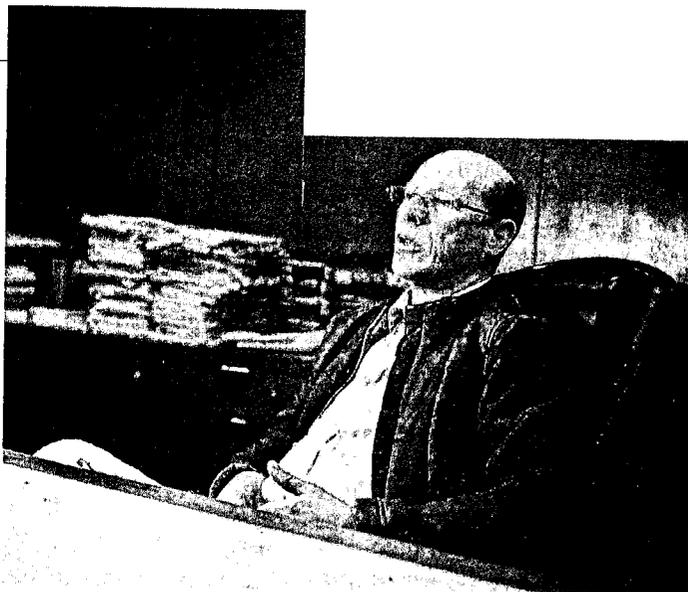
#### Sentença

Um dos juízes da força-tarefa, Gilberto Jordan, manda desbloquear bens em nome do frigorífico Grupo Torlim



#### Desbloqueio

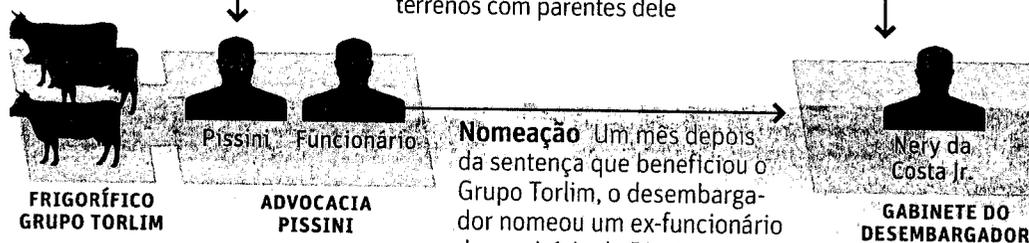
Bloqueio existia desde de 2004, depois de a Polícia Federal apontar um esquema de sonegação e crimes tributários



### AS RELAÇÕES ENTRE O DESEMBARGADOR E A EMPRESA

**Assessor** O advogado do Grupo Torlim no caso, Sandro Pissini, foi assessor do gabinete do desembargador Costa Júnior

**Negócios** O magistrado já vendeu uma fazenda ao próprio advogado e negociou terrenos com parentes dele



**Nomeação** Um mês depois da sentença que beneficiou o Grupo Torlim, o desembargador nomeou um ex-funcionário do escritório de Pissini como seu chefe de gabinete na corte

#### Investigação

A corregedoria do CNJ abriu sindicância sobre o caso, que será votado em 30 de julho. Conselho pode abrir processo contra o desembargador e o juiz da força-tarefa, além de afastá-los

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## Magistrado critica investigação e afirma ser vítima de jogada política

O desembargador Nery da Costa Júnior afirmou à **Folha** que é vítima de “jogada política” do Ministério Público Federal e criticou a atuação da Corregedoria do CNJ.

“A corregedoria usou provas emprestadas da representação do Ministério Público, não produziu uma prova. Isso é sórdido”, afirmou.

Ele classificou de “farrapo” a representação enviada ao CNJ pelo Ministério Público.

Disse que sugeriu a força-tarefa em Ponta Porã à presidência do TRF-3 após manifestação, também por ofício, de outro desembargador, Luiz Stefanini, que, segundo ele, reclamou da demora em processos daquela cidade.

Na defesa prévia enviada ao CNJ em 2 de julho, Nery Júnior disse que a Corregedoria não ouviu as testemunhas mencionadas por ele. Disse ainda que os fatos discutidos são posteriores ao período em que o advogado Sandro Pissini foi seu assessor no TRF.

Ele afirmou que “não pode responder por atos relativos à atuação profissional do advogado na esfera privada”.

Alegou ainda que nada impedia a nomeação de André Ferraz, ex-funcionário de Pissini, como seu chefe de gabinete desde março de 2011.

O advogado Sandro Pissini também negou influência do magistrado no processo. Disse que, apesar de o escritório ter sido contratado, ele nunca se envolveu. O advogado responsável pelo assunto, diz, era Douglas França.

Douglas França disse que deixou o escritório de Pissini há quatro meses para montar o próprio. Contou que desde 2008, quando trabalhava com Pissini, cuidava de processos criminais de Torlim.

16 JUL 2012

A **Folha** procurou Gilberto Jordan. Uma secretária pediu as perguntas por e-mail. O juiz não respondeu, mas anexou o e-mail ao processo no CNJ para pedir apuração de vazamento da sindicância contra ele (na qual nega irregularidade).

16 JUL 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## Ciúme, infelicidade e crime

LUIZA NAGIB ELUF

O ciúme nasce com o ser humano. Irmãos lutam pela atenção dos pais, crianças têm apego possessivo pelos brinquedos. No entanto, além das tendências inatas, padrões culturais centenários insuflam o sentimento de posse, de domínio do outro nas relações afetivas e sexuais.

Ao contrário do que disse Vinícius de Moraes, o ciúme não é o perfume do amor — e pode ser sua desgraça. Impossível estabelecer uma relação gratificante quando as perseguições e as cobranças são a tônica da vida a dois.

A exclusividade entre parceiros não deveria merecer tanta prioridade. A supervalorização da fidelidade é um erro, é a maior causa de infelicidade conjugal. Não que se deva ignorar a importância de um parceiro fiel e dedicado, mas a obsessão pela exclusividade pode tornar a vida um inferno e levar à violência doméstica. Crime passionnal nada mais é do que homicídio por ciúme.

O que caracteriza a passionalidade é o motivo do crime. O Código Penal qualifica o homicídio, aumentando a pena, quando ele é praticado por motivo torpe. O ódio gerado pelo ciúme e a sede de vingança que atormentam a pessoa que foi trocada por outra configuram a torpeza.

O móvel do crime é uma combinação de egoísmo, de amor próprio ferido, de instinto sexual e, acima de tudo, de uma compreensão deformada da Justiça, pois o homicida acha que está no seu “direito”.

A pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão. Quanto mais estreita a mentalidade do agente, maior sua insegurança, sua necessidade de dominar e de se autoafirmar às custas da companheira ou companheiro.

O homicídio entre casais é uma aberração que durante séculos foi avalizada pela sociedade, principalmente quando o autor era homem e a vítima, apontada como traidora, era mulher. Foi assim que morreram Ângela Diniz, Eliane de Grammont, Sandra Gomide e muitas outras.

Supervalorizar a fidelidade é um erro. Os amores livres, sem mentiras, narrados por Stieg Larsson nos mostram: nossa natureza não é a exclusividade

O caso Matsunaga é uma exceção à regra do crime passionnal. Na esmagadora maioria das vezes, quem mata é o homem; a mulher é vítima do marido e da sociedade patriarcal.

A tragédia transcende o casal. No geral, há filhos que ficam órfãos, pais e mães que definham no desespero de perdas irreparáveis, futuras gerações que são obrigadas a suportar o estigma do assassinato em família.

Está na hora de corrigir padrões de comportamento que contrariam a natureza humana e por isso não são respeitados.

A natureza não ditou a fidelidade eterna. A exclusividade entre parceiros existe, mas em geral é apenas temporária.

Além disso, o ciúme é um mal a ser extirpado, não a ser incentivado, como se costuma fazer. Não se pode cultivar sentimento de posse e propriedade sobre um ser humano.

Leon Rabinowicz, em 1933, já mostrava perplexidade com o crime passionnal: “Curioso sentimento o que nos leva a destruir o objeto de nossa paixão! Mas não devemos nos extasiar perante o fato. É preferível deplorá-lo”. O instinto de destruição é exatamente o instinto de posse exacerbado. A propriedade completa compreende também o poder de matar.

O ciúme incomoda, fere, humilha quem o sente. Diz Roland Barthes: “Como ciumento, sofro quatro vezes: porque sou ciumento, porque me reprovoo por isso, porque temo que meu ciúme magoe o outro e porque me deixo dominar por uma banalidade. Sofro por ser excluído, agressivo, louco e comum”.

O sueco Stieg Larsson, autor da trilogia Millennium, criou em sua obra personagens envolvidos em tramas intrincadas e fascinantes. Extremamente moderno e arrojado, ele construiu relações amorosas baseadas na liberdade individual, mostrando as variadas possibilidades de ser feliz no amor sem as amarras da exclusividade e da mentira.

Se conseguirmos lidar melhor com nosso egoísmo, o fim do amor será sempre resolvido nas varas da família, não no Tribunal do Júri.

LUIZA NAGIB ELUF, 57, é procuradora de Justiça do Ministério Público de São Paulo. É autora, entre outros livros, de “A Paixão no Banco dos Réus” (Saraiva), sobre crimes passionais

16 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Falta de critério para reembolso faz paciente ir à Justiça contra operadora

Planos de saúde usam fórmulas cifradas para dizer quanto reembolsarão por procedimentos

**Procon diz que planos ferem direito do consumidor; Justiça tem dado ganho de causa a quem reclama**

A assistente social Maria, 59, passou por uma cirurgia no início de 2010 para corrigir a tibia e um problema no joelho. Por considerar o procedimento delicado, optou por um médico de sua confiança, que não fazia parte do convênio dela, o SulAmérica.

Ao pedir reembolso ao plano, apesar de saber que ele não seria integral, surpreendeu-se quando recebeu R\$ 5 mil —22% do que pagou pelo procedimento (R\$ 22 mil).

Segundo a SulAmérica, a explicação de como chegou ao valor é clara e está no contrato. Aplicou a fórmula: “quantidade de US x valor da US x Múltiplo de Plano”.

“US” é abreviação de “Unidade SulAmérica”. O que isso significa em reais, no entanto, a família (que pediu para ter o sobrenome preservado) nunca soube.

Contratos com fórmulas confusas para determinar o reembolso são comuns entre as operadoras de saúde.

Por lei, as empresas são obrigadas a colocar em contrato essas informações. Mas,

em vez de pôr o valor, recorrem às fórmulas —já que cada plano/procedimento tem direito a um valor diferente.

Esses contratos são considerados “ilegais” e “abusivos” por ferir o direito do consumidor à informação, diz o Procon-SP, que tenta mudá-los, sem sucesso, sempre que há audiências públicas com a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

A insistência das operadoras em mantê-los, no entanto, tem levado muitas pessoas a ganhar na Justiça o direito de ressarcimento integral das despesas. A assistente social Maria foi uma delas.

O reembolso total só é obrigatório em casos de atendimento de emergência. Quando a pessoa escolhe o médico e o hospital para um procedimento não urgente, ele é restrito até um limite estabelecido pelo contrato.

“O problema é essa falta de clareza no contrato. Essas cláusulas são ininteligíveis. Por isso, em 70% dos casos, a Justiça tem dado ganho de causa e o reembolso integral em casos não urgentes”, diz a advogada Estela Tolezani, que atua em ações do tipo.

Nos últimos seis meses, ao menos sete, de dez ações da segunda instância do Tribunal de Justiça de SP, tiveram decisões em favor do usuário do plano, constatou a **Folha**.

“Ao consumidor deve ser dada informação contratual clara de eventual limitação de direitos”, disse um desembargador em uma ação contra a Bradesco Saúde. Ele se baseou no Código de Defesa do Consumidor.

A família do deputado federal Ricardo Izar, morto em 2008, ganhou em outubro 100% do reembolso. Moviam ação contra a Omint, que usou a fórmula “USO x Coeficiente Omint” para pagar R\$ 35 mil da conta de R\$ 200 mil.

“O plano não deu a mínima satisfação sobre esse valor. Em uma hora que você está debilitada, perde o marido, ainda tem que arcar com valores que nem tem?”, diz a viúva, Marisa Izar.

**“O problema é essa falta de clareza no contrato... Por isso, em 70% dos casos, a Justiça tem dado ganho de causa e o reembolso integral**

ESTELA TOLEZANI  
advogada

**CONTINUA**

## Para empresas de saúde, regras para o reembolso são claras

A FenaSaúde (Federação Nacional de Saúde Suplementar), que representa 15 dos maiores grupos de operadoras de planos de saúde, afirmou que “cada operadora tem sua fórmula de cálculo de reembolso, de acordo com o tipo de produto, que é informado aos beneficiários por meio do contrato”.

Não respondeu, no entanto, se considera a fórmula de cálculo clara ao consumidor.

A SulAmérica disse que os reembolsos podem ser solicitados previamente à seguradora sempre que o cliente utilizar os serviços de um prestador médico que não esteja na rede referenciada. O valor reembolsado varia de acordo com o plano contratado.

“Todo o cliente que optar pelo reembolso pode ter acesso à informação pela prévia de reembolso. Os valores são fornecidos ao segurado se solicitado até cinco dias antes do procedimento.” Também é possível obter o valor pela tabela de reembolso no site, o que requer cálculos.

A Bradesco Saúde informou que calcula o reembolso por meio de um índice chamado CRS, que varia a cada procedimento e a cada contrato. Exemplo: consulta médica: 100 CRS; valor da CRS: R\$ 0,6615; valor do reembolso:  $100 \times R\$ 0,6615 = R\$ 66,15$ .

Disse considerar “não haver dificuldade de compreensão por parte dos segurados” nesta fórmula, adotada desde 1984. Ao ser questionada sobre o porquê da discrepância entre o valor do procedimento e o do reembolso, disse não poder “interferir no valor cobrado por prestadores não pertencentes à sua rede”.

A Omint também explicou o cálculo, considerado por ela “muito simples”. “Basta multiplicar a quantidade de USO [unidade de serviço Omint] pelo coeficiente de reembolso do plano.”

“Cada procedimento tem uma quantidade correspondente de USO; as USOs estão indicadas na tabela.”

O coeficiente, diz, é informado na contratação do plano. Já a tabela, o usuário tem que pedir em um posto da Omint ou no cartório —isso pode custar até R\$ 1.000.

No caso do deputado Ricardo Izar, afirmou que a discrepância do valor se deu porque “boa parte das despesas já havia sido reembolsada”.

### DÚVIDAS SOBRE REEMBOLSO

**1** O contrato das operadoras é correto no que diz respeito ao reembolso?

> É necessário avaliar os contratos para verificar se estão corretos. O consumidor deve entrar em contato com a ANS por meio dos seguintes canais: Disque ANS (0800 701 9656), site ([www.ans.gov.br](http://www.ans.gov.br)) ou presencialmente em um dos núcleos (endereços no site)

**2** Pode haver uma discrepância grande entre o valor de uma cirurgia e o reembolso?

Sim. O cirurgião pode cobrar o valor que achar condizente com seu trabalho. Já o reembolso é o acordado no contrato com o consumidor, não podendo ser inferior à tabela de valores que a operadora paga aos prestadores

**47,8 milhões**

é o número de beneficiários de planos de saúde —21,5% da população

**1.372** é o número de operadoras no país

Fonte: ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar); dados referentes a 2012

16 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Nova lei de lavagem de dinheiro amplia chance de processo

Recursos obtidos a partir de qualquer infração penal podem servir de prova; antes, era necessário existir crime específico

**Polícia poderá pedir informações de investigados a bancos independentemente de autorização judicial**

DE SÃO PAULO

Uma rede criada pelo Ministério da Justiça conseguiu identificar R\$ 11 bilhões movimentados por esquemas de lavagem de dinheiro no país de 2009 até junho deste ano.

Com uma nova lei em vigor desde a semana passada, após ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff, esse valor tende a aumentar por permitir enquadrar como crime de lavagem os recursos obtidos a partir de qualquer infração penal.

Pela lei antiga, era necessário que os recursos tivessem origem em uma lista restrita de crimes. Sonegação e roubo ficavam de fora.

Um caso notório recente em que a lei antiga levou à anulação do processo por lavagem envolveu dirigentes da Igreja Renascer. O STF entendeu que a Promotoria não conseguiu provar nenhum dos crimes listados.

O chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públi-

cos da Polícia Federal em São Paulo, Rodrigo Luis Sanfurgo de Carvalho, diz que agora as investigações ficarão mais rápidas porque a nova lei permite que a polícia peça informações cadastrais de investigados a bancos e operadoras independentemente de autorização judicial.

O sigilo bancário e fiscal continua protegido pela legislação, segundo o delegado.

Para órgãos que combatem crimes de lavagem de dinheiro, a nova lei é um avanço, mas o Brasil ainda não aperfeiçoou mecanismos para investigar grupos organizados que conseguem esconder a origem do patrimônio ilegal.

Os instrumentos para investigar as quadrilhas estão previstos no projeto de lei das organizações criminosas, as Orcrims, que tramita no Congresso desde 2009. Segundo o secretário nacional de Jus-

tiça, Paulo Abrão, haverá uma mobilização pela lei por meio da Enccla (Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro).

“É a prioridade número 1, para que o Brasil possa cumprir a Convenção de Palermo”, diz. Abrão faz menção à Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional, da qual o Brasil é signatário desde 2004.

No Brasil, os métodos usados já dão resultados bem abaixo dos obtidos em países mais bem aparelhados, afirma o procurador Rodrigo de Grandis, coordenador substituto do grupo especializado em lavagem de dinheiro do Ministério Público Federal.

O projeto de lei das Orcrims visa normatizar a ação dos agentes infiltrados, a delação premiada e as operações controladas, quando a polícia deixa a quadrilha prosseguir nos crimes para poder desmontar todos os seus braços.

Como a legislação não é clara, afirma De Grandis, faltam garantias para a ação dos infiltrados e das pessoas que se dispõem a fazer a delação premiada. “Hoje, são situações que geram insegurança e os tribunais podem anular investigações”, diz.

**“Hoje, são situações que geram insegurança e os tribunais podem anular investigações**

RODRIGO DE GRANDIS  
procurador

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

16 JUL 2012

## MUDANÇAS NA LEI

Os efeitos das alterações na lei de lavagem de dinheiro



### Processo por lavagem

A partir de agora é possível processar alguém pelo crime de lavagem de dinheiro partir de qualquer tipo de infração penal. Antes, havia uma lista de crimes que poderiam levar à abertura do processo



### Cadastro obrigatório

Imobiliárias, cartórios, juntas comerciais, gestores de fundos, sociedades de advogados, entre outros, passam a ser obrigados a manter cadastro no Coaf, órgão de controle do governo



### Aumento na multa

A multa por não informar suspeitas ao Coaf passou de R\$ 200 mil para até R\$ 20 milhões



### Venda de bens

A Justiça pode vender bens possivelmente ilícitos antes do fim do processo, o que evita a depredação do patrimônio. Caso haja absolvição, o suspeito recebe o dinheiro de volta



### Servidor envolvido

Servidor público indiciado por lavagem de dinheiro pode ser afastado



### AS POLÊMICAS DA NOVA LEI

> A OAB questiona a obrigatoriedade de advogados prestarem informações ao Coaf sobre seus clientes  
> Entidades de servidores reclamam do dispositivo que prevê afastamento de funcionários indiciados por lavagem



### O QUE É LAVAGEM DE DINHEIRO

Operações realizadas para tentar esconder valores obtidos de maneira ilícita, como sonegação, roubo, tráfico, corrupção e jogos ilegais

### FORMAS COMUNS DE LAVAGEM NO BRASIL

- Compra e venda de imóveis por valores simulados
- Registro de bens em nome de laranjas
- Internação de dinheiro ilegal, vindo do exterior, através de fundos que aplicam em empresas legalmente constituídas
- Simulação de atividades econômicas de difícil apuração, como compra e venda de gado
- Compra de bilhete premiado em loterias

## Advogados criticam fim da lista de infrações

O resultado da nova lei de lavagem de dinheiro na estrutura legal do país vai depender da regulamentação do texto e de como ela será aplicada pelos tribunais no dia a dia, segundo advogados ouvidos pela reportagem.

O advogado Jair Jaloreto, especialista em crimes do colarinho branco e lavagem de dinheiro, critica o fim da lista de infrações.

“A lei passa a permitir uma interpretação subjetiva e discricionária, qualquer tipo de conduta pode ser enquadrado. O melhor seria que houvesse um rol taxativo, delimitado, de crimes graves”, diz.

Com a nova lei, afirma Jaloreto, mesmo casos em que foi configurada somente uma situação culposa (quando não há intenção) a pessoa pode ser punida, perdendo ou tendo seus bens bloqueados.

Outro problema, segundo o advogado Fabio Tofic, sócio fundador do IDDD (Instituto de Defesa do Direito de Defesa), é a possibilidade de advogados terem de informar indícios de crime de lavagem cometidos por clientes. “Porém, a Constituição confere à advocacia o sigilo da relação com o cliente. Não há o que possa mudar isso.”

Em razão da dúvida sobre o papel do advogado no novo texto legal, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) vai avaliar as repercussões da aplicação da lei para a profissão antes de adotar alguma posição.

# FOLHA DE S. PAULO

## Justiça multa prefeito do Rio e Lula por propaganda

16 JUL 2012

Eles foram condenados a pagar R\$ 5.000 cada

A Justiça Eleitoral do Rio multou em R\$ 5.000 o ex-presidente Lula e o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), candidato à reeleição, por propaganda antecipada.

A ação foi movida pelo PSDB, que questionou o discurso do prefeito e a participação de Lula na inauguração de um corredor expresso de ônibus, em 6 de junho.

“Em 2008, Paes era um cidadão que eu pouco conhecia. Por não conhecer, eu tinha dúvida [em apoiá-lo]. Mas fui convencido pelo [governador] Sérgio Cabral. Não me arrependo de ter pedido voto e farei isso de novo em 2012 com muito mais convicção”, disse Lula na ocasião.

Paes foi um dos maiores críticos ao governo do petista enquanto era deputado federal pelo PSDB.

Na defesa, o prefeito do Rio argumentou que as reportagens apresentadas como provas colocam as declarações dele e de Lula fora do contexto. Ele disse que vai recorrer.

A defesa do ex-presidente usa o mesmo argumento e afirma que ele apenas foi convidado para participar da inauguração, pois a obra teve apoio do governo federal.

Para a juíza Ana Paula Pontes Cardoso, da 192ª Zona Eleitoral do Rio, Lula fez um pedido expresso de votos.

O ex-presidente já fora condenado a pagar R\$ 5.000 por ter participado do “Programa do Ratinho”, no SBT, ao lado do candidato do PT em São Paulo, Fernando Haddad.

## PAINEL

**Aperitivo** Carlos Ayres Britto, presidente do STF, almoça amanhã com promotores de São Paulo no clube Paulistano. O encontro ocorre quando o Supremo discute se o Ministério Público pode comandar investigações.

# FOLHA DE S. PAULO

## ELIO GASPARI

# A caixa-preta 15 JUL 2012 do exame da OAB

**A Ordem dos Advogados  
se mete em tudo, menos  
nos seus próprios negócios  
milionários**

*EM DEZEMBRO de 2010, quando se descobriu que uma lambança ocorrida na distribuição das provas do Enem atrapalhara a vida de cerca de 10 mil dos 3,3 milhões de jovens que haviam prestado a prova, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, prontamente anunciou que pediria a anulação do exame.*

*Seria mais razoável oferecer uma nova prova aos prejudicados (o que foi feito), mas a Ordem defendeu uma posição extrema.*

*A veneranda OAB fez fama como papagaio de pirata de crises. Há um problema, e lá está ela metendo seu bico. Não importa que o assunto nada tenha a ver com o exercício da profissão de advogado. Nem mesmo que proponha uma nova e absurda prova para 3,3 milhões de jovens.*

*A OAB tornou-se uma instituição milionária e suas contas estão longe da vista do poder público. O doutor Ophir chegou a dizer que “o Congresso Nacional tornou-se um pântano”. Um de seus antecessores, Roberto Busatto, disse que “o comportamento indecoroso de alguns agentes públicos expôs ao desgaste as instituições do Estado”.*

*No seu próprio quintal, ela não é tão vigorosa, muito menos transparente. Há anos pipocam denúncias de fraudes no exame que os bacharéis são obrigados a prestar na Ordem para poderem trabalhar como advogados.*

*Desde 2007, sabia-se que uma integrante da banca de Brasília vendera por R\$ 4.000 as perguntas de uma prova. Posteriormente ela recebeu o título de “melhor examinadora”.*

*Em Goiás, 41 candidatos compraram provas por até R\$ 15 mil, e o Tribunal de Ética da Ordem decidiu que eles nada devem. Jamais a OAB mobilizou-se para punir exemplar e publicamente esse tipo de delinquência.*

*Agora a Polícia Federal anunciou que existiram duas infiltrações fraudulentas nos seus exames de 2009 e 2010. Numa ponta, 152 bacharéis compraram provas e, com isso, 62 deles habilitaram-se para cargos na PF, na Receita e na Abin. Felizmente, graças à polícia, foram afastados de suas funções.*

*Na outra ponta o problema é maior: 1.076 advogados “colaram” durante os exames. A PF descobriu isso de uma maneira simples. Rodou as respostas dos candidatos num programa de computador desenvolvido na Academia Nacional de Polícia, e a máquina descobriu onde se colou.*

*Simples: se num local 30% dos candidatos acertaram uma questão que teve um índice nacional de acerto de 5%, houve “cola”. (Steve Levitt explica a racionalidade estatística do sistema num capítulo do seu magnífico livro “Freakonomics”). Esse tipo de auditoria tornou-se o terror da rede escolar pública americana. Na semana passada, pega-*

*ram uma rede de “cola” num dos melhores colégios de Nova York.*

*Se a OAB quer continuar a dar lições aos outros, pouco lhe custaria criar uma auditoria semelhante à que a Polícia Federal usou. Não conseguirá pegar todos os examinadores que vendem provas, mas identificará os locais onde a “cola” é ampla, geral e irrestrita.*

15 JUL 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Serra contesta impugnação e diz que sua candidatura está regular

**DE SÃO PAULO** - Candidato do PSDB à Prefeitura de São Paulo, José Serra afirmou ontem não estar preocupado com a impugnação de sua candidatura pelo Ministério Público Eleitoral. O tucano negou irregularidades no seu registro.

O promotor Roberto Senise, integrante do grupo que analisou os pedidos de candidatura, informou anteontem que Serra não havia apresentado certidões com a situação atual dos processos a que responde.

Segundo Serra, a certidão que a Promotoria diz faltar está entre os documentos entregues. "Está entre a papelada. É só examinar que não tem problema nenhum", disse. "É só checar os documentos."

Ele afirmou que a certidão completa é do STJ (Superior Tribunal de Justiça), não do TJ.

Além da de Serra, anteontem, a Promotoria também impugnou a candidatura de Celso Russomanno (PRB).

As contestações serão analisadas pela Justiça Eleitoral, após os esclarecimentos dos candidatos. A decisão tem de sair até 5 de agosto.

15 JUL 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL DOS LEITORES

#### Juíza

Solidarizo-me com a juíza Barbara Carola Hinderberger Cardoso de Almeida (“Eu quero minha liberdade de volta”, “Opinião”, 13/7). Coragem não lhe falta. Mas tenho certeza que muitos brasileiros querem de volta não a liberdade, mas a honestidade e a honradez para os componentes de nossas instituições públicas.

**WANDER CORTEZZI** (São José do Rio Preto, SP)



O Estado deve à juíza Bárbara Hinderberger Cardoso de Almeida a segurança a que ela tem direito para exercer a sua relevante função pública. É inaceitável que um magistrado tenha sua vida colocada em risco só por cumprir o seu dever. Há poucas semanas um juiz do caso Cachoeira pediu afastamento alegando cansaço, mas admitindo ameaças à família. A falta de pronta resposta das autoridades nesses casos acaba encorajando o crime organizado.

**JOÃO RAMOS DE SOUZA** (São Paulo, SP)

# FOLHA DE S. PAULO

## CNJ vai apurar conduta de magistrada em blitz da lei seca

14 JUL 2012

### Confusão com policiais terminou na delegacia

A Corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) vai avaliar a conduta da desembargadora Iara Ramires da Silva de Castro, do Tribunal Regional do Trabalho, que se envolveu em confusão com PMs em blitz da lei seca.

Ela e a filha, a advogada Roberta Sanches de Castro, 39, discutiram com policiais militares ao serem paradas na quarta na av. Paulista, em São Paulo. Roberta se recusou a assoprar o bafômetro.

Com a averiguação preliminar, chamada de "pedido de providências", a Corregedoria vai avaliar se é necessário abrir procedimento disciplinar contra a magistrada.

Em casos tornados públicos, como este, a instauração da apuração preliminar pode ser feita por iniciativa da própria Corregedoria, sem que seja feita qualquer denúncia.

Na apuração, a magistrada poderá apresentar a sua versão da ocorrência. Enquanto os PMs dizem terem sido hostilizados e agredidos pela desembargadora e pela filha, elas afirmam que os policiais foram truculentos.

A confusão acabou em boletim de ocorrência registrado por dois soldados no 78º DP (Jardins) por desacato e suspeita de embriaguez e uma denúncia por abuso de autoridade contra os policiais na Corregedoria da PM.

À **Folha** Roberta disse que, antes de averiguar se havia bebido, os PMs pediram para revistar o carro, o que ela não aceitou. Segundo os policiais, ela estava visivelmente embriagada e agressiva.

# FOLHA DE S. PAULO

## Tribunal de Goiás

# afasta juiz ligado a grupo de Cachoeira

**TRT abre processo para investigar denúncias feitas contra desembargador**

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede em Goiás, afastou de suas funções na quinta-feira o desembargador Júlio César Cardoso de Brito, acusado de envolvimento com o empresário Carlinhos Cachoeira.

Escutas telefônicas feitas pela Polícia Federal e documentos encaminhados ao TRT pela 11ª Vara Federal Criminal de Goiás sugerem que Brito orientava advogados do grupo de Cachoeira a lidar com ações no tribunal em troca de vantagens financeiras.

Por unanimidade, os desembargadores do tribunal decidiram abrir processo disciplinar para investigar denúncias apresentadas pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Sindicato dos Servidores Federais em Goiás.

Na véspera, Brito pediu licença de suas funções no TRT, onde era vice-presidente e chefiava a corregedoria.

O processo se baseia em 77 ligações telefônicas interceptadas pela polícia, em que o desembargador conversa com um dos braços direitos de Cachoeira, Gleyb Ferreira da Cruz, que Brito trata como "companheiro" e "irmão".

Nas conversas, o desembargador discute a situação de várias empresas que enfrentavam ações trabalhistas

**Escutas mostram Brito discutindo andamento de causas trabalhistas; juiz diz que não atuou no julgamento de ações**

no TRT de Goiás, entre elas o laboratório farmacêutico Vitapan, de Cachoeira, a distribuidora de medicamentos JC, de um irmão do empresário, e a Ideal Segurança.

Há suspeitas de que uma viagem do desembargador a Buenos Aires foi patrocinada por Gleyb. Numa das conversas gravadas pela polícia, um operador de Cachoeira discute com Brito a encomenda de um computador que o empresário traria para ele de Miami, nos Estados Unidos.

O juiz alegou em sua defesa que não participou do julgamento de ações de interesse das empresas, mas o tribunal entendeu que Brito orientava os advogados do grupo de Cachoeira, trocando mensagens com a identificação dos processos para acompanhamento no TRT.

As escutas telefônicas mostram que o desembargador se referia a Cachoeira como "cabeça" e "companheiro" e também mantinha contato com o delegado da Polícia Federal Deuselino Valadares dos Santos, afastado de suas funções por causa de sua ligação com Cachoeira.

Preso no fim de fevereiro e alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, Cachoeira é acusado de comandar uma rede de corrupção e tráfico de influência com ramificações em vários Estados.

O TRT designou o desembargador Platon Teixeira de Azevedo Filho para assumir as funções de Brito na vice-presidência e na corregedoria enquanto durarem as investigações no tribunal.

O envolvimento de Brito com Cachoeira foi investigado inicialmente por uma comissão de sindicância, instaurada em maio, depois que reportagens publicadas pelos jornais "O Popular", de Goiás, e "Correio Braziliense", de Brasília, revelaram as ligações do desembargador com o grupo de Cachoeira.

Diante da gravidade das informações recebidas da Justiça Federal, a comissão de sindicância suspendeu o procedimento preliminar e o tribunal decidiu julgar a proposta de abertura de processo administrativo disciplinar, apresentada pelo presidente da Corte, desembargador Mário Sérgio Bottazzo.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

14 JUL 2012

## CONEXÃO NO JUDICIÁRIO

Tribunal de Goiás afasta desembargador por ligação com Cachoeira



**Júlio César  
Cardoso de Brito**

O desembargador, vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Goiás (TRT-GO), foi afastado do cargo por suspeita de ligação com o grupo de Carlinhos Cachoeira



**Carlinhos Cachoeira**

O empresário, preso desde fevereiro deste ano, é acusado de chefiar um esquema de exploração de máquinas caça-níquel. Ele ainda é suspeito de envolvimento com diversas autoridades públicas pelo país



**Gleyb Ferreira da Cruz**

Assessor de Cachoeira, é considerado o braço direito do empresário. Ele foi preso pela polícia por envolvimento no esquema do grupo que explorava ilegalmente jogos de azar no Estado de Goiás

CONTINUA

14 JUL 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### Suspeitas contra o desembargador

**1** Trocou ligações telefônicas com Cachoeira e seu assessor Gleyb Ferreira da Cruz. Nelas, o desembargador sinaliza amizade com os dois

**2** É acusado de beneficiar empresas em processos trabalhistas, entre elas o laboratório farmacêutico Vitapan, que pertence a Cachoeira

**3** Segundo escutas da polícia, uma viagem a Buenos Aires feita pelo juiz Cardoso de Brito e sua esposa teria sido parcialmente paga por Gleyb

**4** Teria utilizado um telefone celular secreto para se comunicar em segurança com Cachoeira e outros membros de seu grupo

**5** Encontros entre empresários goianos e o ministro do TST Guilherme Augusto Caputo Bastos teriam sido intermediados pelo desembargador

**6** Teria emprestado, por um final de semana, um carro Mercedes-Bens que pertencia a Marco Antônio Ramos, irmão de Cachoeira

### Defesa do desembargador na sindicância

**1** Afirma que conhecia Cachoeira e Gleyb apenas superficialmente e que não fez negócios com nenhum dos dois

**2** Nega que tenha exercido tráfico de influência em ações trabalhistas

**3** Diz que fez a viagem para Buenos Aires junto com Gleyb, mas todas as despesas foram pagas com recursos próprios

**4** Afirma que não utilizou qualquer tipo de telefone celular secreto para falar com quem quer que seja

**5** Nega intermediação de encontros, mas diz que houve contatos institucionais entre o TST e empresas, especialmente o laboratório Neoquímica

**6** Alega que pegou o veículo emprestado, mas que o usou apenas uma vez e que o devolveu no mesmo dia

## Desembargador nega relação íntima com grupo

O desembargador Júlio César Cardoso de Brito alegou em sua defesa nos autos que mantinha convívio social com Gleyb Ferreira da Cruz e com Deuselino Valadares dos Santos, não chegando a amizade íntima ou a algum vínculo negocial.

Diz que é amigo do policial há dez anos, a quem habitualmente trata por "polícia" ou "orea", frequentando sua residência, participando de reuniões sociais e atividades maçônicas.

Sustentou que conhecia superficialmente Carlinhos Cachoeira, sem nenhum convívio diário.

Negou qualquer influência sua no julgamento de processos, afirmando estar provado nos autos que não participou de julgamentos que envolviam interesse das empresas Ideal Segurança, Vitaplan Indústria Farmacêutica e JC Distribuidora de Medicamentos.

Exibiu documentos mostrando que não atuou como relator ou como revisor em processos que estão em tramitação no tribunal.

Disse que na viagem com sua mulher a Buenos Aires, acompanhados de Gleyb Ferreira da Cruz e Marcos Antônio Ramos, Cruz e Ramos souberam casualmente que viajaria à Argentina.

Afirmou ainda que cada um viajou por sua própria conta.

Finalmente, negou a acusação de ter intermediado encontros entre empresários goianos do Laboratório Neoquímica e o ministro do TST Guilherme Augusto Caputo Bastos.

Afirmou que os contatos de empresários com o ministro foram institucionais, com o intuito de conseguir patrocínio para seminários de direito desportivo trabalhista, eventos para cuja organização apenas pretendeu ajudar.

14 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Promotoria contesta candidaturas de Serra e Russomanno em SP

Segundo órgão, tucano não entregou papéis e ex-deputado tinha dívida eleitoral quando registrou sua candidatura

**Justiça vai decidir após esclarecimento de ambos; Russomanno criticou promotor e Serra não comentou**

O Ministério Público Eleitoral de São Paulo impugnou ontem as candidaturas de José Serra (PSDB) e Celso Russomanno (PRB) à prefeitura. Eles lideram a corrida paulistana com 31% e 24% das intenções de voto, respectivamente, segundo o Datafolha.

De acordo com o promotor Roberto Senise, que faz parte do grupo que analisou os pedidos de candidatura, Serra não apresentou certidões com a situação atual dos processos a que responde.

“Ele juntando as certidões, vamos analisar o conteúdo, ver qual o andamento real das ações e reavaliar. Ele precisa dizer se houve condenação ou se a ação foi extinta.”

A assessoria de Serra disse não poderia comentar porque o departamento jurídico ainda não havia sido notificado.

Já Russomanno, segundo o órgão, não tinha pago até o dia 5 de julho uma multa de R\$ 5.000 de sua campanha pelo governo estadual, em 2010. A data era o prazo máximo exigido para que os candidatos estivessem quites.

“O caso de Russomanno, no entendimento do Ministério Público, compromete a candidatura”, diz Senise.

Segundo o Ministério Público, Russomanno pagou a multa ontem e adicionou o comprovante ao pedido, mas isso não é suficiente. “O pagamento o habilita para disputar as eleições de 2014, mas não as deste ano”, diz.

Russomanno disse que pagou a multa em 2011 e contestou a impugnação. “O Ministério Público não sabe o que faz. É um troço ridículo.”

As contestações serão analisadas pela Justiça Eleitoral, após esclarecimentos dos candidatos. A decisão tem de sair até o dia 5 de agosto.

Além deles, foram impugnados quatro candidatos nãnicos à prefeitura: Anaí Caproni (PCO), Ana Luiza (PS-TU), Carlos Giannazzi (PSOL) e Levy Fidelix (PRTB).

Dos 1.191 candidatos a vereador, 403 tiveram o pedido de candidatura questionado pelo Ministério Público.

Partidos e candidatos também podem contestar candidaturas. O total será divulgado na próxima semana.

**MINAS GERAIS**

**Grupo do PSD tenta anular na Justiça a aliança com o PT**

**DE BELO HORIZONTE** - A ala do PSD destituída do comando da sigla em Belo Horizonte pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD), contestou a medida na Justiça Eleitoral e impugnou a coligação do PT.

O documento protocolado na Justiça afirma que, pelo estatuto do PSD, compete à Executiva Nacional deliberar sobre o cancelamento de convenções municipais e designação de comissões interventoras, e que isso não ocorreu em BH.

O setor do PSD que defende a reeleição de Marcio Lacerda (PSB) é liderado pelo secretário de Gestão Metropolitana de Minas, Alexandre Silveira. Segundo ele, houve “tentativa de intervenção ilegal” por Kassab, presidente do partido.

# FOLHA DE S. PAULO

## Eu quero minha liberdade de volta

BARBARA CAROLA HINDERBERGER CARDOSO DE ALMEIDA

Eu sou juíza e estou ameaçada de morte.

Comecei na magistratura há 20 anos. Há 18, estou aqui em Embu das Artes. Em todos esses anos e por todos os fóruns em que já passei, nunca tive a minha vida ameaçada. Nem mesmo quando julguei grandes processos criminais envolvendo o crime organizado.

Há pouco mais de um mês, ordenei a desocupação imediata de Área de Proteção Ambiental (APA) pertencente à CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano). Ela havia sido invadida por integrantes do MTST, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

Segui o que manda a legislação ambiental brasileira, uma decisão que favorece a comunidade como um todo, no presente e no futuro.

A partir daí, porém, recebi ameaças de morte, inclusive registradas pela Polícia Militar, por conta de minha sentença favorável à manutenção da APA. Fiquei sinceramente espantada. Nunca imaginei que alguém pudesse tentar me coagir por defender o meio ambiente.

É como o desembargador Roque Mesquita disse em um artigo: "Ser magistrado no Brasil se tornou uma profissão de risco". Fato. Lamentavelmente, isso está se tornando comum. Você sempre está sujeito a sofrer algum tipo de perseguição ou tentativa de coação, nesse caso traduzida em ameaça de morte.

Quando prestei concurso para a magistratura, nunca me passou pela cabeça que um dia alguém, por causa de uma decisão minha, ficaria tão contrariado a ponto de ameaçar tirar minha vida. Foi muito ruim ouvir uma voz ao telefone ameaçando me matar.

Claro que sinto medo. Sou humana. É normal.

Passei a dispor de escolta policial 24 horas por dia. Nesse período, não podia ir ao shopping sozinha, não podia ir ao mercado nem encontrar os amigos sem um segurança por perto.

O medo é um sentimento tão ruim, tão destruidor, que não contei nem para minha própria mãe o

Sou juíza há 20 anos. Sou linha dura, dizem. Pressão é comum, mas em 2012 surgiram ameaças de morte. Um medo destruidor, não poder ir ao mercado sozinha

que estava acontecendo. Mas o fato se tornou público, e ela leu nos jornais que a sua filha estava ameaçada de morte.

Curiosamente, o que mais eu sentia além de medo era constrangimento! Fiquei constrangida por tirar policiais das ruas, que estavam trabalhando em prol da segurança da população, para servir à segurança de uma única pessoa: eu.

Quanto mais eu convivía com o medo, mais eu tinha a certeza de que não podia parar. Eu não podia e não posso ceder. Não podia deixar que a Justiça fosse derrotada. A Justiça e eu. Afinal, é o meu dever que a segurança e a ordem social sejam garantidas. Não trabalho para mim, trabalho para todos.

Há 15 dias, dispensei a escolta armada que me protegia.

Viver se sentindo como um refém é horrível. É pior do que muitas sentenças que já dei nesses anos de magistratura. Você não fica mais totalmente relaxada. O medo passa a ser sua companhia. E passou a me acompanhar em todos os lugares.

Mas, para ser magistrada, você tem que ser forte. Ser forte e ter caráter para não ceder às pressões — durante os anos de trabalho, você é pressionada de todas as partes e de todas as formas.

Eu amo a minha profissão. Sou uma juíza considerada linha dura. Faço com que as ordens judiciais sejam cumpridas. E no Brasil é preciso que isso aconteça para que o Estado democrático de Direito não seja abalado. É isso o que defendo.

Ser juiz é não ter dúvida que a Justiça será feita. Ser juiz é ter coragem. É desejar que a Justiça prevaleça sempre, não importando o sexo, a classe social ou a escolaridade de quem quer que sejam as partes.

13 JUL 2012

Mas não é por eu estar sendo ameaçada que irei parar de trabalhar ou pensar duas vezes antes de uma decisão. Na verdade, minha decisão já está tomada: não vou desistir, isso não vai afetar o meu trabalho.

Assim como o medo é uma característica humana, a capacidade de ter certeza também. E eu estou segura de ter tomado a decisão certa em favor da sociedade.

A comunidade para qual trabalho reconhece minha luta e minha força. Percebo que estão do meu lado. Desde o frentista do posto de gasolina até o presidente da Câmara dos Vereadores de Embu das Artes me apoiaram. Eu me senti amparada e querida, o que me deu forças. São ações como essas que me fazem perceber que estou no caminho certo, que estou exercendo minha função honestamente.

Agora, o que eu mais quero é minha liberdade de volta.

BARBARA CAROLA HINDERBERGER CARDOSO DE ALMEIDA, 49, é juíza em Embu das Artes (SP)

13 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Bate-boca entre desembargadora e policiais trava blitz na Paulista

PMs dizem que foram hostilizados por juíza e a filha dela; elas afirmam que foram agredidas

**Confusão ocorreu depois que advogada se recusou a soprar bafômetro e impediu que PM revistasse carro**

De um lado, policiais militares com um bafômetro. De outro, uma desembargadora com as credenciais do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) e a filha dela, uma advogada. Todos se envolveram em um bate-boca que interrompeu uma blitz da lei seca em plena avenida Paulista, no fim da noite de ontem.

Enquanto PMs dizem que foram hostilizados e agredidos pelas duas, elas afirmam que os policiais é que foram truculentos e as empurraram.

A confusão acabou em boletim de ocorrência no 78º DP (Jardins) por desacato e suspeita de embriaguez ao volante registrado por dois soldados e uma denúncia por suposto abuso de autoridade contra os PMs na Corregedoria da corporação.

A advogada Roberta Sanches de Castro, 39, dirigia seu carro na volta de um show quando foi parada na blitz, em frente ao prédio da Gazeta. A mãe dela, a desembargadora Iara Ramires da Silva de Castro, 63, estava no banco do passageiro. Atrás, uma tia e uma prima da advogada.

A Folha Roberta disse que, antes de averiguar se ela havia bebido, os PMs pediram para revistar o carro. Mãe e filha não permitiram, alegando não haver nenhuma suspeita ou mandado judicial.

Na sequência, os PMs pediram que Roberta soprasse o bafômetro, mas ela se negou. Segundo os policiais, a advogada estava visivelmente embriagada e agressiva logo ao descer do veículo.

Os soldados —identificados como Cláudia e Duarte— afirmaram que Roberta criticou a blitz, dizendo que a operação “era uma palhaçada”. Eles relataram que a magistrada dizia ser “a maior desembargadora do país”.

Após isso, o bate-boca se iniciou e, segundo o PM Duarte, mãe e filha o agrediram, com tapas no peito, além de mandar que ele e seus colegas calassem a boca.

A versão de mãe e filha diz que as agressões e gritos de “cala a boca” partiram, na verdade, de dois PMs —o soldado Duarte e um major que comandava a blitz. Segundo Roberta, cansada de esperar a verificação dos documentos do carro, Iara pediu que os PMs fossem rápidos.

“O soldado gritou com ela, mandando que ela entrasse no carro. Depois, a empurrou. Nessa hora, vooi para cima dele, mas não cheguei a agredi-lo.” A advogada disse que, somente após os gritos do PM, a mãe se identificou como desembargadora. Roberta, que fez exame de sangue no IML, diz que não bebe.

## DÚVIDAS SOBRE A BLITZ DA LEI SECA

### 1 Como é a blitz?

Policiais bloqueiam pistas de avenidas e deixam apenas uma ou duas faixas para a passagem de carros. Após pará-los, pedem que o motorista assopre o bafômetro

### 2 Como é a escolha das pessoas fiscalizadas?

Aleatória. Mas os policiais usam lanternas para observar dentro do carro ainda em movimento. Se detectarem sinais de consumo de álcool, podem parar o veículo

### 3 O veículo pode ser revistado?

Sim, segundo a PM

### 4 O motorista é obrigado a soprar o bafômetro?

Não. Mas, se o policial detecta sinais de embriaguez, pode encaminhar a pessoa para a delegacia

# FOLHA DE S. PAULO

## Um dia após cassação, ex-senador retoma cargo de procurador em GO

Demóstenes também enfrentará investigação na nova função

Cassado no Senado, Demóstenes Torres reassumiu o cargo de procurador criminal no Ministério Público de Goiás, do qual estava licenciado desde 1999.

Ontem, o nome do agora ex-senador foi colocado na porta da 27ª Procuradoria de Justiça. Demóstenes, que terá direito a dois assessores, pediu cinco dias úteis de folga para preparar a volta.

Mas o reinício de sua carreira na Promotoria, que lhe pagará R\$ 22 mil brutos mensais, já é contestada.

A Corregedoria do órgão informou que abrirá procedimento disciplinar para apurar "eventual falta funcional" no seu relacionamento com Carlos Cachoeira, motivo que o levou à cassação anteontem. Entre as penas previstas, há a de expulsão.

Mesmo cassado, ele terá plano de saúde vitalício do Senado, com limite de cerca de R\$ 32 mil ao ano.

Recebem o benefício ex-congressistas que ocuparam o cargo por mais de 180 dias. Demóstenes ficou nove anos.

O ex-senador voltou a dizer que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal para retomar o mandato e que já tem novo advogado para isso.

Os pertences de Demóstenes que ainda estavam em seu antigo gabinete já começaram a ser encaixotados ontem. A cassação foi publicada no "Diário Oficial do Senado", o que oficializa o ato.

O primeiro suplente, Wilder Moraes, tem 60 dias para tomar posse, prorrogáveis por mais 30. A posse pode ocorrer mesmo no recesso, que começa na quarta e termina em agosto. Filiado ao DEM, ele ainda não avisou quando irá assumir.

13 JUL 2012

13 JUL 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Justiça cassa mandato de prefeita de Santarém por abuso de poder

**DE BELÉM** - O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Pará cassou ontem o mandato da prefeita de Santarém, Maria do Carmo (PT), acusada de abuso de poder político e econômico e de captação ilegal de votos nas eleições de 2008.

Ela, porém, deve permanecer no cargo até que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) julgue recurso contra a decisão.

Funcionários do TRE-PA avaliam que, com uma possível sobrecarga do TSE em ano eleitoral, é provável que a prefeita continue no cargo até o fim do mandato, em dezembro, sem que o recurso seja julgado.

Segundo o TRE, o lançamento de um programa para regularização de terras e a propaganda irregular em ano eleitoral foram excessos suficientes para a cassação do mandato.

A defesa da prefeita diz que o programa era do governo federal, feito com verba federal.

## MÔNICA BERGAMO

### BALANÇA

No post "Mamãe, Saí na **Folha**", o colaborador da Wikipédia Chico Venâncio explicava ontem os critérios de edição do perfil do ministro do STF Gilmar Mendes. Ele tirou da enciclopédia artigo de Carlos Velloso elogiando o ex-colega. Deixou declaração de Dalmo Dallari sobre Mendes no Supremo: "Não há exagero em afirmar que estarão correndo sério risco a proteção dos direitos no Brasil e o combate à corrupção". Mendes questiona os "critérios" junto à Wikipédia.

# FOLHA DE LONDRINA

# PDT vai ao STF

# para anular

# atuação 14 JUL 2012

# do Gaeco no PR

**Pedetistas contestam decreto do governo estadual que sustenta funcionamento dos grupos de combate à corrupção ligados ao MP**

**Curitiba**— O Partido Democrático Trabalhista (PDT) quer anular a atuação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) no Paraná. O órgão, ligado ao Ministério Público (MP), é coordenado por promotores e procuradores de Justiça e conta com o serviço de policiais militares e civis para realizar investigações. O partido entende, porém, que o trabalho é ilegal e, por isso, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF).

A ADI já havia sido prometida pelo presidente do PDT, Carlos Lupi, quando esteve em Londrina, no mês de maio, apoiando o ato de desagravo feito pelo partido em defesa do prefeito Barbosa Neto (PDT), devido às denúncias contra pessoas ligadas à administração pública.

Na ADI, o partido questiona o decreto estadual número 3.981/2012, do governo do

Paraná, que estabelece diretrizes de cooperação do Poder Executivo estadual com o Ministério Público, que, segundo o PDT, contrariam o artigo 144 da Constituição Federal, que trata da estrutura da segurança pública. A legenda pede que o STF decida, liminarmente, a suspensão do decreto e, no mérito, que seja declarada a inconstitucionalidade do documento, com a anulação de todos os trabalhos realizados até agora pelo Gaeco.

No final de abril, o Gaeco de Londrina esteve à frente de uma operação envolvendo a prisão de integrantes do partido e de pessoas ligadas à administração, no episódio de suposta propina oferecida ao vereador Amauri Cardoso (-PSDB), para que ele votasse contra a abertura da Comissão Processante (CP) da Centronic. A CP pode render até a cassação do mandato de Barbosa Neto. “Os últimos acontecimentos em Londrina podem ter colaborado na deci-

são do diretório nacional do partido. Mas não houve um pedido do prefeito Barbosa Neto para entrar com a ação”, disse a presidente do PDT em Londrina, Dayane Medeiros.

De acordo com Valmor Stédile, membro do diretório estadual e nacional do PDT, a ideia de entrar com a ADI vinha sendo discutida desde que Carlos Lupi e outras lideranças do partido participaram do ato em Londrina. “Esperamos que a decisão seja favorável. Esta situação está em desacordo com a Constituição Federal. Não questionamos a atuação do Gaeco e sim a criação por meio de decreto estadual. Em Londrina a ação é mais político-eleitoral do que de combate à corrupção. Por que nunca vimos uma força-tarefa do Gaeco em Curitiba, por exemplo?”, ressaltou Stédile.

**CONTINUA**

14 JUL 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

O principal argumento da ADI é o fato de o decreto estadual determinar que cabe a um promotor de Justiça coordenar o Gaeco, o que seria uma usurpação de funções por parte do Ministério Público. "A criação do órgão só poderia ter sido feita por meio de um projeto de lei e não por um decreto", reforçou o advogado do PDT nacional, Ian Rodrigues Dias.

#### **Posição do MP**

O procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Gia-coia, chefe máximo do MP, sustenta que a ADI é improcedente. "A base do argumento da ADI é fundamentalmente a mesma que sustenta a posição no sentido de vedar ao Ministério Público a função investigativa e que está sendo enfaticamente rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal, ou seja, quer pela natureza constitucional do MP, quer pelos poderes implícitos decorrentes de suas atribuições institucionais, negar a ele o poder de investigar, ainda que não como atividade primária como aquela que é delegada à polícia, seria conspirar contra os interesses da sociedade", afirmou ele, através de uma nota.

### *'Não vou ter o trabalho nem de ler'*

O coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em Londrina, o promotor de Justiça Cláudio Esteves, minimizou a iniciativa do PDT, que questiona a legalidade das investigações feitas pelo órgão auxiliar do Ministério Público (MP). Segundo ele, "é tão disparatada a ação que fica difícil fazer algum comentário".

O promotor evitou fazer qualquer análise dos argumentos apresentados na ação pelos pedetistas. "Não vou ter o trabalho nem de ler."

Esteves, que está no MP do Paraná há mais de 15 anos, tendo atuado também na antiga Promotoria de Investigações Criminais (PIC), responsável por apurações que levaram à cadeia o ex-prefeito de Londrina Antonio Belinati, afirmou ter ficado surpreso com a estratégia do partido. "Judicialmente surpreende sim. É a primeira vez que alguém toma essa atitude." O Gaeco garante que os inquéritos e as investigações em andamento seguem normalmente.

14 JUL 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## ÍNFORME

### Questão nacional

Londrina volta a ser cenário importante de questão nacional: o PDT requereu no STF a supressão do Gaeco como ato de legítima defesa do seu militante, o prefeito Barbosa Neto. Ainda no decorrer da semana dirigentes empresariais se manifestaram em favor das atuações daquele órgão do Ministério Público e em especial as ações saneadoras desencadeadas na cidade.

Quanto menor a politização de uma determinada região brasileira maior a resistência a órgãos investigatórios como se deu no norte do país em que os deputados chegaram ao cúmulo de pleitar uma CPI do Gaeco, tal o estrago que suas devassas faziam à classe política. O presidente nacional do PDT, o notório Carlo Lupi, chegou a fazer um comício em Londrina, no qual anunciou a disposição de lutar pela extinção do Gaeco que já vinha acoplada a outra demanda que tenta retirar do Ministério Público ações de polícia. Londrina é o exemplo vivo da importância do Gaeco numa sociedade minada pela corrupção.

**MAZZA**

### Folclore

Valmor Stedile, advogado do PDT: por que o Gaeco só funciona em Londrina e pouco se sabe do que ele faz em Curitiba?

14 JUL 2012

# FOLHA DE LONDRINA

SUPLENTE DE DEMÓSTENES



- Trocando seis por meia dúzia...

# FOLHA DE LONDRINA

INFORME

14 JUL 2012

## Compra de votos

Eleitores denunciados pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) do Paraná por supostamente “venderem” seus votos para o vereador Joel Garcia (PP) nas eleições de 2008 tiveram ontem suspensão condicional das suas penas em audiência com a juíza da 146ª Zona Eleitoral, Zilda Romero. Dos 23 eleitores denunciados pelo Ministério Público (MP), 21 compareceram na audiência marcada. Todos são do Distrito de São Luiz (Região Sul) e, segundo o que sustenta o MP, receberam entre R\$ 15 e R\$ 30 para votarem no vereador. Como são réus primários, porém, o MP propôs a suspensão do processo caso eles cumpram, por um período de dois anos, algumas condições, como não frequentar boates e bares, não se ausentar da cidade por prazo superior a 30 dias ou transferir residência sem autorização judicial, além de comparecer bimestralmente perante a Justiça, para informar e justificar suas atividades. A sugestão do MP foi acatada pela juíza.

## Nova audiência

No dia 24 de agosto ficou marcada uma audiência do mesmo caso, mas para o vereador Joel Garcia. Para ele, o MP não propôs nenhum acordo e por isso o processo continua. O vereador conseguiu anulação de uma condenação do mesmo caso no Tribunal de Justiça porque o MP não tinha incluído na denúncia o nome dos eleitores supostamente corrompidos. No caso dos eleitores, a suspensão não significa que eles foram absolvidos, e sim que não responderão ao processo caso cumpram as recomendações da Justiça no prazo estipulado.

INFORME

## Resistência à transparência 1

O diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Cláudio Abramo, afirmou ontem que a Lei de Acesso à Informação não eliminará a busca dos jornais por dados públicos na Justiça. Embora a nova lei determine que órgãos públicos federais devam prestar informações solicitadas por jornalistas ou cidadãos, Abramo afirmou que os pedidos ainda enfrentarão resistência das fontes oficiais. “A fila de pedidos crescerá e o que os jornais vão fazer? A única saída é a Justiça”, disse.

## Resistência à transparência 2

Entretanto, Abramo diz que o custo dessas demandas judiciais são grandes, o que deve inibir a busca de informações pelos jornais no futuro. “Entrar na Justiça por informação custa caro, demora. Os jornais não conseguirão manter uma estrutura para garantir esse acesso”, disse. Abramo participa do 7º Congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em São Paulo.

14 JUL 2012

# FOLHA DE LONDRINA

# ECA completa 22 anos

## Legislação prevê direitos e deveres de menores, pais e juízes, entre outros

**Brasília** - O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou ontem 22 anos. A lei prevê uma série de direitos e deveres de crianças e adolescentes, pais, conselheiros tutelares, juízes, médicos, entre outros. Estabelece, por exemplo, o direito à saúde, à educação, à convivência familiar, além de questões relacionadas às políticas de atendimento, às medidas de proteção e socioeducativas.

Bárbara Antônia Arcoverde, de 9 anos, aprendeu sobre o ECA em uma cartilha do Menino Maluquinho, que trata de direitos humanos para o público infantojuvenil. "Eu achei (a cartilha) lá em casa e resolvi ler. O

ECA inclui as leis que protegem as crianças e os adolescentes. Eu sei que (os adultos) não podem bater, a gente não pode trabalhar e tem de estudar".

À pergunta sobre o que deveria ocorrer com quem maltrata as crianças e os adolescentes no País, a menina respondeu que deve haver punição severa. "Deviam prender quem faz isso".

Em 2007, foi sancionado o projeto de lei que determina a inclusão do ECA nos currículos escolares do ensino fundamental. Pelo projeto, não é necessário criar uma disciplina, mas os pro-

fessores precisam desenvolver os conteúdos do estatuto em sala de aula. No entanto, essa lei não é respeitada por todas as escolas.

De acordo com Gabriel Geovani de Melo Silva, 14, o ECA não é muito discutido em sala de aula, pois a escola na qual estuda não dá muita atenção à lei. "Eu não conheço muito o estatuto. O que sei, aprendi sozinho. Sei que dá o direito de viver, de ter alimentação adequada, ter os pais para cuidar e também impede o trabalho infantil".

Para a educadora Teresa Santana, é importante que

as crianças e os adolescentes saibam seus direitos e suas responsabilidades, uma vez que a so-

ciedade ainda está muito desinformada e as crianças são vítimas de violência cotidianamente. "A TV ajuda a informar, mas tudo que é feito com abuso acaba atrapalhando. É preciso ter campanhas veiculadas, já que é o meio mais visto".

Ela acredita que não é necessário ter uma matéria específica sobre o ECA, mas as coordenações pedagógicas poderiam tratar do assunto por meio de palestras e outras atividades. "As disciplinas também deveriam tratar disso, seja por meio de trabalhos, pesquisas, redações, pois o assunto é interdisciplinar".

**Para educadora,  
sociedade  
está desinformada  
sobre o ECA**

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

14 JUL 2012

## ONG defende revisão da lei

**Brasília** - Algumas mudanças feitas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ao longo de 22 anos precisam ser revistas, disse a vice-diretora da organização não governamental (ONG) Associação Brasileira Terra dos Homens, Vera Cristina de Souza. Para ela, o estatuto tem pontos muito bons, mas outros precisam ser melhorados, como a lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que entrou em vigor no início deste ano.

"A lei por si só não garante o que está previsto. É preciso ter trabalho de articulação, de sensibilização para mostrar o quanto precisamos melhorar a proteção e garantir os direitos efetivos das crianças e dos adolescentes", disse Vera.

Segundo ela, as unidades de medidas socioeducativas ainda estão se adaptando ao Sinase. Embora a norma seja mais clara em relação aos períodos de internação de adolescentes em conflito com a lei, houve um retrocesso quanto à atuação dos conselhos tutelares. "Os conselhos tutelares perderam algumas atribuições para os juízes (da Infância e Juventude)".

O Sinase foi originalmente instituído por uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) de 2006. O objetivo da lei é nortear a aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, definindo papéis e responsabilidades.

De acordo com a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, as mudanças que o ECA recebeu têm respeitado "de forma muito coerente" as leis brasileiras. Para ela, alterações como o Sinase e a Lei sobre Convivência Familiar acrescentaram direitos e sistemas de garantias. "O Brasil tem uma dívida muito grande com suas crianças e adolescentes. Não só de ontem, mas de hoje, quando estamos com políticas públicas implementadas, buscando resgatar".

14 JUL 2012

## FOLHA DE LONDRINA

# Liminar acelera liberação de mercadorias no porto

**Curitiba** - Os insumos e produtos das indústrias do Paraná, importados e exportados pelo porto de Paranaguá deverão ser analisados e liberados pela Receita Federal no prazo de até cinco dias, independente da operação-padrão realizada pelos auditores fiscais.

A Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), obteve liminar favorável no Mandato de Segurança Coletivo impetrado no último dia 11 de julho, que busca garantir que as mercadorias originárias ou destinadas às indústrias do Estado sejam despachadas no prazo de até cinco dias. Esse procedimento estava sendo prejudicado pela demora na liberação dos auditores da Receita, em face da deflagração da operação-padrão.

Todas as empresas associadas aos sindicatos industriais filiados à Fiep podem se beneficiar da decisão.

A Procuradoria Jurídica da federação também está preparando ações para garantir a continuidade do serviço público executado pelos auditores no porto seco de Foz do Iguaçu, no aeroporto Afonso Pena e nos portos de Itajaí e São Francisco do Sul.

A operação-padrão dos auditores é uma forma de pressionar o governo por melhores condições de trabalho, ela se assemelha a uma greve parcial, em que os profissionais da receita atrasam deliberadamente a liberação das mercadorias durante as inspeções.

15 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

CRIME E CASTIGO

# 'Somos o país que mais pune no mundo'

Criminalista critica reforma do Código Penal  
sugerida por comissão de juristas;  
aprovação depende do Senado



*Todo crime tem que ser previsto  
em uma lei que determine  
o comportamento criminoso*

*Crescimento da população  
carcerária foi o maior do planeta  
nos últimos 20 anos*

CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

15 JUL 2012

**Vítor Ogawa**  
*Reportagem Local*

**A** comissão de juristas responsável pela elaboração do anteprojeto de reforma do Código Penal priorizou o aumento do rigor das penas para conter a violência crescente no País. E não foi só o rigor que aumentou. Cresceu também o número de crimes tipificados, o que vai na contramão do que é feito em outros países.

A avaliação é do professor de Direito Penal e Criminologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Juez Cirino dos Santos. Para ele, o resultado do trabalho deixou a desejar porque faltou legitimidade ao grupo constituído para elaborar o texto.

"Faltou uma ampla discussão popular, nas associações de bairro, nos sindicatos, nos partidos políticos, na academia, nos institutos e nos congressos. Essa comissão de juristas ficou um convescote de pessoas que decidiram o que é crime ou não e ninguém discutiu isso", critica Santos, que iniciou a carreira como professor na Universidade Estadual de Londrina (UEL), fez mestrado e doutorado no Rio de Janeiro e pós-doutorado na Alemanha.

Entre as alterações propostas estão assuntos polêmicos, como a transformação dos jogos de azar em crime, descriminalização do plantio e do porte de maconha para consumo, ampliação de possibilidades de aborto legal e reforço da punição a motoristas embriagados. O projeto de reforma do Código Penal - o que está em vigor é de 1937 - está em tramitação no Senado.

**Qual a sua avaliação sobre as alterações propostas pela comissão de juristas para o anteprojeto do Novo Código Penal?**

Em geral o projeto é punitivo, é mais repressivo que o anterior. É um projeto que acredita na pena como forma de combate à criminalidade, quando ninguém mais em criminologia acredita nisso. Claro que o projeto tem algumas qualidades, mas se é para fazer esse tipo de mudança é melhor deixar como está.

## **O que faltou na elaboração do projeto?**

Faltaram criminólogos reconhecidos por sua competência, pelo seu conhecimento. Na comissão que analisou as propostas estavam juizes e pessoas que normalmente acreditam na pena para resolver o problema da criminalidade. Nós propomos não a ampliação do estatuto penal, mas uma redução. Hoje se fala em Direito Penal mínimo, que deve ser reduzido para defender os direitos fundamentais como o direito à vida, à liberdade, à sexualidade, à idoneidade pessoal. O resto deveria ir para o Direito Administrativo e para o Direito Civil.

Também faltou uma ampla discussão popular, nas associações de bairro, nos sindicatos, nos partidos políticos, na academia, nos institutos e nos congressos. Essa comissão de juristas ficou um convescote de pessoas que decidiram o que é crime ou não e ninguém discutiu isso. Isso faz com que haja uma falta de legitimidade.

## **Quais foram as mudanças em relação aos crimes hediondos?**

Agora nós temos muito mais crimes hediondos. Homicídio qualificado, latrocínio, extorsão qualificada com resultado de morte, extorsão mediante sequestro, estupro, estupro de vulnerável, epidemia com resultado de morte, falsificação de medicamentos e produtos similares, condição análoga à es-

cravidão, tortura, terrorismo, tráfico de drogas (a menos que seja primário tenha bons antecedentes e não se dedique à atividade criminosa), racismo, tráfico de pessoas, crimes contra a humanidade. Praticamente tudo virou crime hediondo. Depois de tanto tempo que inauguramos essa categoria, os crimes hediondos aumentaram e não só quantitativamente, mas também proporcionalmente. Essa ideologia penal ou punitiva de combater a criminalidade com penas está errada.

## **Há um excesso de artigos no novo Código Penal?**

O anteprojeto prevê 543 artigos contra os 360 artigos do Código Penal atual. Temos quase 200 artigos a mais. Apesar de serem muitos artigos, isso representa um avanço no sentido de que atende ao princípio da codificação. Todo crime tem que ser previsto em uma lei que determine o comportamento criminoso e estabelece uma pena para esse comportamento. Essas definições legais de crimes e suas punições têm que estar no Código Penal e não em leis especiais que nem os especialistas conhecem.

Temos 543 artigos, mas que na realidade são muito mais. Na Itália fizeram um levantamento e constataram que havia 6 mil tipos de crimes. Aqui nós fizemos um estudo que constatou 2,6 mil tipos de crimes e cada um se desdobra em três crimes diferentes e isso vai dar mais do que os 6 mil crimes tipificados na Itália. Quem é capaz de saber o que é crime ou não? Esse é o grande problema.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

15 JUL 2012

## **Mas isso vai melhorar ou piorar?**

Se isso vem para mal ou para bem eu não sei. Mas eu acredito que quanto mais se criminaliza pior fica, mas isso só o tempo vai dizer. Entraram também novas categorias de crimes que foram incluídas exatamente da mesma forma que a legislação extravagante veio para o Código Penal. Agora teremos os crimes cibernéticos tipificados com toda essa questão da informática e dos computadores.

## **As pessoas sempre reclamam da impunidade na Justiça brasileira. Como fica com o novo Código Penal?**

Somos o país que mais pune no mundo. O crescimento da população carcerária no Brasil foi o maior do planeta nos últimos 20 anos. Nós punimos mais do que qualquer outro País, mais até do que os Estados Unidos. Eles quintuplicaram a sua população carcerária em 30 anos e nós quintuplicamos em 20 anos. Impunidade aqui é o que não existe. Mas não se resolve o problema da criminalidade por aqui, porque isso não se resolve com pena. Enquanto não resolvermos o problema da marginalização, da miséria, dessa vida abaixo da linha da pobreza absoluta, enquanto não integramos essa população, enquanto não superarmos a sociedade desigual, injusta e desumana, não vamos resolver o problema da criminalidade. Os meios de comunicação não tomam conhecimento disso. A exigência é de cada vez mais punição, de cada vez mais pena, mas isso é uma loucura. O sistema que criamos para combater a criminalidade é um sistema criminogênico. Ele reproduz e amplia a criminalidade.

## **As alterações terão impacto no sistema prisional?**

As instituições penais ficarão cada vez mais superlotadas porque as alterações propõem dificultar a mudança de regime prisional. A progressão do regime agora exige o "bom convívio social", além do bom comportamento carcerário. Eu não sei como vai se provar isso. É uma exigência que não deveria ter sido feita. Nos prazos de progressão do regime do mais grave para o menos grave há uma valorização excessiva da reincidência, que acaba influenciando muito essa questão da progressão dos regimes, mas se existe a reincidência significa que o Estado está falhando na execução do projeto corretivo da prisão, de ressocialização e reeducação do preso. Então a responsabilidade não deveria recair sobre o preso, mas sobre o Estado. Em muitos aspectos essas alterações vão impedir os direitos dos condenados.

## **O que vai acontecer se o Senado aprovar esse Código da maneira como está?**

Ele não pode ser aprovado da maneira como está. Ele tem problemas conceituais muito sérios, tem desarranjos científicos e sistemáticos e que correspondem aos anseios de um ou outro membro da comissão. O problema é que cada um dos membros da comissão ficou responsável por uma parte e depois juntou o texto e ficou um monstro. Está longe de uma filosofia, de um programa político coerente. Se aprovado como está teremos problemas sérios. Estamos perdendo a oportunidade de fazer uma reforma penal efetiva, que não fosse meramente cosmética e que não fosse mais punitiva do que a lei penal que nós temos. Se ele trouxe

alguns aspectos positivos, que são inegáveis, a quantidade de aspectos negativos que ele apresenta não compensa os aspectos positivos.

## **Como deveria ser, na sua visão, o novo Código Penal?**

Em primeiro lugar se os criminólogos e penalistas da comissão de juristas tivessem uma visão avançada e progressista o novo Código não teria esse caráter repressivo e punitivo e não teria essa quantidade de artigos. Deveria ser um Código Penal reduzido à proteção de bens jurídicos individuais. Os bens jurídicos do Estado e da comunidade (que deveriam fazer parte do direito administrativo e cível) não fariam parte deste estatuto repressivo. E como a pena é o instrumento mais inadequado para combater a criminalidade as penas não teriam essa extensão, seriam bem menores. O Direito Penal ainda tem um papel a cumprir nesses crimes que lesionam os direitos humanos fundamentais como o direito à vida, à integridade, à sexualidade. Essa seria a nossa concepção.

15 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

TRABALHO INFANTIL

# Prática que fecha portas e adocece

Pelo menos 4,3 milhões de crianças trocam os estudos pelo trabalho; uma das consequências são as disfunções pelo excesso de esforço

Silvana Leão  
Reportagem Local

**Londrina** - Parte da população brasileira está no lugar errado, no momento errado. São crianças e adolescentes que, em vez de dedicar as horas do seu dia ao estudo, ao lazer e a práticas esportivas, como seria de se esperar, estão em lavouras, canteiros de obras, fábricas de fundo de quintal ou, o que é mais comum no caso das meninas, assoberbados com tarefas domésticas. Além de não ter acesso à qualificação que os garantiria um futuro profissional mais promissor, estes jovens são mais suscetíveis a problemas de saúde, como disfunções causadas por esforço excessivo.

É justamente neste ponto - a área da saúde - que o Paraná quer fechar o cerco ao trabalho infantil. Por meio de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Saúde e o Ministério Público do Trabalho, as se-

cretarias municipais de Saúde vêm sendo incentivadas a notificar as ocorrências relacionadas ao assunto. Isto porque há indícios de que os acidentes de trabalho envolvendo crianças são subdimensionados. Um deles diz respeito aos registros de mortes, que são maiores que as notificações.

"Passamos a pesquisar a ocorrência de óbitos por acidentes de trabalho e os números nos chamaram a atenção", observa o médico Gilberto Martin, que atua no Centro Regional de Saúde do Trabalhador (Cerest), da 17ª Regional de Saúde, em Londrina. Segundo ele, nem sempre os casos que resultam em morte por acidente de trabalho foram notificados anteriormente como tal. Daí a importância, defende Martin, de intensificar o registro destas ocorrências, por meio da ficha do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). "Ela desencadeia uma investigação

posterior e a definição de ações, inclusive por parte do Ministério Público", completa o médico.

Martin lembra que atualmente os chamados agravos de saúde chegam via Unidades Básicas, prontos atendimentos e prontos-socorros, que são a porta de entrada do sistema, mas nem sempre são relacionados ao trabalho infantil. A ideia é mudar esta realidade.

## Arrimos de família

No Brasil, apesar das dificuldades de identificação, existem pelo menos 4,3 milhões de crianças e adolescentes trabalhando, segundo dados do IBGE. Parte deste contingente - 132 mil brasileiros na faixa etária de 10 a 14 anos - é declarada provedora de suas famílias. Os prejuízos para a formação destes jovens são imensuráveis, e muitas vezes só aparecem ao longo do tempo, diante de problemas emocionais e físicos.

**CONTINUA**

# 15 JUL 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Uma das constatações preocupantes do último Censo do IBGE é que 51% da população classificada como de extrema pobreza têm até 19 anos, sendo que um quarto destes brasileiros tem até 14 anos. Para Gilberto Martin, é aí que o trabalho infantil está pegando pesado, porque são famílias pobres, que têm em cada braço uma chance de geração de receita.

“O problema é que enquanto estas crianças estão trabalhando, deixam de ter acesso a algo fundamental, que é a possibilidade de se qualificar para o mercado de trabalho e aumentar as chances de ter uma vida melhor que a dos seus pais. Também são preocupantes as implicações do trabalho para a saúde e para o desenvolvimento desta criança.” O médico lembra que até por volta dos 16 anos, a pessoa não pode carregar mais que 10% do seu peso, sob risco de distrofias e anomalias ósseas.

“Crianças e adolescentes submetidos a esforço excessivo correm grande risco de desenvolver disfunções. Mas não é só isso. Organismos em formação têm um metabolismo diferente dos adultos e são mais suscetíveis a doenças desencadeadas por agentes externos. São prejuízos imensuráveis, que se somam àqueles relacionados às etapas de formação psicológica e amadurecimento emocional que a criança deveria viver”, alerta Martin.

### Orgulho

Uma das dificuldades em resolver o problema está relacionada a questões culturais. “A maioria dos pais tem orgulho de dizer que seus filhos adolescentes já estão trabalhando, quando na verdade deveriam ter orgulho de dizer que, nesta fase, eles estão estudando. Mas não podemos culpá-los. Muitos destes pais precisam dos recursos gerados pelo trabalho precoce dos filhos. Outros veem nisso a única possibilidade de os filhos não se envolverem com a criminalidade e o tráfico de drogas”, observa o médico

De acordo com o procurador do Trabalho em Londrina, Luciano Arlindo Carlesso, no mês que vem será realizada uma audiência pública no município com o objetivo de reunir representantes de hospitais e demais serviços ligados à saúde na região para padronizar os procedimentos que devem ser feitos em casos de acidente de trabalho. No caso específico do trabalho infantil, ele lembra que o Ministério Público atua junto a conselhos tutelares e outros órgãos na fiscalização de irregularidades e implementação de programas que tenham por objetivo retirar crianças e adolescentes de situações de trabalho infantil.

CONTINUA

# 'Fico cansada, mas não tem outro jeito'

*"O difícil é a gente saber levar direito a nossa vida"*

**Carolina Avansini**  
Reportagem Local

Londrina – Aos 14 anos, o adolescente João (nome fictício) enfrenta diariamente a rotina pesada de trabalho ao lado do tio, que é pedreiro e atualmente faz a reforma de um galpão em Londrina. "Aqui eu faço a faxina, a pintura, coloco as calhas e de vez em quando bato concreto na betoneira", conta ele, que, nos últimos três anos acumula um histórico de abandono dos estudos.

Matriculado no sexto ano e com boas notas no boletim, o menino deixou a escola pela segunda vez, no início do ano, por problemas familiares. Pela segunda vez, também, está precocemente inserido no mundo do trabalho, o que, para os parentes, "é melhor do que ficar na rua e não fazer nada".

Todos os dias, João começa a trabalhar às 9 horas e vai para casa por volta das 16 horas. Pelo serviço prestado, recebe R\$ 35 diários. Ele conta que quando pediu transferência na escola onde estudava tinha planos de se mudar para a casa do pai, em outro Estado. Como a mudança não deu certo, tentou retomar os estudos mas não conseguiu a matrícula.

"Disseram que eu estava reprovado por faltas. Tentei em

## Crianças relatam a dura rotina de trabalhar na construção civil ou cuidar de afazeres da casa

outra escola, com a transferência, mas não também não aceitaram", relata João, a quem restou a alternativa de ajudar o tio na prestação de serviços como pedreiro ou mesmo na roçagem de terrenos. O pequeno trabalhador conta que sente tonturas, taquicardia e às vezes passa mal quando está em casa.

"Fui ao posto de saúde e o médico me deu uns remédios, mas não melhorou", lamenta o menino, que também convive com o excesso de peso. Ele conta que ainda mantém o sonho de chegar ao ensino superior, mas, a cada dia que passa, parece se afastar um pouco mais desse caminho. "O difícil é a gente saber levar direito a nossa vida."

## Cansaço na escola

Na rotina de Julia, Marina e Luiza (nomes fictícios), todas com idade entre 12 e 13 anos, as brincadeiras de boneca e casinha foram precocemente substituídas por obrigações com casas e crianças de verdade. Moradoras de um bairro carente de Londrina, as meninas são as responsáveis por fazer todo o serviço doméstico de suas residências. Acumulam, ainda, a responsabilidade de cuidar dos irmãos menores, aumentando as estatísticas sobre o trabalho infantil no Brasil.

"Às vezes fico cansada, mas não tem outro jeito, eu tenho que fazer o serviço", resigna-se Julia, que assumiu a responsabilidade aos 11 anos e, atualmente, limpa a sala, a cozinha, o quintal, o próprio quarto e ainda guarda a louça da casa enquanto a mãe trabalha. Fora isso, é a responsável por cuidar do irmão de três anos.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

15 JUL 2012

“Chego da escola ao meio-dia e vou acabar as obrigações lá pelas cinco horas. Algumas vezes acabo faltando nas aulas do projeto e fico chateada (ela frequenta atividades em um projeto social próximo de sua casa).”

Das lembranças ruins, ela recorda do período em que tinha cáries, sentia muita dor e pingava analgésicos diretos nos dentes para conseguir terminar o trabalho. Outra queixa diz respeito à escola, onde muitas vezes chega cansada e sente tonturas.

Luiza, por sua vez, tem um “segredo” para enfrentar o serviço doméstico: “Coloco uma música para cansar menos”, ensina a pré-adolescente, que faz toda a limpeza da casa e ainda lava a própria roupa para não sobrecarregar a mãe, que trabalha de diarista em outras casas de família.

Marina tem uma rotina bem parecida com a das amigas. A única diferença é que, quando precisa realizar o trabalho doméstico e ainda cuidar do irmão de um ano e quatro meses, conta com a ajuda da irmã de 8 anos. “Levanto às 8 horas e termino tudo ao meio-dia, quando me arrumo para a escola. O que menos gosto de fazer é lavar a roupa”, conta a garota, que ainda cozinha e, diariamente, expressa o cansaço em frente aos professores. “Às vezes minha mãe exagera um pouco, mas é que ela sempre tem muita coisa para fazer”, admite.

Tanto o trabalho doméstico como as atividades desenvolvidas na construção civil constam da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) aprovada pelo governo federal em 12 de junho de 2008, por meio do decreto nº 6.481. Enquanto o trabalho na construção civil ocupa o 58º lugar, os serviços domésticos estão na 76ª posição, entre 93 descrições das atividades mais nocivas a crianças e adolescentes.

CONTINUA

15 JUL 2012

## FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

# Denúncias não refletem realidade

**Silvana Leão**

*Reportagem Local*

A conselheira tutelar Leoni Alves Garcia, que atua na Zona Norte de Londrina, confirma que o número de denúncias de trabalho infantil que chega aos conselhos não corresponde à realidade. Para ilustrar, ela compara aos comunicados de evasão escolar, feitos por meio da Ficha de Cadastro de Aluno Ausente (Fica), que são um indício de trabalho infantil. "Tivemos, em 2012, apenas três denúncias de crianças trabalhando. Mas, ao mesmo tempo, foram 469 casos de evasão escolar." Ela ressalta que nem todos estes casos realmente resultam em abandono da escola, mas podem ser um indício de que o aluno está deixando as salas de aula para trabalhar.

No Conselho Tutelar Centro, que abrange parte das regiões Leste e Oeste, foram feitos 648 comunicados de evasão escolar em 2012. Não houve denúncias confirmadas de trabalho infantil no período. Já no Conselho Tutelar Sul foram 121 comunicados por meio da Fica e quatro denúncias confirmadas de trabalho infantil, duas delas envolvendo adolescentes prestando serviços em um bar e na produção de hortaliças, na zona rural.

"O problema é que, na nossa sociedade, não se tem o hábito de denunciar o trabalho infantil. As pessoas tendem a achar que trabalhar é bom para a criança. Não entendem que trata-se de uma violação de direitos", afirma Leoni. Um dos resultados, segundo ela, é a precarização do mercado de trabalho. "Os empresários contratam adolescentes por valores abaixo do mercado, não respeitam direitos trabalhistas e ainda se livram das responsabilidades geradas por vínculos empregatícios. É uma situação muito complicada", define a conselheira.

No Ministério Público do Trabalho de Londrina foram registradas 39 denúncias de trabalho infantil desde 2009. Naquele ano a Procuradoria Regional recebeu uma denúncia, contra 19 denúncias em 2010, 15 no ano de 2011 e quatro em 2012 (até o último dia 12), referentes aos 69 municípios atendidos na região.

15 JUL 2012

# FOLHA DE LONDRINA

GABRIEL BERTIN DE ALMEIDA

## A nova lei de lavagem de dinheiro

A presidente Dilma Rousseff sancionou a nova lei de lavagem de dinheiro, que foi publicada, sem muito alarde, na terça-feira passada (10/7). Na verdade, a nova lei, que já está em plena vigência, apenas modifica alguns pontos importantes da lei antiga (Lei 9.613/98).

A ideia geral foi tornar mais rigorosa a fiscalização e punição do crime de lavagem, a começar pela ampliação do rol dos chamados crimes antecedentes. Para lavar dinheiro, isto é, para tornar aparentemente lícito um valor obtido ilícitamente, o sujeito precisa ocultar ou dissimular a natureza, origem ou propriedade de bens, direitos ou valores. Isso acontece, apenas para mencionar um exemplo, quando um traficante de drogas utiliza um posto de gasolina, ou um restaurante, ou qualquer outro estabelecimento comercial, simulando um faturamento superior ao real, muitas vezes até mesmo com o pagamento dos impostos devidos (existem muitas outras formas mais simples de lavagem, como o simples depósito em contas de terceiros, que, em alguns casos, já faz configurar o crime). Esse valor, lavado ou branqueado, como dizem os portugueses, aparece, para todos os efeitos, como auferido licitamente.

Para que pudesse existir, em tese, o crime de lavagem, a lei, na redação antiga, exigia que o crime anterior, aquele que gera renda ao criminoso, fosse um crime grave

de uma pequena lista que não permitia interpretações ampliativas (os crimes eram os seguintes: tráfico de drogas ou armas, terrorismo, extorsão mediante sequestro, corrupção e outros crimes contra a administração pública, evasão de divisas e outros crimes contra o sistema financeiro, além dos crimes praticados por organizações criminosas).

Agora, qualquer infração penal pode ser crime antecedente de lavagem de dinheiro. O estelionato, a apropriação indébita, o furto, o roubo, a sonegação fiscal, o jogo do bicho, todos esses crimes, entre muitos outros, mesmo que sem gravidade, passam a possibilitar, caso haja tentativa de dissimular ou ocultar a origem do dinheiro, a acusação pelo crime de lavagem, cuja pena é bem expressi-

va (de 3 a 10 anos). Assim, por exemplo, o estelionatário primário, que antes teria uma pena bem leve, próxima de um ano, fadada à prescrição, ou, na pior das hipóteses, à substituição por pena não privativa de liberdade, pode ficar sujeito (caso lave o dinheiro) a uma pena mínima bem maior, que dificilmente excluirá a efetiva privação de liberdade. Para a nova lei, fraudar, furtar ou sonegar é menos grave do que dar ao valor auferido nesses crimes uma aparência lícita.

A nova regulamentação é tão ampla que permite alguns preocupantes absurdos: o organizador de um simples bingo ou de uma rifa para a formatura da faculdade (que, apesar de comuns, implicam a contravenção de loteria não autorizada), em caso de dissimulação, podem ter a mesma pena mínima de 3 anos aplicável ao traficante. Nesse ponto, apesar da boa intenção, o legislador errou a mão, ignorando a proporcionalidade.

Também como novidade aparece a possibilidade de venda antecipada dos bens apreendidos, para evitar deterioração ou depreciação, não precisando mais aguardar-se o fim da ação. O dinheiro arrecadado com a venda ficará disponível em conta judicial, até o desfecho do caso. Ampliou-se ainda o rol das pessoas obrigadas a informar movimentação financeira ao Conselho de Controle de Atividades financeiras - o COAF. Para além dos bancos e instituições financeiras em geral, foram incluídos, por exemplo, as pessoas físicas que trabalham com comercia-

lização de imóveis (as jurídicas já tinham essa obrigação), as juntas comerciais e os registros públicos, os que atuam na promoção de eventos, na negociação de atletas ou artistas, os que comercializam bens rurais ou animais de alto valor, entre outros. O valor da multa aplicável a quem descumprir essa obrigação de informar passou a ter o impressionante teto de R\$ 20 milhões.

Enfim, apesar de alguns exageros, que certamente gerarão muitas discussões, foi dado mais um passo no controle da circulação de ativos suspeitos.

**GABRIEL BERTIN DE ALMEIDA** é mestre e doutor em Filosofia pela USP e advogado em Londrina

**6 Para a nova lei, fraudar, furtar ou sonegar é menos grave do que dar ao valor auferido nesses crimes uma aparência lícita**

# FOLHA DE LONDRINA

**INFORME**

**15 JUL 2012**

## **Condenações**

O Ministério Público Federal (MPF) em Cascavel obteve sentença favorável em ação civil pública de improbidade administrativa movida contra o ex-prefeito de Formosa do Oeste (Oeste) Shiguemi Kiara, o ex-presidente do Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar) Osami Sasaki Kiara e o ex-tesoureiro do Município Carlos Luiz dos Santos. Os réus foram condenados, entre outras penas, à perda da função pública, ressarcimento integral pelo dano causado ao erário, suspensão dos direitos políticos por 8 anos e proibição de contratar com o poder público.

## **Irregularidades**

A condenação, segundo o MPF, ocorreu por "diversas irregularidades" cometidas durante a administração do ex-prefeito Shiguemi, referentes a 16 programas do governo federal. Entre as irregularidades, aponta o MPF, houve direcionamento de licitações e pagamento de empenhos sem a prestação dos serviços. A defesa recorreu contra a sentença.

## **TAC contra 'poluição eleitoral'**

O Ministério Público de Santa Helena (Oeste) e a Justiça local firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com os representantes dos partidos políticos no município para que as legendas e coligações cumpram determinadas normas, com o objetivo de evitar a poluição sonora e visual na cidade durante a campanha eleitoral deste ano. De acordo com o TAC, as coligações e partidos se comprometem a não realizar carreatas, nem utilizar bandeiras e placas. Em caso de descumprimento do TAC, o partido ou coligação terá o prazo de uma hora para cumprir a ordem de regularização do compromisso. O descumprimento do acordo implica no pagamento de multa, no valor de R\$ 5 mil.

■ Um termo de compromisso semelhante também foi assinado em Matinhos (Litoral).

## O Paraná e os 22 anos do ECA

Este mês, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) faz aniversário. É nesta data que se comemora o nascimento de um marco regulatório, que contribui muito para que os cidadãos com idade até 18 anos sejam vistos e respeitados como indivíduos e sujeitos de direitos.

Com a realização do censo de 2010, fica interessante observar a caminhada do Paraná (aqui considerado como Poder Público, Legislativo, Judiciário e todos os setores da sociedade civil) em uma série histórica dos últimos 10 anos com relação à garantia, proteção e promoção dos direitos destes quase 3 milhões de crianças e adolescentes, dos quais 84,17% estão em áreas urbanas e 15,83% em área rural.

Podemos destacar aspectos positivos, como o aumento da cobertura de vacinação, a diminuição da mortalidade infantil, o crescimento do número de crianças com registro civil em 1,37% e a ampliação de 34,28% entre os jovens acima de 16 anos com seu título de eleitor nestes últimos 10 anos. Hoje, contamos com 103 mil jovens entre 16 e 17 anos com o direito a exercer a cidadania e escolher os governantes do seu país, estado e município.

O aumento de 1,49% no ingresso de crianças de zero a 3 anos na educação infantil e uma queda de 0,3% na taxa de abandono no ensino fundamental também indicam os esforços que estão sendo feitos a favor destes indivíduos. Quando observamos questões de infraestrutura e habitação encontramos avanços como a diminuição em 0,45% das áreas urbanas sem água encanada e de 0,77% nas áreas rurais, além de um aumento da extensão da rede de esgoto e energia elétrica.

Mesmo quando os números indicam avanços, ainda existem muitas crianças e adolescentes que estão aquém de um mundo justo e digno, e são estes que devemos priorizar. Infelizmente, ainda estamos longe de ser um Estado onde esta parcela da população possa desfrutar de seus direitos plenamente. Neste mesmo cenário de índices positivos, encontramos 778 meninos e meninas em medida de internação socioeducativa, um aumento de 10,98%.

O número de jovens em internação provisória também teve um crescimento significativo: 25,87%. Há, ainda, situações em que não é possível contabilizar os números, como as violências que são praticadas no âmbito de suas famílias e comunidades, sejam elas físicas, sexuais ou psicológicas. Somados a isso, há o uso e a exploração praticadas por adultos, mesmo diante de compromissos de prioridades para com essa parcela da população, assumidos pelo Estado.

Celebramos todas as conquistas e a abertura cada vez maior da participação destas crianças e jovens em suas próprias escolhas sobre assuntos que os afetam, seja no âmbito da família, da sua comunidade, igreja e no diálogo nos espaços de tomadas de decisões. É importante, contudo, que este

momento, que marca a trajetória de 22 anos do ECA, também seja de reflexão e avaliação de todos os esforços que foram feitos e dos que ainda virão, mantendo sempre a ideia original contida na caminhada coletiva que culminou na concretização do ECA, ou seja, a construção de um mundo melhor em que todos tenham as mesmas oportunidades e escolhas.

**JIMENA DJAUARA GRIGNANI**

é assessora da Rede Marista de Solidariedade e conselheira dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná

**6** *Ainda existem muitas crianças e adolescentes que estão aquém de um mundo justo e digno, e são estes que devemos priorizar* **9**

# FOLHA DE LONDRINA

## Trabalho infantil

*Proibir o trabalho infantil sem oferecer alternativas viáveis não irá resolver o problema*

16 JUL 2012

O trabalho infantil é uma prática difícil de ser erradicada. Aceito culturalmente pelos brasileiros, muitas famílias têm por hábito fazer com que seus filhos trabalhem, seja por necessidade financeira ou mesmo para ajudar seus pais e aprender um ofício. No entanto, as leis brasileiras priorizam o desenvolvimento saudável e digno de crianças e adolescentes, o que em muitos aspectos contraria a legislação. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que pelo menos 4,3 milhões de crianças e adolescentes trabalham no País.

Consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 4º, que "é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Também está expresso em seu artigo 53 que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando entre outros itens, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Além do ECA, a própria Constituição proíbe o trabalho de adolescentes com idade até 16 anos incompletos. A única exceção é o trabalho na condição de aprendiz, permitido a partir dos 14 anos para tipos de atividades que apresentem os requisitos legais para a aprendizagem profissional. No entanto, essa não tem sido a regra. O que ocorre na maioria dos casos, segun-

do relato das próprias crianças entrevistadas pela FOLHA, é o prejuízo aos estudos e ao lazer porque estas têm que priorizar o trabalho. Uma carga excessiva para meninos e meninas com idade entre 10 e 14 anos. As consequências são inúmeras e vão desde problemas de saúde atuais e futuros, acidentes de trabalho e prejuízos à formação profissional.

Somente o aumento de investimentos na educação é que poderá contribuir para a erradicação do trabalho infantil. É preciso criar atividades de contraturno escolar de qualidade para que as crianças e jovens deixem que ficar sozinhas em casa e permaneçam em ambiente escolar para realização de atividades culturais e esportivas, além de orientação e formação profissional para jovens. Proibir o trabalho infantil sem oferecer alternativas viáveis, além da inclusão das famílias em programas de distribuição de renda, não irá resolver o problema. É preciso oferecer alternativas viáveis que invistam na formação das pessoas.

16 JUL 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### **OPINIÃO DO LEITOR**

#### **PEC do STF**

Segundo informou dias atrás o colunista Claudio Humberto, alguns senadores amigos do Lula querem votar a PEC do STF para fazer do Senado Federal uma instância para julgar decisões do Supremo Tribunal Federal. Isto seria um verdadeiro absurdo, visto que o corporativismo nas esferas legislativas municipais, estaduais e federal é uma afronta para toda a sociedade. Seria bom que o Senado votasse mesmo uma PEC do STF, votando o seguinte: limitar o tempo para cada ministro do Supremo acabando assim com a vitaliciedade; jamais poderia ser indicado pelo presidente da República e sim através de concurso ou por juízes de carreira; acabar também com as indicações feitas pelos governadores para tribunais de conta dos Estados. Poderiam aproveitar também para votar a extinção de suplentes de senadores, acabar com as reeleições para todos os cargos, de vereador a presidente, proibir os eleitos para cargos legislativos serem indicados para outras funções, e se forem indicados perdem o direito a voltar a exercer o mandato, pois com isso acabam assumindo pessoas que não têm nenhum compromisso com o eleitor.

**ANTONIO DOS SANTOS JOTA** (corretor de imóveis) - Londrina

16 JUL 2012

## JORNAL DO ESTADO

### DESTAQUE

### Situação do Fórum Cível de Curitiba é caótica

O presidente da OAB Paraná, José Lucio Glomb, esteve no Fórum Cível de Curitiba, no último 10, e ouviu de advogados, estagiários e funcionários inúmeras reclamações sobre as condições do prédio e a falta de estrutura dos cartórios. Fila nos elevadores, demora do atendimento nos balcões, espaço físico reduzido para o grande volume de processos, falta de espaço e cadeiras para acomodação do público, banheiros, escadas e outras áreas de circulação mal conservadas são problemas enfrentados diariamente pelos advogados. “Os que trabalham no Fórum Cível são heróis”, disse Glomb.

“O caos está instalado. Frequento o fórum há 30 anos e achei que já tínhamos chegado ao fundo do poço. Aqui não tem mais solução”, disse o advogado Paulo Motta. “O que acontece aqui é um desrespeito do TJ com as pessoas”, afirmou a advogada Ana Carolina de Bassi, que vai ao fórum todos os dias da semana. A longa espera para ser atendido é a principal reclamação.

O estagiário Thiago Paulino havia chegado por volta das 13h e tirou a senha 692 da 15ª Vara Cível. Às 16h ainda aguardava ser chamado, já que o painel anunciava o número 688. Apenas dois servidores faziam o atendimento nesta vara. As 10ª e 15ª varas foram estatizadas recentemente e não fazem o atendimento exclusivo aos advogados no período da manhã, o que aliviaria a demanda. Algumas pessoas aguardavam sua vez sentadas no chão, já que o movimento era intenso e não havia mais cadeiras disponíveis.

A visita ao Fórum Cível decorreu do anúncio pelo Tribunal de Justiça da desapropriação do Centro Comercial Essenfelder por R\$ 90,7 milhões. Segundo Glomb, a OAB aguarda informações sobre qual será a destinação desse imóvel. “Para os advogados, o Fórum Cível continua sendo prioridade absoluta, pois esse é um problema que se arrasta há décadas. A notícia de que o TJ fará um investimento dessa ordem, em outro imóvel, num momento em que as obras do Fórum Cível estariam prestes a se iniciar, causa preocupação, principalmente porque se anuncia que obras já programadas serão adiadas. É preciso que o TJ esclareça de imediato essa situação”, disse Glomb.

16 JUL 2012

# JORNAL DO ESTADO

## Melhor Justiça

**\*Vladimir polizio Júnior**

O senador capixaba Ricardo Ferraço foi ao STF (Supremo Tribunal Federal) buscar a alteração do disposto na Constituição Federal para que as votações no Senado sejam abertas. No último dia 06, o ministro Celso de Mello indeferiu pedido de liminar, aduzindo que *“Revela-se inviável, (...) a pretensão cautelar deduzida pelo ora impetrante, pois em conflito com a norma inscrita no mencionado § 2º do art. 55 da Constituição Federal, que prevê o sigilo do voto no âmbito dos processos de perda do mandato parlamentar nas hipóteses nela prevista”* (grifos no original). Escorreita a decisão. Não porque o voto sigiloso seja melhor, mas sim porque é apenas n’alguns casos que o Judiciário pode, e deve, suprir a desídia do legislador, atuando no chamado *“ativismo judicial”*. É preciso cobrar a responsabilidade dos congressistas, que devem legislar. Caso contrário, qual a razão de existência de um Congresso Nacional tão dispendioso? O voto aberto é uma necessidade, mas deve ser querido pelos deputados e senadores.

Mas nossa Justiça por vezes é mãe de injustiças. Em matéria veiculada pelo jornal *“O Estado de São Paulo”* do último dia 07, quase 90% dos magistrados de Mato Grosso recebem acima do teto salarial (que é de R\$ 26,7 mil); em Sergipe há juiz que embolsa R\$ 118 mil e servidores R\$ 52 mil; em São Paulo, 381 juízes recebem entre R\$ 27 e R\$ 52 mil: *“A situação desses tribunais não é tão grave como a de Brasília, onde um desembargador recebeu R\$ 230 mil no mês de maio e mais de 400 pessoas estavam acima do teto, 76 delas com valores acima de R\$ 100 mil, entre as quais um analista que embolsou R\$ 182 mil. Mas confirma o descalabro que tomou conta da quase totalidade dos tribunais de justiça dos estados, que terão de dar publicidade à remuneração dos seus servidores, por força da Lei de Acesso à Informação, regulamentada em maio deste ano”*.

Ainda que o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) tenha estabelecido no dia 20 deste mês prazo limite para disponibilização de rendimentos de magistrados e servidores, não significa que voluntariamente o teto será cumprido. Mas teto é teto, e deveria ser o máximo que qualquer servidor público, do Judiciário inclusive, poderia receber mensalmente. A melhor justiça não coaduna velhos vícios. Infelizmente, às vezes precisamos lembrar nossos juízes de algo tão elementar. Que pena.

\* O autor é defensor público (vladimirpolizio@gmail.com).

16 JUL 2012

# JORNAL DO ESTADO

## PAINEL JURÍDICO

### Simpósio

Já estão abertas as inscrições para o I Simpósio Processo Eletrônico: Sociedade, Tecnologia e Direito, uma promoção conjunta da Comissão de Direito Eletrônico e da Escola Superior de Advocacia da OAB Paraná, que acontece de 23 a 26 de julho. Mais informações no site da OAB Paraná.

### Fora de área

Os eleitores do Rio de Janeiro serão proibidos de levar seus telefones celulares na hora de votar. O anúncio foi feito pelo presidente do TRE do Rio de Janeiro, desembargador Luiz Zveiter.

### Incompetência

O Juizado da Infância e da Juventude não tem competência para julgar caso em que o denunciado é adulto e somente as vítimas são menores de idade. O entendimento é da 5ª Turma do STJ.

### Leitura

Portaria conjunta assinada pelo corregedor-geral da Justiça Federal e pelo diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça propõe a redução da pena do detento que ler um livro no prazo de 21 a 30 dias. Depois da leitura, ele deve apresentar uma resenha e terá quatro dias a menos de pena, por obra lida, podendo chegar a 48 dias no prazo de um ano.

### Falência

A decretação da falência de uma empresa, mesmo que o pedido tenha sido formulado na vigência da lei anterior, deve observar o valor mínimo de dívida exigido pela Lei 11.101/05, que é de 40 salários mínimos. O entendimento é da 4ª Turma do STJ.

### Altura

A exigência de altura mínima prevista em edital de concurso para policial militar é nula, e não pode ser utilizada para eliminar candidatos. O entendimento é da 2ª Vara da Fazenda Pública do Espírito Santo.

### Psicografia

Na revista Bonijuris de Julho, o advogado e mestre em processo civil Fernando Rubin defende a admissibilidade da carta psicografada como meio de prova em processos judiciais, servindo como meio probante acessório. Mais informações [www.bonijuris.com.br](http://www.bonijuris.com.br)

### Perigo

Empregado que trabalha em prédio onde se armazena combustível tem direito ao adicional de periculosidade. O entendimento é do TST.

### Experiência

O Conselho Nacional do Ministério Público aprovou nova regra para o preenchimento de cargos da carreira. Agora, o candidato aprovado em concurso para o MP deverá comprovar os três anos de atividade jurídica no ato da posse e não mais no ato da inscrição.

---

### DIREITO SUMULAR

#### Súmula n. 444 do STJ –

É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

# O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Na frente

14 JUL 2012

● Ivan Sartori entrega o *Colar do Mérito Judiciário* ao poeta **Paulo Bonfim**. Terça, no Palácio da Justiça.

SÔNIA RACY

**Casa cheia**

Depois de quase cinco anos, o STJ voltará a ter quadro completo, com 33 ministros, em breve. Está desfalcado desde 2007, coisa nunca vista.

De lá para cá, a corte precisou recorrer à convocação de desembargadores para não ver a pilha de processos crescer por falta de julgamento.

**Casa cheia 2**

Está animada a briga pela vaga do MP no tribunal. **Sammy Barbosa** desponta na frente, com a bênção de **Cesar Asfor Rocha**. No Planalto, o comentário é que o procurador conta com padrinhos espalhados pelos quatro cantos do País.

Tem quem não aguento mais ouvir falar no nome dele...

**Casa cheia 3**

A estratégia de Asfor Rocha, dizem, é se cacifar para tentar subir ao STF. Cobiçaria uma das duas cadeiras que ficarão vagas este ano, de **Cezar Peluso** e **Carlos Ayres Britto**.

Seria sua última chance, já que completa 65 anos em 2013.

14 JUL 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### Justiça barra pacote viário na zona leste para a Copa de 2014

O pacote viário prometido pelo governo estadual para a zona leste da capital paulista para a Copa de 2014 foi barrado pela Justiça de São Paulo. Liminar impede a execução das obras que devem facilitar o acesso dos torcedores a Itaquera, onde o Corinthians constrói o estádio que receberá a partida de abertura. A decisão pode inviabilizar a conclusão dos serviços, orçados em R\$ 257,7 milhões, antes do Mundial.

A suspensão foi obtida pelas empresas integrantes do consórcio que ficou em segundo lugar na licitação. As construtoras Serveng Civilsan e Construcap entraram na Justiça contra a homologação do resultado por classificarem os preços vencedores como inexequíveis. Ambas dizem que o consórcio Vizol, formado por OAS e S/A Paulista, pratica valores abaixo de mercado e, por isso, venceu a concorrência.

Serão construídas novas alças de ligação entre as Avenidas Jacu-Pêssego e José Pinheiro Borges, que é a extensão da Radial Leste, e criadas duas avenidas: uma de ligação norte-sul, entre as Avenidas Itaquera e José Pinheiro Borges, e outra de articulação com a Avenida Miguel Ignácio Curi.

Responsável pelo pacote, a empresa Desenvolvimento Rodoviário (Dersa) informa que a diferença de preço entre o primeiro e o segundo colocados foi de 0,6%. Para o presidente Laurence Casagrande Lourenço, trata-se de uma briga jurídica entre empreiteiras. A Dersa já recorreu.

14 JUL 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Justiça determina volta ao trabalho na Usina Guarani

Greve de uma semana causa prejuízo de R\$ 6 milhões e impede produção de 2,4 milhões de litros de etanol

A unidade da Usina Guarani, de Tanabi (SP), que estava parada há seis dias por causa de uma greve dos trabalhadores do setor químico, voltou a funcionar ontem por força de uma liminar concedida pela Justiça do Trabalho obrigando 40% dos grevistas a voltar ao trabalho.

A greve dos 250 trabalhadores da empresa causou prejuízo de R\$ 6 milhões. A Guarani, que pertence ao grupo francês Tereos e à Petrobrás Biocombustíveis, deixou de fabricar cerca de 2,4 milhões de litros de etanol e 180 mil sacas de açúcar durante a paralisação, segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alcool, Química e Farmacêuticas de São José do Rio Preto.

O presidente do sindicato, Almir Aparecido Fagundes, disse que a liminar concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) praticamente selou o fim da greve. “Com esta decisão, 90% dos trabalhadores deverão retornar às atividades”, disse. Segundo ele, a greve foi decidida após a Guarani se recusar em quatro mesas-redondas a cumprir o acordo coletivo dos trabalhadores, cuja data-base é 1º de maio.

Segundo o sindicalista, das 17 usinas de açúcar e álcool da regional do sindicato, apenas duas usinas, entre elas a Guarani, se recusaram a conceder o reajuste salarial de 7,86%, estabelecido no acordo coletivo, que reajustaria o piso de R\$ 893,38 para R\$ 963,60.

● Prejuízo

**180** mil

sacas de açúcar não produzidas

**2,4** milhões

de litros de etanol a menos na produção da usina

“Estamos lutando por apenas 0,86% de reajuste, uma vez que a usina já concordou em dar 7% de aumento salarial”, afirmou. Fagundes disse que a categoria também luta por um aumento de R\$ 17,00 no valor do tíquete-refeição, que é de R\$ 183,00 e passaria para R\$ 200,00.

“O problema é que a Guarani não quer acordo, ela sempre quer pagar menos, sempre foi assim. A maioria das usinas concedeu o reajuste até acima do estabelecido, como a usina Moema-Bunge, que faz parte do acordo, e reajustou os salários em 8,1% e tíquetes de R\$ 283,00”, disse Fagundes. “Vamos continuar na porta da usina Guarani”, disse Fagundes.

As negociações agora serão acompanhadas pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que além de conceder a liminar para que a usina voltasse a operar marcou a primeira audiência de conciliação entre as partes para o dia 23 de julho.

Em nota oficial, a usina Guarani confirmou a concessão da liminar, acrescentando a existência de uma multa de R\$ 10 mil caso a ordem de retornar ao trabalho seja descumprida. A empresa acusa o sindicato de não seguir a lei ao deflagrar a greve.

# Quem pariu Demóstenes?

Senador cassado é produto de oposição performática e moralista que se manifesta não importando qual seja o governo, diz professor

**A**

o longo dos meses, a cassação de Demóstenes Torres tornou-se tão inevitável quanto natural. Até seu advogado preferiu, antes, contestar a legalidade das provas do que a veracidade dos fatos. As evidências do envolvimento do senador com o contraventor, aliadas ao revanchismo de desafetos, foram avassaladoras. Aos seus pedidos de perdão só restaram ser patéticos. Não saberia Demóstenes que não há maior prazer do que ver o feiticeiro morrer do próprio feitiço? Ou, como se diz, que “filho feio não tem pai”?

Mas, à parte do evento, há a dinâmica do fato. Inicia-se na relação da sociedade com a política, seus efeitos na aproximação dessa com o crime organizado, e desemboca no papel que um personagem como Demóstenes assume no teatro político nacional, sua importância num deserto de liderança. Uma dinâmica que precisa ser compreendida.

Em primeiro lugar, cabe avaliar a relação entre sociedade, política, crime e campanhas eleitorais. Não se sabe bem quem nasceu primeiro, se a desconfiança em relação à honestidade dos políticos, que fez com que a sociedade se afastasse da política, ou se o afastamento da sociedade, que fez com que proliferassem a esperteza e a desonestidade nesse meio. Nem todos os políticos são mal-intencionados ou corruptos. Mas a banda pode se expande quanto mais a sociedade crê na política como coisa de malandro. Penhorada, a malandragem cresce e explora a “reserva de mercado”. Os mais sérios resistem por um tempo. Por fim, muitos desistem ou são afastados.

Esse distanciamento nasce da visão de que “esse negócio de sociedade não existe, o que existe são os indivíduos e suas famílias”. A frase é atribuída a Margareth Thatcher, mas a mentalidade a precede e, mais que isso, demonstra que o fenômeno é mais amplo que o Brasil. Trata-se de um modo de ver prejudicial a todos. Mesmo por uma questão de interesse pessoal, melhor seria aceitar que a sociedade existe, sim, e estamos todos sujeitos a ela. A forma de negociar as condições dessa convivência inevitável é, ainda, por meio da política.

O contrário disso não implica condenar o egoísmo – um mal menor, além de uma consideração moral sem muita importância no processo –, mas sobretudo o alheamento, a omissão, a ausência de fiscalização e, portanto, a permissividade. Remetem-se os problemas a uma abstração: a qualidade das instituições. Instituições, no entanto, são composições muito concretas, não brotam do chão ou caem das nuvens. Resultam da interação social. Licenciosas ou eficientes, serão reflexo da sociedade.

O caldo de cultura para a aproximação entre interesses privados, escusos e aqueles que restaram na condução da política está dado: o desinteresse permite ilícitos, fraudes, esquemas e, por fim, a banalização de escândalos. Junte-se a isso os exorbitantes valores das campanhas eleitorais. A necessidade de financiamento campeia em terreno vasto e livre para a associação entre a política e o crime.

O sistema, assim, torna-se refratário à modernização e à transparência. Formam-se pactos e corporações, a mudança é mais custosa, a aprovação de projetos submete-se à lógica de esquemas, o Congresso vira balcão, o patrimonialismo se fortalece. A burocracia se expande e elevam-se os custos Brasil. Não há reforma, o desenvolvimento e o bem-estar estagnam ou ficam aquém do possível. Em que pesem idiosincrasias dos governos, o processo é mais amplo que eles.

Paradoxalmente, uma parcela da sociedade, formada por setores médios, urbanos, que arcam com custos por meio de impostos e não percebem retornos significativos do Estado, vivendo o caos das cidades, desenvolve ainda maior asco à política. Indignase, denuncia e maldiz: cria ícones nos parlamentos e na mídia. Representa a fúria, mas não produz nada de concreto.

**CONTINUA**

15 JUL 2012

## O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Antes de captar o processo e suas causas, buscar a transformação, desenvolve-se uma postura blasé. Confere-se responsabilidades à “falta de cultura desse povo” (sic), à “ignorância dos outros”, “aos políticos em geral”. Muito facilmente, taxam-se os desafetos de “governistas” ou “golpistas”. O fato é que prolifera todo tipo de preconceito, restrições estéticas regionais e sociais. Diletantismo de salões da classe média, não se busca alternativa. Romantizam-se, apenas, as soluções, oposicionismo que termina em si próprio, um reacionarismo de ânimo.

Surge daí menos uma crítica substantiva do que concorrencial, uma oposição performativa, baseada na histeria e no moralismo. Não raro, no farisaísmo. Não importa qual seja o governo. Se do PT, essa oposição gravitará em torno do PSDB, ou vice-versa. Foi nesse pântano que nasceu e se desenvolveu a figura pública de Demóstenes Torres. Quem o pariu foi essa mentalidade antipolítica rai-vosa e, no entanto, vazia. Mas quem o pariu não o embala: sua queda foi sucedida de enorme silêncio e alguns risos amarelos.

●  
**CARLOS MELO** É CIENTISTA POLÍTICO  
E PROFESSOR DO INSPER - INSTITUTO  
DE ENSINO E PESQUISA

# O ESTADO DE S. PAULO

## Juiz determina bloqueio de bens de Juquinha

15 JUL 2012

O ex-presidente da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A José Francisco das Neves, o Juquinha, teve todos os seus bens confiscados com base na nova Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro. Juquinha foi preso na Operação Trem Pagador da Polícia Federal, no último dia 5, por suspeita de desvio de dinheiro da Valec durante o período em que presidiu a estatal, de 2003 a 2011. O rombo pode chegar a R\$ 144 milhões.

O bloqueio dos bens foi determinado pelo juiz Paulo Augusto Moreira Lima – o mesmo que mandou prender o contraventor Carlinhos Cachoeira –, a pedido do Ministério Público Federal. O detalhe é que a ordem de confisco se deu na quarta-feira, um dia depois da sanção da nova lei pela presidente Dilma Rousseff.

Na decisão, o juiz observou que “supostos delitos possivelmente acarretaram um dano expressivo aos cofres públicos, justificando-se, assim, o arresto dos bens, indicados pelo MPF, inclusive adquiridos em datas anteriores à empreitada criminosa ou ainda que resultantes de origem lícita, visando resguardar futura reparação dos danos”.

De acordo com a PF, o ex-dirigente é suspeito de ocultação e dissimulação da origem de dinheiro e imóveis, adquiridos em seu nome e de familiares, com recursos obtidos indevidamente durante sua gestão na Valec.

### JABOTICABAL

#### Ofensas de vizinho rendem indenização

A 5.ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo concedeu indenização por danos morais a uma mulher ofendida pelo vizinho. A autora alegou que vinha sendo constrangida e humilhada pelo homem. Sem qualquer justificativa, ele a ofendia na frente de outras pessoas e, por ser policial, também ameaçava outros moradores, efetuando disparos de arma de fogo para o alto.

16 JUL 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Valério pede ao STF foco nos 'protagonistas políticos'

Em memorial ao Supremo, defesa afirma que atuação do empresário no mensalão ganhou uma dimensão exagerada; documento cita Lula e ex-dirigentes do PT

A defesa do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, em memorial apresentado ao Supremo Tribunal Federal (STF), insiste na tese de que a atuação do chamado operador do mensalão ganhou uma "dimensão exagerada" no escândalo e o foco da mídia nas investigações foi deslocado para ele pelos "protagonistas políticos".

O documento de 146 páginas, com as alegações derradeiras da defesa de Valério, cita o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ex-ministros, dirigentes do PT, parlamentares e partidos da base aliada. "Quem não era presidente, ministro, dirigente político, parlamentar, detentor de mandato ou liderança com poder político, foi transformado em peça principal do enredo político e jornalístico, cunhando-se na mídia a expressão 'valerioduto', martelada diuturnamente, como forma de condenar, por antecipação, o mesmo, em franco desrespeito ao princípio constitucional", diz o documento assinado pelo advogado Marcelo Leonardo e encaminhado ao STF no último dia 28.

Em setembro do ano passado, a defesa de Valério sustentou que a acusação da Procuradoria-Geral da República é um "raríssimo caso de versão acusatória de crime em que o operador do intermediário aparece como a pessoa mais importante da narrativa, ficando mandantes e beneficiários em segundo plano, alguns, inclusive, de fora da imputação, como o próprio presidente Lula".

Na época, Leonardo divulgou nota negando ter cobrado a inclusão do ex-presidente na denúncia do mensalão. Essa parte das alegações finais, porém, foi mantida no memorial encaminhado aos ministros do STF.

### • Defesa

#### MARCELO LEONARDO

ADVOGADO DE MARCOS VALÉRIO, EM DOCUMENTO ENVIADO AO STF "Quem não era presidente, ministro, parlamentar, detentor de mandato ou liderança com poder político, foi transformado em peça principal do enredo político"

Valério será julgado pelos crimes de corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e evasão de divisas. O advogado pede na peça a absolvição de seu cliente e alega que não há prova de que foram usados recursos públicos no caso. Afirmar ainda que o mensalão – a compra de apoio político no Congresso – denunciado pelo ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), também réu no processo, não ficou comprovado.

**Foro.** A defesa de Valério também contesta a competência do STF de julgar réus sem foro privilegiado. O advogado avalia que ainda cabe aos ministros decidir sobre a separação do processo na abertura do julgamento, pois apenas três réus possuem atualmente prerrogativa de foro.

"A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal tem determinado a separação de processo e julgamento, mesmo entre acusados de um mesmo crime em concurso de pessoas, quando um dos acusados tem foro por prerrogativa de função e outro não", destaca Leonardo.

**Toffoli.** Valério já pediu o impedimento do relator, ministro Joaquim Barbosa, mas a Corte não aceitou. Sobre Antonio Dias Toffoli, o advogado do réu acredita que o ministro não pode se declarar impedido pois já atuou no processo. "O ministro Dias Toffoli já julgou dois agravos regimentais nessa ação penal 470. Então ele já reconheceu-se habilitado a julgar", disse ao **Estado**.

Na introdução do memorial, a defesa de Valério acusa a mídia de condenar e depois criticar "o Poder Judiciário, pressionando-o para confirmar, rapidamente, as conclusões afoitas do processo midiático terrorista".

# O ESTADO DE S. PAULO

## Os defeitos da lei 16 JUL 2012

**A**o sancionar sem vetos a nova Lei da Lavagem de Dinheiro (12.693/12), a presidente Dilma Rousseff perdeu a oportunidade de escoimá-la de seus dispositivos mais polêmicos e arbitrários, que violam garantias fundamentais previstas pela Constituição – como a presunção de inocência e o direito ao devido processo legal.

O problema da lei não está nas suas diretrizes, sobre as quais há consenso entre os juristas, mas em equívocos em seu detalhamento. Alguns advogados, por exemplo, a criticam por inverter o ônus da prova e permitir que os suspeitos sejam punidos antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Para os criminalistas, a lei compromete o exercício da advocacia por violar o direito constitucional ao sigilo e à intimidade, na medida em que obriga os advogados a comunicar ao Conselho de Atividades Financeiras (Coaf) operações financeiras de seus clientes consideradas suspeitas. Além disso, ao ampliar as prerrogativas de promotores e procuradores, a lei abre uma perigosa brecha para abusos e operações midiáticas. Por fim, ela dá aos delegados de polícia o poder de afastar servidor público durante as investigações, o que é um absurdo. “O indiciamento é ato de delegado de polícia sem controle judicial. É preocupante que alguém sem poderes jurisdicionais possa

afastar servidor. Se um delegado chegar à conclusão de que a pessoa é suspeita, ela será proibida de trabalhar”, diz o ex-secretário de reforma do Judiciário Pierpaolo Bottini.

A Lei da Lavagem de Dinheiro foi elaborada com o objetivo de colocar o Brasil em linha com as propostas de repressão ao crime organizado que vêm sendo apresentadas há duas décadas e meia pelo Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi). Com 34 países-membros, o grupo foi criado pelo G-7 para propor leis penais de alcance transnacional, divulgar recomendações para a adoção de medidas administrativas – como rastreamento de movimentações financeiras suspeitas – e centralizar estatísticas sobre investigações, condenações, confiscos e valores apreendidos.

O Gafi está vinculado à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que em seu último relatório criticou o Brasil por estar atrasado na reforma do direito penal econômico e por não implementar acordos firmados com outros países e organismos multilaterais. Atualmente, o Brasil mantém 34 acordos de cooperação para troca de informação sobre lavagem de dinheiro com outros países. Desse total, contudo, 4 ainda não foram analisados pelo Congresso; 12 estão em tramitação há anos e não há previsão de que venham a ser submetidos à votação em plenário; e 9 acordos, além de estarem em descompasso com as

recomendações do Gafi, não preveem troca de informações entre tribunais.

A Lei da Lavagem de Dinheiro é uma resposta às pressões internacionais. O projeto tramitou nove anos no Congresso, recebeu emendas negociadas com a equipe econômica do governo e sua votação, no primeiro semestre de 2012, foi uma das exigências feitas por Dilma aos parlamentares da base aliada. Pelas estimativas do Ministério da Fazenda, os crimes de lavagem movimentam US\$ 35 bilhões por ano no País.

Entre outras inovações, a lei tipifica a lavagem como ocultação da origem de qualquer recurso financeiro ou bem patrimonial obtido de modo ilegal. Pela legislação anterior, a lavagem só configurava crime se o dinheiro envolvido viesse de uma lista de oito tipos específicos de delitos. A nova lei também prevê severas sanções para os culpados de lavagem e autoriza a Justiça a confiscar os bens dos acusados e levá-los a leilão antes do término do julgamento, para evitar que seus valores sejam depreciados, caso a tramitação da ação seja morosa.

Os dispositivos arbitrários da Lei da Lavagem de Dinheiro – que poderiam ter sido vetados pela presidente Dilma, caso tivesse contado com uma assessoria jurídica mais competente – darão ensejo a milhares de ações judiciais. A primeira a contestar a lei será a OAB, que deverá impetrar uma ação direta de inconstitucionalidade nas próximas semanas.

16 JUL 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### JUSTIÇA

#### Homem é condenado por porte ilegal de arma

A 19.<sup>a</sup> Vara Criminal Central da Capital condenou um homem a 2 anos de prisão por portar revólver irregularmente. Ele foi abordado pela polícia no Parque São Domingos, zona oeste da cidade, com a arma, que tem a numeração raspada. O homem alegou que encontrara o revólver por antes da abordagem policial, mas o argumento não convenceu o juiz.

### JUSTIÇA

#### Sequestrador de criança em igreja é denunciado

O Ministério Público ofereceu denúncia, sexta-feira, à 4.<sup>a</sup> Vara Criminal Central da Capital contra Jorge Antunes Cardozo pelo sequestro da menina Brenda Gabriela da Silva, de 4 anos, em uma igreja no Cambuci, em junho. Quinze dias depois, a criança foi reconhecida por um vizinho no Paraíso e Cardozo fugiu. Ele foi preso em Maringá (PR) em 5 de julho e disse que queria usar a criança para pedir esmolas.

14 JUL 2012

# CARTA CAPITAL



## E lá se vai Demóstenes

• E você, eleitor, da próxima vez desconfie dos arautos da moralidade

CONTINUA

# Não façam o que fiz

**O FIM** | No último discurso, Demóstenes Torres pede desculpa pelo papel de xerife da moralidade no Senado

POR GABRIEL BONIS, DE BRASÍLIA

**D**EMÓSTENES TORRES chegou cedo ao Senado na quarta-feira 11. Às 9h52 de um dia cinzento em Brasília, o ainda senador entrou no Plenário acompanhado de seu advogado, Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay. Caminhava imponente em um terno preto e acenava aos jornalistas e fotógrafos, enquanto se dirigia a um assento na segunda fileira. De lá, algumas horas depois, se levantaria para discursar pela última vez como senador. Sob o olhar de 80 senadores e centenas de jornalistas, inesperadamente o guardião da ética se desculpou por ter sido um paladino da moral. “Não tentem aproveitar um minuto de fama, pois aprendi amargamente”, recomendou, pouco antes de sua cassação ser concretizada com 56 votos a favor, 19 contra e 5 abstenções. A quebra de decoro parlamentar por mentir sobre suas relações com o contraventor Carlinhos Cachoeira tornou o relator da Lei da Ficha Limpa inelegível até 2027 e o fez o segundo senador cassado na história do País. O primeiro havia sido Luiz Estevão, em 2000.

A postura de Demóstenes não escondia seu abatimento. O nervosismo transparecia em pequenos gestos, cabeça baixa e a garganta seca: foram frequentes os apelos à água. Chegou a receber o que parecia um comprimido de Cláudia Lyra, secretária-geral da mesa diretora. Guardou-o no bolso. A atenção também era vaga. Quando não conversava com Kakay, olhava o celular. Demonstrava esforço apenas para receber os emblemáticos cumprimentos dos colegas. Por ironia, os primeiros a saudá-lo foram Renan Calheiros (PMDB-AL) e Jader Barbalho (PMDB-PA). Aquele escapou da cassação em 2007, por ter as contas pagas por um lobista em representação apresentada por Demóstenes. Esse voltou ao Senado em 2011 depois de ser barrado pela Ficha Limpa por ter renunciado em 2001 para evitar a cassação. Trocam algumas palavras, mas Demóstenes sorri como dever de ofício. O sorriso quase desaparece quando recebe um breve aperto de mão do presidente do DEM, José Agripino Maia, que pediu sua expulsão do partido, forçando-o a se desligar da legenda. Ele passaria o restante da sessão olhando para os lados, talvez na busca vã de algum apoio.

**“Não tentem aproveitar um minuto de fama, pois aprendi amargamente”. Não adiantou o apelo**

**Na derradeira tentativa, o senador pediu a clemência que nunca teve com os colegas**

**O Senado encheu-se** aos poucos e registrou apenas a ausência de Clovis Decury (DEM-MA), licenciado. Na parte superior da tribuna, os cerca de cem convidados por senhas não apareceram. Nas mesas, acumulavam-se as peças do processo que levou o senador àquela situação. Após a prisão de Cachoeira, acusado de comandar um esquema ilegal de jogos em Goiás, na Operação Monte Carlo da Polícia Federal, a relação com o bicheiro veio à tona. A princípio, Demóstenes recebeu uma geladeira e um fogão importado do contraventor como presente de casamento. Mas logo áudios da PF mostraram uma relação mais promiscua, incluindo o pedido do senador por 3 mil reais a Cachoeira para pagar despesas de um táxi-aéreo. Demóstenes ainda recebeu um aparelho de rádio “antigrampo” para conversas exclusivas com o bicheiro, foi acusado de usar o cargo para realizar lobby em favor do jogo de azar, negociar projetos para a Delta Construções – empresa da qual seria sócio oculto – e apontado como destinatário de 30% do dinheiro arrecadado pelo contraventor com o jogo ilegal, conforme noticiou *CartaCapital*. Em meio a tantos indícios de ação criminoso, o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu investigação contra o senador e o PSOL emplacou o processo, por quebra de decoro no Conselho de Ética, que resultaria em sua cassação.

**Demóstenes mantinha** um semblante fechado e as mãos entrelaçadas na sessão de julgamento. Possivelmente, sabia não haver chances de absolvição. “A opinião já estava formada, foi um processo que demorou bastante, de modo que todos tiveram a possibilidade de ler as peças e formar uma opinião conforme suas convicções”, declarou o presidente do Senado, José Sarney, depois do resultado.

Antes disso, reinava nos discursos do plenário um clima solene de moralidade. Mesmo assim, em sua apresentação, o relator do processo no Conselho de Ética, Humberto Costa (PT-SP), foi irônico. Disse não ter usado seu cargo para ser “paladino da ética” e, sob o olhar atento do réu, afirmou que mentir na tribuna é quebra de decoro. Era uma referência a um dos sete discursos pronunciados pelo ex-demista na semana anterior ao seu julgamento. “Não é normal, nem aceitável que se possa mentir aos colegas e à sociedade.

**CONTINUA**

É caso de ficção ter usado a tribuna para afirmar ser apenas amigo de Cachoeira e que os quase 300 telefonemas trocados eram sobre uma crise conjugal da qual não há referência nas ligações.” E completou: o colega senador sabia da natureza dos negócios do bicheiro. Uma acusação a qual o ex-demista responderia adiante.

Como representante do PSOL, autor da representação contra Demóstenes, Randolfe Rodrigues (AP) subiu ao plenário enquanto a maioria dos senadores parecia dispersa. Suas críticas ao memorial da defesa, que dizia haver “para absolutamente tudo explicações razoáveis”, disputava a atenção com rodas de conversas e celulares. Assim como as afirmações de que Demóstenes colocou seu mandato a serviço da logística do crime e que não poderia pedir para ser visto como inocente. “A presunção de inocência para homens públicos deve ser relativizada.” Mais tarde, Rodrigues diria nos corredores que o ex-colega desvirtuou o ambiente político e prejudicou a visão dos jovens sobre a política.

**Às 12h37, quando** Demóstenes se dirigiu calmamente à tribuna, os senadores se calaram. Antes dele, Kakay havia falado por 15 minutos para defender a inutilidade da cassação. O senador arrumou as folhas de sua defesa na mesa. Parecia tenso ao iniciar uma peça quase teatral. O homem que há pouco exibia um olhar humilde se transforma. “Não se julga adjetivação e sim fatos. Ao chamar uma mulher de vagabunda, ela não tem como provar o contrário. Fui chamado de pilantra e despachante de luxo. Como vou me defender?” Ele nega todas as acusações do processo e volta-se, no momento de mais arrojado, a um ataque contra o relator. O senador relembra o suposto envolvimento do petista com a máfia dos sanguessugas em 2007, quando Costa era ministro da Saúde. Foi absolvido três anos depois. “Quero o mesmo tratamento, pois ele pôde provar que é um homem decente. Por que a minha cabeça tem de rolar?” O ex-ministro retrucou: “Não fui grampeado falando com malfeitor”.

Demostenes aproveita a atenção e os flashes e envereda pela autopropaganda. Lista leis das quais participou da elaboração, entre elas a que combate a pedofilia e outra favorável à guarda conjunta dos filhos por pais separados. Compara-se, no auge, a Jesus Cristo, entregue à crucificação por Barrabás. “Não lavem suas mãos, me deixem ser julgado pelo Judiciário (Supremo Tribunal Federal) e pelo povo

do meu estado.” Já claramente desorientado, diz ter um patrimônio “ridículo” e que há espaço para “fazer rolo” no Senado. Enfim, suplica: “Não acabem com a minha vida”. Nervoso, já em sua cadeira, mergulha-se em mais um copo d’água.

Em menos de cinco minutos, o Senado vota seu destino. O placar indica a cassação e o senador deixa o local imediatamente. *CartaCapital* procurou o ex-senador para uma entrevista diretamente em seu gabinete, mas ele se recusou. No gabinete, os funcionários aguardavam a posse do primeiro suplente Wilder Pedro de Moraes (DEM-GO) para definir quem permaneceria em seus cargos.

O suplente tem 30 dias para ocupar a vaga, mas já chega sob suspeita por sua relação com Cachoeira. O secretário de Infraestrutura de Goiás é dono da Orca Construtora e de shopping centers no estado, além de ser o segundo maior doador da campanha eleitoral de Demóstenes em 2010. Famoso por ter sido casado com Andressa Mendonça, atual mulher do bicheiro, teria omitido parte de seus bens, avaliados em 14,4 milhões de reais, na prestação de contas eleitorais. Além disso, áudios da PF revelam que Cachoeira o teria indicado para a vaga de suplente. “Se tivermos razões para crer que há algo mais nesta relação, entraremos com representação”, adianta Rodrigues.

Após a cassação, os senadores evitaram comentar o futuro político de Demóstenes. Para Aécio Neves (PSDB-MG), o “tempo dirá” se a vida pública do ex-demista está terminada. Eduardo Suplicy (PT-SP) e Rodrigues não descartaram um retorno após a punição. “Se ele tiver boa saúde e bastante tempo, poderá um dia voltar.” Por enquanto, o caminho do ex-senador deve ser o retorno ao Ministério Público de Goiás, onde era procurador da República. Antes ele pretende recorrer ao STF contra a decisão do Senado.

**Segundo interpretação** da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, Demóstenes pode voltar a atuar no MP por ter sido nomeado antes da Constituição de 1988. Nesse período, os integrantes do órgão eram autorizados a seguir carreira política e retornar ao Ministério Público, caminho hoje vetado. Licenciado desde 1999, o senador poderá retornar ao trabalho na 27ª Procuradoria de Justiça com atribuição criminal e salário mensal de 22 mil reais. Caso reassuma seu posto, a Corregedoria-Geral do MP de Goiás adotará, porém, “as providências pertinentes para instauração de procedimento disciplinar para apuração de eventual falta funcional”.

Já o fardo da associação explícita a um contraventor, enquanto desempenhava o papel de arauto da moralidade Demóstenes Torres será obrigado a carregar pelo resto da vida. ●

14 JUL 2012

# CARTA CAPITAL

Linha de Frente Wálter Fanganiello Maierovitch

## O ex-senador e os seus cúmplices

**O** SENADO DA REPÚBLICA, na quarta-feira 11, reuniu-se, presentes 80 senadores, para votar secretamente a Resolução 22/2012 sobre a cassação, com exigência de maioria absoluta, do então senador Demóstenes Torres, por quebra de decoro parlamentar. Como 56 senadores votaram favoravelmente, Demóstenes passou a integrar o “rol dos cassados”, na companhia de Luiz Estevão, também de triste memória.

Na moita, 19 senadores optaram por manter o convívio com Demóstenes e outros 5 partiram para a pilatice chamada abstenção. Numa apertada síntese, Demóstenes contou com a cumplicidade de um bom e preocupante número de senadores. Na véspera, o ministro Celso de Mello, no plantão do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido liminar para constar, no painel de votação, a posição declarada por senador e a respeito da cassação. Numa interpretação literal e nada democrática da Constituição da República, e sem atentar ao fato de o Senado já ter aprovado a emenda que sepulta o voto secreto, Celso de Mello deixou, numa democracia representativa como a nossa, o detentor do poder sem saber como votou o seu representante.

**Vale lembrar** que Celso de Mello tem conhecidas posturas corporativas, como se viu na solidariedade a Gilmar Mendes no episódio Daniel Dantas. Também não reconheceu legitimidade para o Conselho Nacional de Justiça apurar e punir magistrados que atentaram à Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Aliás, com posição a limitar o poder correccional, Celso de Mello, oriundo do Ministério Público, escancarou a porta para futuras impugnações à atuação do Conselho Nacional do Ministério Público.

Com a garantia do voto secreto, Demóstenes, em sustentação oral, apostou todas as fichas na manutenção do mandato e aí se despojou dos falsos panos de Varão de Plutarco e, em adequadas vestes de Tartufo que mantinha escondidas do público, pediu perdão a senadores por ataques pretéritos e com base em relatos de uma imprensa que só agora disse saber falaciosa. Os destinatários do pedido de remissão-perdão foram Renan Calheiros, Collor de Mello, Jader Barbalho e José Sarney.

Em busca do voto do suplente do bispo Marcelo Crivella, ministro da Pesca, o ex-senador não se fez de rogado. Frisou, ter Crivella lembrado-lhe o injusto julgamento de Cristo. No particular, esse relato encaixava-se à perola produzida pelo advogado constituído por Demóstenes que, à luz das imputações, considerou a pena de cassação desproporcional. Convém lembrar da existência de uma enxurrada de provas provadas das ligações do ex-senador a uma organização criminosa que, em conjunto com a construtora Delta de Fernando Cavendish, atuava, graças ao poder corruptor,



Mesmo beneficiado pela votação secreta, Demóstenes foi cassado. Mas muitos foram coniventes com suas práticas

parasitariamente na obtenção de vantagens patrimoniais ilegítimas.

Não bastasse, Demóstenes mandou um recado ao Ministério Público e isso para garantir o seu Plano B de não deixar a vida pública. Diversas vezes e ridiculamente, Demóstenes intitulou-se o Pai do Ministério Público. Como a apresentar a fatura a ser paga, Demóstenes afirmou ser de sua autoria o preceito constitucional que assegura aos membros do Ministério Público vencimentos e vantagens iguais aos percebidos pelos juizes. Na verdade, trata-se de garantia presente em todo país civilizado.

Demóstenes é membro do Ministério Público de Goiás e licenciou-se do cargo de procurador de Justiça para ocupar uma cadeira no Senado. O licenciamento somente é possível aos que ingressaram no Ministério Público antes da Constituição de 1988. Sobre a volta ao Ministério Público de

parlamentares cassados por falta de decoro, existe o precedente de Ibsen Pinheiro, ex-presidente da Câmara. Ibsen foi cassado por envolvimento com os apelidados Anões do Orçamento e absolvido na Justiça. Ele era, antes de se eleger, promotor de Justiça concursado no Rio Grande do Sul e permaneceu na instituição até se aposentar. Atualmente, é deputado federal.

Quanto à volta ao Ministério Público de Goiás, Demóstenes beneficiou-se com a falta de apresentação de denúncia criminal por parte de Roberto Gurgel, procurador-geral da República: em conversas telefônicas interceptadas, Demóstenes revela a Cachoeira a pressão feita sobre Gurgel e para que não atrapalhasse a organização criminosa e mantivesse engavetado o inquérito sobre a Operação Vegas. Os autos ficaram, contra a lei, mais de dois anos na gaveta de Gurgel. Depois de atacar Gurgel e se manifestar contra a sua recondução ao cargo de procurador-geral, Demóstenes retratou-se e passou aos elogios.

**Pano rápido.** Aguarda-se que o Conselho Nacional do Ministério Público evite o retorno de Demóstenes. A sua cassação era de rigor, pois mentiu ao afirmar desconhecer algo que era público e notório, ou seja, a atuação delinquencial de Cachoeira. Um Cachoeira indiciado na CPI dos Bingos. Mais ainda, o Brasil todo, incluído Demóstenes, assistiu ao vídeo onde aparece Cachoeira a corromper Valdomiro Diniz, então presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj). ●

# Crianças ou mulheres?

**SOCIEDADE** | Meninas de 11 a 14 anos casadas são comuns nos grotões do País. Com a chegada do Estado, cresce o embate entre lei e cultura

POR WILLIAN VIEIRA

**F**AZ CERCA de um ano que Carlos Augusto Catanheide prestou atenção na menina de bochechas cor de jambo e olhos esverdeados que entrou em sua venda para comprar farinha. Ela tinha 13 anos. Ele, 47. Calejado, ex-garimpeiro curtido na lida das minas de ouro de Roraima, havia três anos ele decidira “sossegar” na Conceição do Lago Açu natal, tomar tino, curar a solidão. Foi quando conheceu a rechonchuda menina, ainda na quarta série do primário e decidiu: “era ela”. A mãe dele tinha seus 13 anos quando casara com o pai, bem mais velho. Foi sem remorsos, então, que numa tarde de sol Carlinhos deixou o cubículo ladeado por garrafas de cachçaça e sacos de víveres, caminhou 20 metros na mesma rua, entrou na sala de chão batido de Tânia Fonseca e “pediu” sua filha. Ela suspirou aliviada. “Eu disse: Olha, não é mais virgem e anda aprontando”, lembra Tânia. “Mas se o senhor quiser, e ela gostar, tá feito. Eles passaram a noite. No outro dia ele veio dizer que ela ficava.”

**Em Conceição** do Lago Açu, cidade de 15 mil habitantes a 346 quilômetros de São Luís, nos rincões do Maranhão, casar aos 16 anos é “casar tarde”, como explica Tânia, enquanto indica as cadeiras de plástico num canto. Com a rede e a tevê de 14 polegadas, elas completam a sala da casa de pau-a-pique rachada pela pobreza e pelo tempo, onde ela vive com o marido e dois dos seis filhos, graças à pesca e aos 130 reais do Bolsa Família. Ela só sabe assinar o nome. “Aqui, com 12 anos menina solteira é problema pruma mãe. Rapaz de 20 quer nada sério, só droga e bagunça.” A filha “começou” aos 12: foi estuprada. O namorado acabou na cadeia. O segundo batia nela. Separaram-se. Depois, ela “passou a esperar moleque na rua”. Até que o comerciante surgiu na sua porta, chapéu de palha na mão, proposta na ponta da língua. “Foi uma bênção. Nós somos pobres. Eu tirava a sandália do pé pra botar no dela. E já pensava que ela ia botar filho no mundo pra nós criar.” Quando a filha foi viver com Carlinhos, ela não estudava havia dois anos, conta. Ele a devolveu à escola. “Errado? Quando ela andava, atrás de homem na rua, ninguém dizia nada. Agora que endireitou, se arrumou com o coroa, fazem denúncia? Não entendo.”

**A Justiça trata o caso como estupro. Mas o costume perpetua a união com menores nos rincões do Brasil**

**O Brasil tem 65 mil meninas de 10 a 14 anos em união estável, a maioria no Norte e Nordeste. Tradição e pobreza caminham juntas**

**O País não tem uma política para lidar com o fenômeno. Como respeitar a lei sem passar por cima da cultura local?**

**Retrato do embate** entre lei e costume, entre a presença do Estado de Direito e uma cultura arcaica enraizada na fimbria de uma gente esquecida por séculos pelo próprio país, Lago Açu é uma dentre centenas de cidades nos rincões do Brasil a testemunhar, da maneira mais difícil, as mudanças trazidas pelo crescimento econômico e pelo acesso à informação. Aqui, por causa do Bolsa Família, as lojinhas pulsam na única rua asfaltada, datada da última eleição. Entre as casas de pau-a-pique despontam umas poucas de alvenaria. As motos substituíram os burros, extintos como meios de transporte. Um posto de gasolina improvisado guarda a entrada da cidade, sinal dos novos tempos. Mas as taxas de natalidade seguem altas. O esgoto escorre negro nos cantos das ruelas, caindo no lago onde porcos, urubus e peixes dividem espaço. Falta transporte, saúde, educação. “A vida tá melhor”, assevera Maria do Rosário, dona do hotel Maranhão. “Mas falta emprego.” Rosário medita, os olhos fixos na rua enlameada. “Essas meninas não têm o que fazer e ficam na folia. Eu mesma queria pegar uma de 12 pra me ajudar. Mas pega pra ver: dá cadeia.”

O Açu sobe vários metros na época das chuvas e baixa outros tantos na seca, quando a desova obriga os pescadores a cruzar os braços. É quando o tédio ocupa as cabeças. Os homens jogam bingo e atentam para as meninas, tão desocupadas quanto, a vagar pelas ruas. O resto é estatística. Com as “modernidades”, o que era visto como costume vira uma questão legal. Pois os funcionários públicos não só enchem os cinco quartos do único hotel: trazem junto uma rede de acesso a informações e serviços. Com o posto de internet comunitária e o de saúde, o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e a unidade do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infante-Juvenil (Pair), recém-abertos, vêm noções de legalidade. E as denúncias de abuso crescem na velocidade da presença estatal.

**CONTINUA**

“Disseram que a gente não tinha mais o que fazer pra se meter entre marido e mulher”, suspira o conselheiro Flávio Lopes, ao lembrar o episódio em maio desse ano em São Mateus do Maranhão, a 150 quilômetros de Lago Açu. Ao descobrir que um rapaz de 18 anos vivia com uma menina de 11, o conselho tutelar fez a denúncia. A polícia prendeu José Silva em flagrante. A menina foi devolvida à família. Tudo resolvido. Até a cidade descobrir e, indignada, tomar o partido de Silva: um bom rapaz, disseram à TV. Ele respeitava a menina e ela o amava. A própria família era a favor. “É um costume daqui”, explica Jussara Brito, assistente social do município. “Se a família aceitou, vai fazer o quê?”

**Enquanto ajeta** o topete no espelho para receber a visita na sua venda, entre um sorvete pedido aqui e um guaraná Jesus ali, Evandro Percira sorri satisfeito. Logo se entende o motivo. É quando chega a mulher, uma menina de 14 anos, corpo de modelo e rosto de boneca. “Ela não era mais virgem”, relativiza o vendedor, ao lembrar o romance. “Namorava um traste que batia nela. O pai deu até casa pros dois. Sabe como é, menina, depois que começa, não tem mais jeito. Mas se separaram e nós começamos.” Ela tinha 13, a idade da sua primeira mulher quando os dois se conheceram, dez anos atrás. Amavam-se. Mas ela o traiu, ele “triscou a mão” na menina, ela levou o filho de 6 anos embora, só tristeza. Até conhecer a nova menina dos olhos. “A gente vive bem”, diz a garota, entre goles de refrigerante cor-de-rosa. Ela largou a escola e agora ajuda nas vendas. Não pensa em voltar. “Aqui isso é normal”, interrompe a sogra. O testemunho de dona Elisa Pereira, 70 anos desenhados no rosto ressecado pelo sol, cruza gerações no tempo para dar a dimensão estática do costume. “Eu mesma me casei com 12 anos. Fazer o quê.”

De tempos em tempos, o Unicef, agência das Nações Unidas para a infância, realiza campanhas para alertar sobre os malefícios do casamento precoce. O foco é sempre Índia, Bangladesh, África e Oriente Médio, onde meninas são vendidas como mercadorias aos milhões. O Brasil está longe do topo do ranking, o que faz do fenômeno algo marginal, esquecido pelo governo, ignorado pela sociedade. “Mas nos interiores do Brasil ainda se trocam meninas por um quilo de arroz”, afirma Catharina Bacelar, secretária estadual da Mulher do Maranhão.

Sob os auspícios da imagem da governadora Roseana Sarney, que sorri satisfeita da parede atrás de sua mesa, ela abre um mapa do estado com quatro cores diferentes, de azul a vermelho. Metade da população das cidades em vermelho está na linha de pobreza extrema. Seu dedo indicador crava o município de Conceição do Lago Açu. “Além de cultural, essa é uma questão de política pública. Nesses lugares, não havia nenhuma. Nós estamos levando informação, mostrando os direitos. Mas, sem mudar a pobreza, como mudar os costumes?” A vã do Pair começou a percorrer o interior atrás de denúncias de violência contra a mulher. Com a Lei Maria da Penha sob o braço, as assistentes foram atrás de um problema e se defrontaram com outro, o do casamento precoce. “Esse é um tema que não é a maior preocupação de ninguém. Essas meninas têm o que comer, o que vestir, muitas nem sofrem violência. Para essas pessoas, dos males, esse é o menor.”

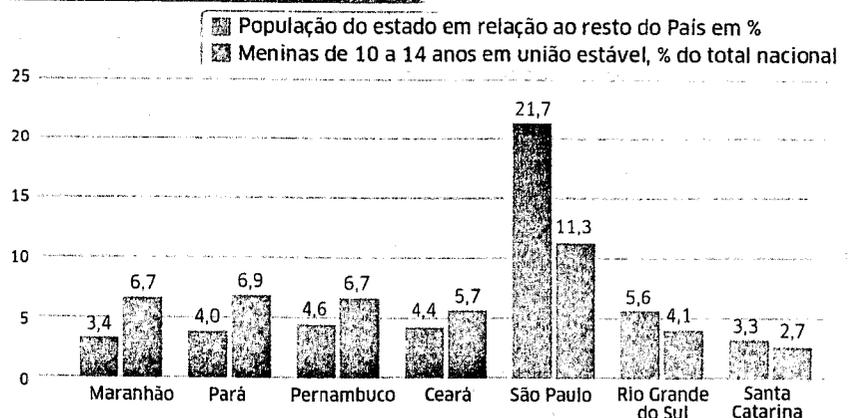
**Bacelar conta** o caso de uma família do interior que pagou um trabalho de macumba dando a própria filha ao curandeiro. Casos como esse, diz, são comuns. Suas duas funcionárias aquiescem. “Nesses lugares, a família é uma questão de foro privado. Entre marido e mulher, ninguém deve meter a colher”, completa Cláudia Gouveia. A adjunta da pasta, Crisális Fonseca, vai além. “O que é preciso entender é que não compactuamos com essa prática criminosa.” Bacelar, ciente da complexidade do fenômeno, contemporiza. “Claro, é dar uma vida melhor para essas meninas. Mas o povo não tem essa noção de certo ou errado da lei. Eles se baseiam no costume. Cultura é cultura. E eu lhe asseguro: isso não é só no Maranhão. É nesses interiores do Brasil todo.”

As estatísticas falam por si. Mais de 65 mil meninas de 10 a 14 anos vivem relacionamentos estáveis no Brasil, segundo levantamento feito nos dados do Censo de

2010, do IBGE. A maioria vive em união consensual, sem registro, já que a prática é ilegal. Os casos pipocam nos quatro cantos do País, ainda que só ganhem notoriedade quando confrontados pela lei. Em Sarandi, interior do Paraná, um homem de 30 anos foi preso no ano passado por viver com uma menina de 12 anos (havia dois). Em janeiro deste ano, um homem da mesma idade passou a ser procurado pela polícia em São Carlos, interior de São Paulo, acusado de raptar uma menina de 12, com o consentimento dela. Há ainda casos mais peculiares. Em Vila Valério, no Espírito Santo, o candidato a vereador Jeremias Ramalho de Souza, de 22 anos, foi preso acusado de sequestrar e manter relações sexuais com uma menina de 11. Souza não só vivia com ela com consentimento da família, diz a polícia, mas morava com os pais da criança, dormia em uma cama de casal com ela ao lado da dos “sogros”, arcava com as despesas da casa e tinha os pais dela como cabos eleitorais.

## CONTINUA

### O casamento precoce no Brasil



**Mas a situação** é mais comum nos estados do Norte e Nordeste, onde a porcentagem de meninas casadas precocemente é sempre maior que sua porcentagem da população brasileira, enquanto no Sul e no Sudeste, a proporção se inverte. O Maranhão desponta: tem 3,45% da população nacional e 6,7% das meninas de até 14 anos casadas do País. O caso é semelhante ao do Pará, que tem cerca de 4% da população nacional e 6,9% dos casos. Pernambuco, Ceará e Sergipe têm proporção semelhante. São Paulo tem 11,3% das meninas casadas com até 14 anos, mas 21% da população. Santa Catarina tem 2,7% dos casos e 3,3% da população, metade da incidência do Maranhão.

É onde entra Braz Andrade Castro, o ex-pescador atarracado de 36 anos que há cerca de um virou conselheiro tutelar de Conceição do Lago Açu, encarregado, dentre outras coisas, de proteger as cerca de 700 meninas de 10 a 14 anos das redondezas. Braz anda pelas ruelas com a segurança de quem conhece cada família, a dona de cada bucho crescendo sob vestidinhos de chita. “Em meia hora, encontro 30 casos de meninas casadas com homens mais velhos.” Braz aponta para uma rua. “Numa casa ali tem três meninas de menor com filho pra criar, todas separadas. A mais nova teve filho com dez anos. Mas a mãe não quer ouvir falar de conselho tutelar. O pessoal diz: por que não vão fechar as bocas de fumo ao invés de se preocupar com a vida dos outros.” Ele se permite um riso triste, desgostoso com a matemática da rotina. “Costumo dizer que a vida sexual aqui começa aos 10 anos e 7 meses. A gente diz pras mães: lugar de menina é na escola, não é porque a senhora casou com 13 anos que tem de dar sua filha pro primeiro que aparecer.”

Como explicar noções de direitos humanos a uma gente desempregada e semianalfabeta, imersa até o pescoço não só no lago lamacento que provém o sustento, mas numa sociedade pobre, reclusa e machista, na qual o homem é sempre o provedor e decide o rumo das vidas e a mulher, sobretudo a menina, não passa de um fardo a ser resolvido por meio do casamento? Como cruzar a linha entre cultura e legalidade sem passar por cima da cultura? “A verdade é que não temos hoje instrumental para enfrentar essa situação”, afirma Carmen Silveira de Oliveira, secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. “Para a tuberculose existem remédios, procedimentos, o controle é possível. Em direitos humanos, qualquer política envolve mudanças culturais profundas. E elas não se dão da noite para o dia.”

**O governo depende** dos projetos de saúde familiar do SUS e da rede de assistência social dos Cras e dos conselhos tutelares para chegar a tais meninas. O “Brasil Protege”, plano recém-lançado pelo governo para “criar uma rede de proteção contra a violência física, sexual e psicológica sofrida por crianças e adolescentes”, pretende estabelecer uma espécie de notificação integrada entre os órgãos públicos. A ideia é que cada caso seja analisado separadamente, por um viés: saúde, justiça, assistência social. O que não dá, diz, é para generalizar. “Pelo fator etário, a gente diria que essa menina é uma criança. Mas a situação cultural do casamento a coloca numa posição diferente na comunidade, outro papel social. Resta saber se isso traz sofrimento para a menina. É preciso ouvir a opinião dela.” Evitar o “adultocentrismo”, explica. “É preciso se dar conta da coexistência de dois Brasis: um moderno e desenvolvido e outro tradicional, de valores arcaicos. Qualquer política precisa levar isso em conta e não tentar resolver as coisas a partir dos gabinetes.”

A lei é clara: qualquer envolvimento carnal com menores de 14 anos é estupro de vulnerável. Mas o embate não emerge de um limbo legal, mas antropológico: são crianças ou mulheres essas meninas casadas? Vítimas de violência ou decididas a melhorar de vida, a sair da pobreza extrema do lar por meio do casamento? “Existe um sentimento generalizado de verdadeiro horror a qualquer coisa que conecte sexo e criança ou, mais especificamente, que conecte sexualmente o adulto à criança”, explica a antropóloga Laura Lowenkron, que pesquisa a construção social da pedofilia. “Trata-se de uma repulsa entendida como ‘natural’, portanto, inquestionável. No entanto, como ensina a antropologia, as diferenças ‘naturais’ são construções culturais e históricas”. Lago Açu é a materialização do conceito.

**Em uma rua de barro** que desce até o lago, meninas caminham com baldes de água na cabeça. São donas de casa, senhoras dos barracos cobertos de palha. Numa delas vive “Lila”, 14 anos, seu segundo marido, um pedreiro de 33 anos, sua sogra de mais de 70 e os dois filhos da menina, um de 2 anos e outro de 6 meses. Na casa ao lado vive a concunhada de 17 anos, “Mila”, casada há quatro com o irmão do marido de Lila, e seu filho, de 3. Com um filho em cada braço, Lila conta que se casou pela primeira vez aos 11 anos. Não é cedo demais? “Que nada”, diz a menina mirrada, tão magra que a blusinha dança no corpo, com jeito de matrona do lar. “É bom ter a família da gente,

começar a vida cedo. Se Deus me der um netinho cedo, eu crio.” Lila adora ser mãe. Planeja ter o terceiro filho e depois fazer a ligadura das trompas. “Minha mãe não me quis. Me teve com 11 anos e caiu na vida. Eu não. Quero dar toda a atenção que não tive pros meus filhos.” ●

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## OAB-RS quer fim de vendas de novas linhas de celular

A seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil pediu, em Representação enviada ao Procon de Porto Alegre, que as operadoras de telefonia celular cancelem a venda de novas linhas a partir da próxima segunda-feira (16/7). Além disso, a OAB requer que elas sejam compelidas a providenciar descontos nas faturas dos números que apresentaram queda na conexão e pagar multas por falta de cumprimento do dever de informação.

Para embasar o documento, a Ordem anexou relatório com aproximadamente 500 queixas de consumidores, apontando os “pontos cegos” — lugares sem presença de sinal de celular — em todo o Rio Grande do Sul. Antes de ir ao Procon da capital, a OAB já havia ajuizado Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas na Justiça Federal, visto que telefonia é serviço federal delegado.

“Quando dói no bolso, parece que as empresas têm uma atenção diferenciada para com o consumidor. É importante salientar que nós vemos uma omissão inaceitável da Agência Nacional de Telecomunicações, que é absolutamente inoperante no seu papel. Tudo o que estamos fazendo é uma obrigação da agência. Ela deve avaliar e cobrar bons serviços das companhias”, disse o presidente da Ordem gaúcha, Cláudio Lamachia. O requerimento foi recebido pela diretora-executiva do Procon de Porto Alegre, Flávia do Canto Pereira, e pelo secretário da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, Omar Ferri Jr.

## 16 JUL 2012

## Limitação administrativa em propriedade não gera indenização

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça entendeu que não cabe indenização à restrição do uso de propriedade rural imposta pelo Decreto 750/93, por não ter sido configurada desapropriação, mas mera limitação administrativa.

Os proprietários entraram com ação indenizatória contra a União, por ter promovido restrições concretas ao uso e gozo de imóvel, por meio do Decreto 750/93, que proíbe o corte, a exploração e a supressão

de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), ao analisar a sentença, entendeu que cabe o pagamento de indenização por considerar exageradas as limitações administrativas impostas.

Insatisfeita, a União interpôs recurso especial ao STJ argumentando ser inviável indenizar área atingida pela norma, porque não houve desapropriação, mas mera restrição administrativa.

16 JUL 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Política de empresas define número de ações na Justiça

O número de funcionários de uma empresa não está diretamente relacionado à quantidade de ações que tramitam contra ela no Tribunal Superior do Trabalho nem à sua dívida com a Justiça trabalhista. A chegada aos inglórios rankings de litigantes ou de devedores é definida por políticas das companhias, seus setores e a organização de seus funcionários.

A construtora Norberto Odebrecht, por exemplo, possui 124 mil empregados espalhados por todo o Brasil, o que a torna a maior do país nesse quesito, segundo o ranking Maiores e Melhores 2011, da Exame. A empresa, porém, não figura entre os 400 maiores litigantes do TST, nem entre os 100 maiores devedores da Justiça do Trabalho.

Como exemplo do inverso, podem ser citados a Telemar Norte Leste, que é a primeira empresa privada na lista de maiores litigantes do TST — com 6,5 mil processos —, e o banco Santander, segunda companhia privada no ranking de padrões com mais ações na corte, com 1,2 mil processos. A Telemar conta com 7,2 mil empregados e o Santander com 55 mil — se somados, os empregados de ambas equivalem a metade dos funcionários da Odebrecht.

Figurar no ranking do TST, porém, não significa necessariamente ter mais ações na Justiça do Trabalho, mas, sim, chegar mais vezes à instância máxima trabalhista. Isso pode se dar de duas formas, segundo o ministro do TST, Ives Gandra Martins Filho: por política

processual ou por política de recursos humanos.

A primeira questão, explica, é a forma de a empresa lidar com as ações trabalhistas. Levar para a última instância não é uma posição nem uma possibilidade de todas as companhias nem de todos os empregados. O litígio pode se tornar caro demais para empresas menores ou difícil demais para trabalhadores não organizados.

A política de recursos humanos define-se na maneira que a companhia trata seus funcionários, que pode resultar em mais ou menos ações na Justiça. O respeito às leis trabalhistas e a proposição de acordos para solucionar conflitos antes que cheguem à Justiça são os principais pontos levantados pelo ministro.

## CDC não se aplica ao contrato defactoring para aquisição de créditos

O contrato de fomento mercantil (factoring) não está sujeito às regras do Código de Defesa do Consumidor. Motivo: Não é um serviço voltado ao consumidor final. O entendimento é da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que entendeu que se o serviço é usado na cadeia produtiva, uma empresa não pode alegar ser mera consumidora. A decisão foi dada em recurso movido por empresa odontológica de Brasília.

O ministro Luis Felipe Salomão, relator do processo, reconheceu a

possibilidade da equiparação ao consumidor final, prevista no artigo 29 do CDC e, conforme vários precedentes do STJ, se demonstrada a vulnerabilidade diante do fornecedor. Porém a empresa não se encaixa nesse perfil. “Com efeito, verifica-se que a recorrida não se insere em situação de vulnerabilidade, porquanto não se apresenta como sujeito mais fraco, com necessidade de proteção estatal, mas como sociedade empresarial, que por meio de pactuação livremente firmada, obtém capital de giro

para operação de sua atividade”, concluiu ele.

A empresa Centro de Reabilitação Oral Integrado Ltda. propôs ação de contestação contra o que considera cláusulas abusivas do contrato firmado para aquisição de créditos, assessoria creditícia e acompanhamento de “carteira de contas”. Alegou que as cláusulas ofendem o CDC, pois deixam apenas ao arbítrio da instituição de fomento vários itens do pacto. O Judiciário do Distrito Federal, todavia, não acatou a contestação.

14 JUL 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Marcha denuncia violência

A 2ª edição da Marcha das Vadias é hoje. A manifestação, a partir das 11h em frente ao Passeio Público, vai percorrer os principais pontos do Centro e tem programação extensa, com bate-papo com as candidatas à Câmara de Curitiba, shows e debate sobre violência sexual, submissão e exploração do corpo da mulher.

De acordo com as organizadoras, a proposta da marcha é denunciar a violência contra a mulher, lutar contra o moralismo na sociedade e reforçar o movimento feminista. Para uma das organizadoras do ato, a professora universitária Máira Nunes, a principal bandeira levantada pela edição deste ano da Marcha das Vadias será a questão da culpabilização da vítima, onde a mulher é culpada por ter sido vítima de estupro ou violência doméstica. "Esse é um tema muito importante. Primeiro pelo fato da vítima não reconhecer que sofreu qualquer tipo de violência, seja física ou psicológica. E segundo porque quando a vítima é agredida, se sente culpada pela agressão. Ela acha que apanhar está dentro da situação normal na sociedade", afirma.

### Violência

Outro objetivo do ato é apresentar dados relativos à violência contra a mulher. "No ano passado reivindicávamos esses dados e neste ano já temos alguns números, por exemplo, que o Paraná é o terceiro estado onde mais mulheres são assassinadas, de acordo com estudo do Instituto Sangari", conta Máira.

### Protocoladas seis rejeições no TRE

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) recebeu seis pedidos de impugnação de candidaturas em Curitiba. O prazo para partidos, coligações e Ministério Público Eleitoral apresentarem as solicitações acabou ontem, às 19h. Segundo a assessoria de imprensa do TRE-PR, foram três pedidos de impugnação contra candidatos a prefeito - Carlos Moraes (PRTB), Ratinho Jr. (PSC) e Luciano Ducci (PSB) - e outros três contra concorrentes à Câmara de Vereadores, cujos nomes o TRE-PR não divulgou.

A solicitação de impugnação da chapa do PSC feita pelo líder comunitário Milton Rodrigues não foi aceita porque, segundo o tribunal, não tinha legitimidade para isso. Agora Rodrigues, que postulava a vaga de candidato a vice-prefeito, promete acionar a sigla na Justiça comum.

O juiz da 1.ª Zona Eleitoral de Curitiba, Marcelo Wallbach Silva, tem prazo até 5 de agosto para julgar todos os pedidos de registro e impugnação. Após estes julgamentos, os candidatos que se sentirem prejudicados podem recorrer ao TRE-PR.

### Mercadorias

Liminar obtida pela Fiep determina que a Receita Federal analise e libere em até cinco dias os insumos e produtos das indústrias do Estado, importados e exportados pelo Porto de Paranaguá, independente da operação-padrão realizada pelos auditores fiscais.

### Cotas

Estudante que cursou apenas a 2ª série do ensino fundamental em instituição particular com bolsa integral e o restante em escola pública deve ser aceita como cotista pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). A decisão foi da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Após ter sua matrícula negada, a estudante ajuizou mandado de segurança na Justiça Federal de Curitiba.

16 JUL 2012

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Crimes bárbaros retomam debate sobre maioridade penal

## Cresce número de menores infratores apreendidos pela polícia

No mês passado, um garoto de apenas 16 anos foi preso acusado de liderar uma quadrilha responsável por arrastões a bares e restaurantes de São Paulo. Nesta nova modalidade de assaltos, é comum clientes e funcionários

relatarem agressões físicas ou psicológicas. A brutalidade com que os jovens cometem crimes retoma a discussão sobre o endurecimento das penas reguladas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para o promo-

tor do Ministério Público Paulo Thales César de Oliveira, menores apreendidos deveriam ficar internados por mais tempo. "A nossa lei é extremamente branda. Ela não foi pensada para o adolescente infrator de hoje.

Foi baseada em tratados da década de 70. O infrator era o batedor de carteira da Sé [região central da capital]. Eram os chamados 'pivetes'. Eles não usavam arma, o crime mudou, houve um aumento da violência", diz.

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Intervalo

Um trabalhador ganhou na Justiça o direito de receber as diferenças salariais referentes ao intervalo de uma hora de almoço que deixou de receber, mesmo que sua jornada de trabalho contratual fosse de seis horas - que daria direito a uma parada de 15 minutos. Como ele fazia muitas horas extras, o Tribunal Superior do Trabalho entendeu que deve ser considerado o tempo de trabalho efetivamente cumprido - e não o previsto em contrato.